SOCIOLOGIA

Volume 2

Moren Hsu / Unsplash

Bernoulli
Sistema de Ensino

SUMÁRIO

FRENTE A

Este ícone aparecerá sempre ao lado dos tópicos trabalhados no decorrer deste volume. A cada leitura, marque ✓ conforme a legenda e acompanhe o progresso do seu aprendizado.

A Diversidade Cultural e os Direitos Humanos

O COSMOPOLITISMO E O IDEAL UNIVERSALISTA DE HUMANIDADE

Se pararmos para pensar sobre os diferentes povos que habitam o planeta, evidentemente nos saltará à vista a variedade de costumes que vamos encontrar. Conforme já estudamos, a noção científica de cultura nos leva a refletir sobre as particularidades culturais de cada agrupamento humano, ainda que os seres humanos, como espécie, não apresentem distinções biológicas entre si.

A perspectiva de pensar a humanidade como uma categoria universal acima das diferenças de classe, gênero, etnia, nacionalidade, entre outras, é cara ao pensamento cosmopolita, que tem suas origens ainda na Grécia Antiga.

O filósofo grego Diógenes foi quem utilizou, pela primeira vez, o termo *cosmopolities*. Tal conceito representaria a existência de um mundo sem fronteiras e, consequentemente, sem conflitos, uma vez que os seres humanos estariam unidos sem nenhuma diferenciação quanto à origem ou à cultura, por exemplo.

No entanto, são os estoicos os responsáveis pelo fato de o conceito de cosmopolitismo ter ultrapassado o Período Helênico e estar presente na atualidade. Essa corrente filosófica entende que os seres humanos deveriam formar uma grande comunidade, vivendo todos como irmãos. Os estoicos entendiam que as diferenças culturais deveriam estar submetidas à cultura helênica, considerada por eles o sistema cultural mais avançado.

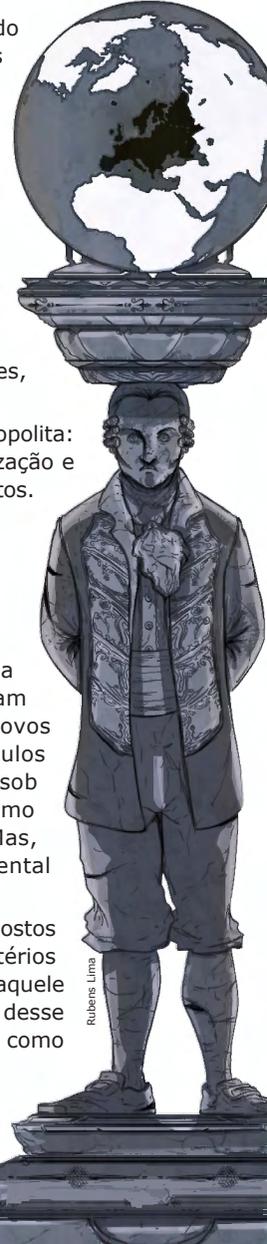
Adotado por filósofos europeus, como David Hume e Immanuel Kant, no século XVIII, o conceito de cosmopolitismo passou a ter como eixo fundamental a cultura ocidental e europeia, e não mais a cultura helênica. Por esse motivo, instituições sociais típicas do ocidente, de origem europeia, como o Estado-nação, passaram a ser concebidas como o modelo mais acurado de instituições sociais e, logo, como exemplo de modelos de sociedade. Foi a partir dessa perspectiva que a **noção europeia de civilização** passou a se disseminar por todo o ocidente, gerando eventos que vieram a questionar a proposta cosmopolita de que os seres humanos deveriam ter a capacidade de se relacionar, para além das diferenças culturais, e formar uma solidariedade universal entre eles, visando à formação de uma comunidade global.

São exemplos desses acontecimentos que colocaram em dúvida a validade da perspectiva cosmopolita: o colonialismo europeu, o período das duas guerras mundiais e o desenvolvimento da globalização e sua relação com o fenômeno do multiculturalismo. A seguir, estudaremos cada um desses eventos.

COLONIALISMO, IMPERIALISMO E ETNOCENTRISMO

O domínio europeu sobre suas colônias, no Novo Mundo, tinha como pressuposto uma postura civilizadora, em que os europeus, portadores de uma cultura supostamente superior, seriam responsáveis por "civilizar" os nativos do mundo novo. Desde o século XV, quando diferentes povos europeus iniciaram o processo colonial, passando pelo neocolonialismo (ou imperialismo) dos séculos XIX e XX, as diversas culturas humanas passaram a estar em contato mais próximo, ainda que sob relações de dominação e exploração. Por meio dessa investida em novos territórios, o colonialismo e o neocolonialismo europeus puseram em contato diferentes povos e diferentes culturas. Mas, paralelamente, reforçaram a imposição política, econômica e cultural baseada no modelo ocidental de civilização.

A existência de práticas de dominação, por parte dos europeus, estava embasada em pressupostos **etnocêntricos**. Já vimos que o etnocentrismo consiste em uma postura que estabelece critérios para as diferentes culturas do mundo serem compreendidas tendo como parâmetro a cultura daquele que as interpreta. Sendo assim, cada cultura se enxerga como se fosse o centro do universo e, desse modo, diferenças morais, religiosas, estéticas, entre outras, são desqualificadas pela cultura tomada como parâmetro. No caso específico europeu, o etnocentrismo pode ser chamado de eurocentrismo.

Rubens Lima

Rubens Lima

Por ser um fenômeno advindo do encontro entre culturas distintas, o elemento central do etnocentrismo é o estranhamento entre as culturas. Pois, nesse contato, as noções como "nós" e "outro" são produzidas, e uma série de representações sobre grupos sociais diferentes são criadas. Desse modo, todo o universo simbólico dos colonizados passava a ser permeado pela cultura europeia e cristã, apoiada na ideologia da superioridade da raça branca. Os europeus chegaram às Américas, assim como à África, à Ásia e à Oceania, em condição de domínio absoluto, gerando, evidentemente, reflexos na esfera cultural.

Não é correto utilizarmos o termo "aculturação" para designar o processo de assimilação cultural ocorrido entre as culturas indígenas, africanas e europeia. Isso porque "aculturação" supõe a substituição de uma cultura por outra, o que não acontece. O que ocorre é um processo de trocas culturais. Como a civilização europeia aportou em terras americanas para dominar os povos nativos, sua visão de mundo (etnocêntrica) acabou se impondo com mais intensidade sobre as demais, mas não as eliminou por completo. Em muitos lugares, como no Brasil, testemunhamos o surgimento de culturas híbridas e complexas, com referências culturais misturadas e ressignificadas. Afinal, as culturas não são estáticas, mas dinâmicas, mutáveis e adaptáveis. Atualmente, pensadores como o jamaicano Stuart Hall (1932-2014) e, especialmente, o argentino Néstor Canclini (1939-) se dedicam a estudar a *hibridização* cultural, cujo foco se concentra nas interseções – fusões, conflitos, contradições, ressignificações – entre as culturas na modernidade.

Um dos exemplos de cultura híbrida no Brasil é a umbanda. Ela teve origem no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e início do século XX, no contexto de urbanização do início da República. A umbanda reúne, sincreticamente, elementos de religiões espiritualistas de matriz africana, mais a doutrina espírita de Allan Kardec (espiritismo kardecista), cuja origem é francesa e se inspira em uma leitura racional e científica da espiritualidade. Segundo o historiador José Henrique de Oliveira, a umbanda expressaria a

> preocupação em edificar uma religião centrada na possibilidade de manifestação de espíritos oriundos das três etnias que formam a nação brasileira, foi certamente influenciada pelo intenso nacionalismo do regime de Vargas e pelo esforço de criar uma cultura nacional como base para a unificação do povo brasileiro.
>
> OLIVEIRA, J. H. M. *Das macumbas à Umbanda:* A construção de uma religião brasileira. Limeira: Editora do Conhecimento, 2008. p. 109.

Com isso, a umbanda sintetiza o hibridismo cultural, apresentando-se como uma nova religião em um novo cenário histórico-cultural, relacionando e reorganizando sistemas de crenças de outras religiões já existentes.

Porém, anteriormente à década de 1970 e às teorias derivadas dos Estudos Culturais e dos Estudos Pós-Coloniais, quase não havia consideração a respeito das diferenças culturais entre os europeus e os povos africanos e indígenas. Pautados no etnocentrismo, os europeus muitas vezes assumiam uma postura de dominação sobre as culturas que lhes eram estranhas.

> Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.
>
> [...]
>
> Como uma espécie de pano de fundo da questão etnocêntrica temos a experiência de um choque cultural. De um lado, conhecemos um grupo do "eu", o "nosso" grupo, que come igual, veste igual, gosta de coisas parecidas, conhece problemas do mesmo tipo, acredita nos mesmos deuses, casa igual, mora no mesmo estilo, distribui o poder da mesma forma, empresta à vida significados em comum e procede, por muitas maneiras, semelhantemente. Aí, então, de repente, nos deparamos com um "outro", o grupo do "diferente" que, às vezes, nem sequer faz coisas como as nossas ou quando as faz é de forma tal que não reconhecemos como possíveis. E, mais grave ainda, esse "outro" também sobrevive à sua maneira, gosta dela, também está no mundo e, ainda que diferente, também existe.
>
> [...]
>
> O grupo do "eu" faz, então, da sua visão a única possível ou, mais discretamente, se for o caso, a melhor, a natural, a superior, a certa. O grupo do "outro" fica, nessa lógica, como sendo engraçado, absurdo, anormal ou ininteligível. Este processo resulta num considerável reforço da identidade do "nosso" grupo. No limite, algumas sociedades chamam-se por nomes que querem dizer "perfeitos", "excelentes" ou, muito simplesmente, "ser humano" e ao "outro", ao estrangeiro, chamam, por vezes, de "macacos da terra" ou "ovos de piolho". De qualquer forma, a sociedade do "eu" é a melhor, a superior. É representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do "outro" é atrasada. É o espaço da natureza. São os selvagens, os bárbaros. São qualquer coisa menos humanos, pois estes somos nós. O barbarismo evoca a confusão, a desarticulação, a desordem. O selvagem é o que vem da floresta, da selva que lembra, de alguma maneira, a vida animal. O outro" é o "aquém" ou o "além", nunca o "igual" ao "eu".
>
> ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-22.

Istockphoto

DESCOLONIZAÇÃO E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

Terminada a Segunda Guerra Mundial, em 1945, acelera-se o processo de descolonização de territórios que estavam sob domínio das nações europeias, especialmente na África, na Ásia e na Oceania. Com as lutas por independência em vários países – como na Índia, que se libertou politicamente da Grã-Bretanha em 1947, liderada por Mahatma Gandhi –, começaram a ser reveladas as atrocidades cometidas pelos europeus em nome da exploração econômica, assim como as profundas mudanças culturais impostas pelo processo colonial aos povos colonizados. A subjugação material e cultural levou à extinção de vários povos milenares e produziu narrativas que contaram a história a partir do olhar do colonizador, silenciando as vozes dos dominados e invisibilizando as possibilidades de resistência e enfrentamento do processo colonial.

Domínio Público / Victor Meirelles

Primeira Missa do Brasil.

Porém, a partir da década de 1970, surge um novo campo de estudos nas ciências humanas cuja pretensão é a de estudar os efeitos políticos, econômicos e culturais da colonização e do imperialismo europeu, apontando os "perigos de uma história única" e dando voz à resistência à dominação: os Estudos Pós-Coloniais ou Pós-Colonialismo. O pós--Colonialismo é uma práxis social, política, econômica e cultural que busca responder e resistir tanto ao colonialismo quanto ao eurocentrismo, responsáveis por moldarem o mundo moderno em torno dos valores culturais de alguns determinados povos.

Seus propositores são, principalmente, escritores e intelectuais, oriundos de nações colonizadas, que reivindicam o direito de narrar sua própria história a partir da posição de subalternidade a que foram relegados. São importantes nomes como o do filósofo afro-americano Frantz Fanon (*Peles negras, máscaras brancas*); do filósofo Aimé Cesaire, da Martinica (*Discurso sobre o colonialismo*); do crítico literário palestino Edward Said (*Orientalismo*, *Cultura e Imperialismo*); do crítico literário indiano Hommi Bhabba (*O Local da Cultura*); da também indiana e filósofa Gayatri Spivak (*Pode o subalterno falar?*), que trazem à tona os efeitos da colonização através da ótica de quem a sofreu, ao invés da de quem se beneficiou. Com isso, colocam-se novos olhares sobre a história e sobre as relações entre colonizador / colonizado, mostrando muitas nuances e complexidades que se refletem na geopolítica da atualidade.

Assim sendo, novos temas surgem na literatura e nos estudos sociais: escravidão, hibridismo cultural, diáspora, migração, deslocamento cultural, colonização / descolonização do imaginário, lugar pós-colonial.

AS GUERRAS MUNDIAIS E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Os dois grandes conflitos mundiais, ocorridos nos anos de 1914 a 1918 e entre 1939 e 1945, são de fundamental importância para compreendermos a questão da diversidade cultural e a sua relação com os direitos humanos.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

1. Todos nós nascemos livres e iguais
2. Não discriminar
3. O direito à vida
4. Nenhuma escravatura
5. Nenhuma tortura
6. Tu tens direitos, não importa aonde vás
7. Somos todos iguais perante a lei
8. Os direitos humanos são protegidos por lei
9. Nenhuma detenção injusta
10. O direito a julgamento
11. Estamos sempre inocentes até prova em contrário
12. O direito à privacidade
13. Liberdade para mover
14. O direito a asilo
15. Direito a uma nacionalidade
16. Casamento e família
17. O direito às tuas próprias coisas
18. Liberdade de pensamento
19. Liberdade de expressão
20. Direito de ajuntamento público
21. O direito à democracia
22. Segurança social
23. Direitos dos trabalhadores
24. O direito à diversão
25. Comida e abrigo para todos
26. O direito à educação
27. Direitos de autor
28. Um mundo justo e livre
29. Responsabilidade
30. Ninguém pode tirar-lhe os seus direitos humanos

Gabriel Alves

Ainda que a Primeira Guerra Mundial tenha colocado em evidência a questão do etnocentrismo, já que uma de suas causas foi a disputa das grandes potências europeias por novas colônias, foi a Segunda Guerra Mundial que trouxe questionamentos ainda mais profundos sobre o modo como são tratadas as diferenças culturais. Isso se deve a um evento específico: o Holocausto praticado pelo regime nazista, responsável pela dizimação de judeus, ciganos, negros e outras etnias.

No âmbito político, o Holocausto provocou uma preocupação maior com a defesa dos direitos individuais, na esfera internacional, colocando em pauta a questão do respeito à diversidade cultural. A discussão perpassava a necessidade de criar mecanismos de defesa dos direitos humanos que fossem supranacionais, ou seja, não restritos às legislações nacionais. Esse posicionamento questiona a concepção liberal de Estado, que entende os seres humanos como iguais, cabendo ao esforço individual a única variável possível para a superação das desigualdades sociais e para o reconhecimento de direitos. Uma vez que a busca por instrumentos legais para garantir os direitos humanos enseja uma maior atuação do Estado na vida social, os adeptos do liberalismo social e econômico se colocam contra esse tipo de atuação estatal.

Desse modo, em 1948, é criada a Organização das Nações Unidas e adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, visando justamente garantir o respeito à diversidade cultural em todo o mundo. Mas, de que modo poderíamos conceber uma postura universal de defesa da diversidade cultural, visto que esta nos remete justamente à particularidade e não à universalidade?

É nesse aspecto que temos o embate de duas correntes distintas a respeito dos direitos humanos: o universalismo e o multiculturalismo.

O universalismo entende que a condição humana pressupõe uma forma de dignidade que deve ser garantida a todo e qualquer custo. Essa dignidade da pessoa é representada por padrões mínimos de respeito entre os indivíduos, devendo ser garantidos entre as nações que aderirem aos tratados internacionais.

Note que o princípio da dignidade humana passa a ser, hierarquicamente, uma norma superior às outras, tornando-se a base da atividade política em cada uma das coletividades que existem no mundo. Essa perspectiva estaria embasada numa visão de que

> os direitos dos homens nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais.
>
> BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 30.

A Declaração de Viena, de 1993, reafirma essa postura, como fica claro no seu parágrafo 5º:

> Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente, de maneira justa e equânime, com os mesmos parâmetros e com igual ênfase. As particularidades nacionais e regionais e bases históricas, culturais e religiosas devem ser consideradas, mas é obrigação dos Estados, independentemente de seu sistema político, econômico e cultural, promover e proteger todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais.
>
> CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS, 1993, Viena.
> *Declaração e Programa de Ação de Viena*.

A perspectiva universalista, portanto, entende que a realidade social é única e absoluta, sendo sua existência independente das representações dos seres humanos a respeito dos fenômenos da vida social. Por esse motivo, torna-se problemático considerar certas práticas como violadoras dos direitos universais, uma vez que elas apenas são consideradas com base nos valores daqueles que analisam a prática violadora. Um dos maiores riscos que a perspectiva universalista corre é a de adotar uma postura etnocêntrica, que toma como referência a visão de mundo de um grupo e a imponha como universal a todos os demais.

É nesse sentido que a visão multiculturalista se diferencia da visão universalista dos direitos humanos. Para os multiculturalistas, os direitos universais seriam uma construção tipicamente ocidental que não encontraria parâmetros nas demais culturas. Desse modo, não é possível falar em proteção dos direitos humanos sem considerarmos as particularidades de cada contexto cultural.

German Federal Archive / Domínio Público

German Federal Archive / Domínio Público

Wilhelm Brasse / Domínio Público

A perspectiva multiculturalista surge já com um grande viés político. Pois, os primeiros intelectuais a se dedicarem a essa perspectiva foram docentes universitários afro-americanos que, por meio de seus estudos nas áreas de Ciências Sociais, levantaram importantes questões sociais, políticas e culturais, denunciando a exclusão dos negros na sociedade americana e a subalternidade de grupos sociais minoritários e colonizados.

Esses apontamentos foram de fundamental importância para que a igualdade de direitos fosse extensiva também aos negros, na sociedade estadunidense, abrindo caminhos para que outras formas de exclusão social pudessem ser politizadas, ou seja, pudessem ser trazidas ao debate público para que fossem reconhecidas. Nesse viés, para a perspectiva multiculturalista, o Estado tem um papel de extrema importância, pois é ele quem garante as políticas que visam à proteção e ao reconhecimento de grupos que se encontram excluídos e vulneráveis em relação ao restante da sociedade.

Se pensarmos, no caso brasileiro, as políticas de cotas raciais para ingresso no funcionalismo público e nas universidades federais, bem como o ensino de História da África, inserem-se nesse contexto de reconhecimento cultural e na tentativa de correção das desvantagens sociais que incidiram sobre a população negra no Brasil.

Portanto, o multiculturalismo surge, primordialmente, como uma estratégia política, visando conceder representação aos grupos sociais minoritários da sociedade e, assim sendo, não pode ser compreendido fora do contexto das lutas sociais. Nesse sentido, questões relacionadas a etnia, raça, religião, sexualidade, gênero, entre outras, passam a ganhar grande relevância na esfera política.

Dessa maneira, podemos pontuar que o projeto cosmopolita moderno, aquele baseado na crença da superioridade europeia, não se cumpriu. Além disso, fez crescer a noção de que a justiça social não se faz apenas com a busca por igualdade jurídica, entre grupos sociais e indivíduos, mas, principalmente, pelo respeito às diferenças, às identidades e pela valorização das culturas que, ao longo do processo de modernização, foram desconsideradas por diferirem do cânone europeu. Nesse contexto, então, abre-se o caminho para o surgimento do multiculturalismo, que se difundiu em conjunto com o fenômeno da globalização.

CRÍTICAS À DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Como vimos anteriormente, a universalidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é discutível, não existindo de fato um consenso em torno de quais valores e normas abrangem todos os povos e culturas ao redor do mundo.

Uma das críticas mais contundentes veio do mundo islâmico, por meio de uma série de documentos que criticavam a visão ocidental, eurocêntrica e cristã da Declaração Universal dos Direitos Humanos proposta pela Assembleia Geral da ONU de 1948.

Destacam-se dois documentos: A Declaração Islâmica Universal dos Direito Humanos (DIUDH), de 1981, e a Declaração do Cairo sobre Direitos Humanos no Islã (DDHI), de 1990, também conhecida como Carta do Cairo. Ambas foram propostas e assinadas pelos 57 países-membros da Organização da Conferência Islâmica, voltada para a defesa da matriz cultural baseada na fé maometana e para o diálogo com as demais culturas.

As duas declarações paralelas não se opõem à DUDH, mas pretendem apresentar valores e normas também considerados universais sob uma ótica islâmica e em consonância com os textos sagrados muçulmanos. Comparando-se os três textos, percebe-se que há consonância em relação a vários aspectos (proteção à infância e regulação do trabalho, por exemplo), mas há discordância quanto a vários outros, especialmente no que diz respeito às questões morais. Por exemplo, as cartas árabes adotam a postura tradicionalista islâmica quanto ao padrão familiar, devendo a mulher ser vista como subordinada ao homem e com acesso restrito a direitos. Há restrições também à homossexualidade, entendida como "prática antinatural", e há a defesa da pena de morte como alternativa jurídico-legal.

Constata-se que existem proximidades e afastamentos entre as Declarações Islâmicas e a DUDH. Aproximam-se porque consagram direitos muito análogos de natureza civil, política, social e econômica. Porém, também se distanciam porque todos esses direitos estão limitados à sua própria visão de mundo, construída sobre solos culturais específicos e compreendidos como universais por seus propositores.

O intenso debate em torno da existência, ou não, de valores e normas universais não deve, contudo, levar ao abandono ou à rejeição de propostas de regulação internacional e de proteção aos indivíduos e às suas culturas. Ainda que não haja consenso quanto a vários aspectos específicos, é possível perceber que determinados valores fundamentais estão presentes de alguma forma: valorização da vida, condenação da tortura, abominação do estupro, direito ao *habeas corpus*, direito a refúgio e asilo político, condenação de crimes de guerra, proteção de liberdades individuais. Esses princípios são muito importantes para que indivíduos e grupos sociais tenham algum amparo jurídico contra abusos de poder e contra as várias formas de violência cometidas por outros indivíduos, corporações ou pelos próprios Estados, mesmo que haja dissensos quanto aos seus limites e aplicabilidades.

O MULTICULTURALISMO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

O mundo globalizado encurtou as distâncias geográficas e também diminuiu a noção de tempo à medida que as novas tecnologias de comunicação permitiram a troca de informações, em tempo real, a partir de pontos distantes da Terra. Essas novas possibilidades de interação fizeram com que culturas e visões de mundo distintas encontrassem outras maneiras de estabelecer contato, propiciando um novo olhar para a diversidade cultural do mundo.

A maior evidência das diferenças culturais propiciada pela globalização obriga, sobretudo o Ocidente, a repensar suas atitudes e posicionamentos frente a outros sistemas culturais. Em função do caráter de urgência que essas questões tomaram, a sociedade civil passou a elaborar ainda mais demandas de cunho cultural, tornando a relação entre cultura e política ainda mais estreita. Por esse motivo, a Globalização se articula de modo tão forte com o fenômeno do multiculturalismo.

De acordo com vários estudiosos do multiculturalismo, esse fenômeno se dá com a coexistência de diversas práticas culturais distintas que conformam uma mesma sociedade. Em outras palavras, compreender a sociedade como composta pela pluralidade de identidades, baseadas na heterogeneidade e na diversidade de etnias, classes sociais, valores, gêneros, padrões culturais e outros traços identitários, é o que o multiculturalismo destaca como fundamental. Ademais, os marcadores identitários, para o multiculturalismo, não devem ser escamoteados em busca de uma pretensa homogeneização. Ao contrário, eles devem ser explicitados e tematizados em nome da convivência da diferença. Em sua obra, *Multiculturalismo*, Semprini (1999) destaca o multiculturalismo como sendo constituinte de uma ruptura epistemológica com o projeto da modernidade.

Ou seja, ao invés de estar relacionado com as ideias, oriundas da modernidade, em que a homogeneidade cultural e a evolução "natural" da humanidade levariam as sociedades à construção universal do progresso e da civilização, o multiculturalismo está no bojo de um ponto de vista pós-moderno de sociedade. Então, a diversidade, a diferença e a descontinuidade são entendidas como categorias fundamentais pelos adeptos da perspectiva multicultural. Paralelamente, o multiculturalismo, diferentemente da concepção moderna e iluminista da identidade (vista como uma essência, estável, universal e fixa), entende-a imersa em um movimento de constante construção e reconstrução. Logo, a identidade, nos termos do multiculturalismo, é múltipla e descentrada.

A ampliação dos canais de comunicação entre os indivíduos facilita o intercâmbio de ideias e, consequentemente, cria novas possibilidades para a manifestação política. Por esse motivo, a diversidade e o intercâmbio cultural tornam-se uma questão de grande relevância política, pois a existência de diversas culturas em um mesmo país, por exemplo, exige do Estado mais atenção em termos de respeito à diversidade.

Podemos entender, então, que o respeito à diferença é a principal questão para o multiculturalismo, ao contrário do universalismo, que se preocupa com os pontos de contato entre diferentes sistemas culturais.

A grande contribuição política do multiculturalismo reside no fato de que ele não apenas aponta a importância de se refletir sobre as diferenças entre os distintos segmentos da sociedade, mas, também, busca modos amparados na lei e nas políticas públicas de produzir um sistema político e social em que as diferenças sejam respeitadas e as desvantagens sociais sejam ao menos atenuadas.

Por esse motivo, a formação de identidades culturais se torna fundamental para que os grupos sociais organizem suas demandas políticas e exprimam seus pontos de vista perante a sociedade em geral e diante do poder público. A coesão social somente é possível quando ocorre a identificação cultural e o respeito à alteridade. Assim, a formação de identidades sociais facilita o intercâmbio de reivindicações e o reconhecimento de grupos desfavorecidos socialmente.

Uma das expectativas criadas em torno da Globalização foi a de que uma homogeneidade cultural seria criada, tendo como base a cultura hegemônica dos países centrais, sendo que nesse processo as culturas minoritárias estariam fadadas ao desaparecimento. O que se viu, porém, foi o surgimento de novos conflitos sociais, em virtude da grande politização de aspectos da vida cotidiana (luta por moradia, direitos dos idosos, das donas de casa, etc.), que foram potencializados pela facilidade de troca de informações, permitindo, assim, que novos atores políticos passassem a apresentar novas demandas e a construir novas identidades políticas.

MAS, AFINAL, O QUE É DIVERSIDADE CULTURAL?

Pelo percurso que traçamos até o momento, você já aprendeu que as diferenças culturais entre os indivíduos foram mote para a construção da perspectiva cosmopolita, para o surgimento do fenômeno do multiculturalismo, além de terem servido para justificar atrocidades como o Holocausto.

O conceito de diversidade cultural aponta justamente para as diferenças das expressões culturais entre os diversos povos do planeta, mas não apenas isso. A noção de diversidade cultural se relaciona com dois fenômenos distintos: podemos nos referir tanto a formações sociais diferentes, como nações, tribos indígenas, civilizações antigas, como também podemos nos referir às dimensões culturais que ganharam importantes contornos políticos no mundo atual, como os movimentos negros, movimentos pelos direitos dos homossexuais, pelos direitos ambientais, entre outros. Por isso a questão da diversidade cultural e do multiculturalismo não é periférica e relegada somente ao domínio da moral pessoal. Ao contrário, ela é profundamente politizada e entra em choque com a homogeneização, que é característica da globalização, difundida pelo mercado e pela indústria cultural como estratégia de formação de consumidores em larga escala.

Em tempos de globalização, o que vemos é uma profusão de identidades políticas sendo elaboradas, demarcando os conflitos existentes em nossa sociedade que se valem da facilidade e agilidade de troca de informações para que tais identidades se tornem visíveis. Essa pluralidade de demandas políticas fez com que a diversidade cultural se tornasse uma questão social de suma importância.

O termo diversidade cultural significa a possibilidade de pensar condições para que os indivíduos tenham acesso ao exercício efetivo de seus direitos sociais, seja por meio de políticas públicas, de acesso a canais democráticos de apresentação de demandas sociais, ou qualquer outro elemento que culmine no reconhecimento da sua condição cidadã.

MONITORAMENTO INTERNACIONAL

A situação dos direitos humanos no Brasil foi examinada pela terceira vez de acordo com o processo de Revisão Periódica Universal da ONU. O Brasil recebeu 246 recomendações, entre outras: com relação aos direitos dos povos indígenas à terra; aos homicídios cometidos por policiais; à tortura e às condições degradantes nas prisões; e à proteção aos defensores de direitos humanos. Em maio, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma sentença contra o Brasil por sua omissão em fazer justiça pelos homicídios de 26 pessoas, cometidos pela polícia na favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1994 e maio de 1995. [...]

CONDIÇÕES PRISIONAIS

O sistema prisional continuou superlotado e os presos eram mantidos em condições degradantes e desumanas. A população carcerária era de 727.000 pessoas, das quais 55% tinham entre 18 e 29 anos e 64% eram afrodescendentes, segundo o Ministério da Justiça. Uma parcela significativa dos internos – 40% no âmbito nacional – estava detida provisoriamente, situação em que costumam permanecer por vários meses até serem julgados.

No estado do Rio de Janeiro, as condições prisionais desumanas foram ainda mais degradadas pela crise financeira, pondo em risco o abastecimento de comida, água e medicamentos para mais de 50.800 presos. A tuberculose e as doenças de pele atingiram proporções epidêmicas nas prisões do estado. No dia 2 de outubro, transcorreu o 25° aniversário do massacre do Carandiru, em que 111 homens foram mortos pela polícia na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida por Carandiru. Os responsáveis pelo massacre ainda não haviam sido responsabilizados. [...]

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Defensores de direitos humanos, principalmente nas áreas rurais, continuaram a ser ameaçados, atacados e assassinados. O Pará e o Maranhão estavam entre os estados nos quais os defensores corriam maior perigo. Segundo o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, uma coalizão da sociedade civil, 62 defensores foram mortos entre janeiro e setembro, mais do que no ano anterior. A maioria foi morta em conflitos por terras e recursos naturais. Cortes no orçamento e falta de vontade política para priorizar a proteção aos defensores de direitos humanos resultaram no desmonte do Programa Nacional de Proteção, deixando centenas de pessoas expostas a um alto risco de ataques. [...]

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXOS

Segundo o Grupo Gay da Bahia, 277 pessoas LGBTI foram assassinadas no Brasil entre 1 de janeiro e 20 de setembro, o maior número registrado desde que o grupo começou a compilar esses dados em 1980. [...]

LIBERDADE DE RELIGIÃO E CRENÇA

Durante todo o ano, locais de culto (terreiros) das religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé, no estado do Rio de Janeiro foram alvos de vários ataques cometidos por particulares, por gangues criminosas e por integrantes de outras religiões. Em agosto e setembro, pelo menos oito centros religiosos foram atacados e destruídos, a maioria na cidade do Rio de Janeiro e nos municípios da Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2017/18*: O estado dos direitos humanos no mundo. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SOCIOLOGIA

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFU-MG–2016) A humanidade cessa nas fronteiras da tribo, do grupo linguístico, às vezes mesmo da aldeia; a tal ponto, que um grande número de populações ditas primitivas se autodesigna com um nome que significa 'os homens' (ou às vezes – digamo-lo com mais discrição? – os 'bons', os 'excelentes', 'os completos'), implicando assim que as outras tribos, grupos ou aldeias não participam das virtudes ou mesmo da natureza humana, mas são, quando muito, compostos de 'maus', 'malvados', 'macacos da terra' ou de 'ovos de piolho'.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. *Antropologia Estrutural Dois*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1989: 334.

Nesse trecho, o antropólogo Claude Lévi-Strauss descreve a reação de estranhamento que é comum às das sociedades humanas quando defrontadas com a diversidade cultural. Tal reação pode ser definida como uma tendência

A) etnocêntrica.
B) iluminista.
C) relativista.
D) ideológica.

02. (Unesp) Cada cultura tem suas virtudes, seus vícios, seus conhecimentos, seus modos de vida, seus erros, suas ilusões. Na nossa atual era planetária, o mais importante é cada nação aspirar a integrar aquilo que as outras têm de melhor, e a buscar a simbiose do melhor de todas as culturas. A França deve ser considerada em sua história não somente segundo os ideais de Liberdade-Igualdade-Fraternidade promulgados por sua Revolução, mas também segundo o comportamento de uma potência que, como seus vizinhos europeus, praticou durante séculos a escravidão em massa, e em sua colonização oprimiu povos e negou suas aspirações à emancipação. Há uma barbárie europeia cuja cultura produziu o colonialismo e os totalitarismos fascistas, nazistas, comunistas. Devemos considerar uma cultura não somente segundo seus nobres ideais, mas também segundo sua maneira de camuflar sua barbárie sob esses ideais.

MORIN, E. *Le Monde*, 08 fev. 2012.

No texto citado, o pensador contemporâneo Edgard Morin desenvolve

A) reflexões elogiosas acerca das consequências do etnocentrismo ocidental sobre outras culturas.
B) um ponto de vista idealista sobre a expansão dos ideais da Revolução Francesa na história.
C) argumentos que defendem o isolamento como forma de proteção dos valores culturais.
D) uma reflexão crítica acerca do contato entre a cultura ocidental e outras culturas na história.
E) uma defesa do caráter absoluto dos valores culturais da Revolução Francesa.

03. (UERJ–2016)

Cidade maravilhosa

Cidade maravilhosa
Cheia de encantos mil
Cidade maravilhosa
Coração do meu Brasil

Berço do samba e de lindas canções
Que vivem n'alma da gente
És o altar dos nossos corações
Que cantam alegremente
[...]

André Filho e Silva Sobreira, 1935.
Disponível em: <http://letras.mus.br>.

Rio 40 graus

Rio 40 graus
Cidade maravilha
Purgatório da beleza
E do caos
[...]
O Rio é uma cidade
De cidades misturadas
O Rio é uma cidade
De cidades camufladas
Com governos [misturados
Camuflados, paralelos
Sorrateiros
Ocultando comandos...
[...]
Gatilho de disket
Marcação pagode, funk
De gatilho marcação
De samba-lance
Com batuque digital
Na sub-uzi musical
De batucada digital
[...]

Fernanda Abreu, 1992.

As letras das canções "Cidade maravilhosa", de 1935, e "Rio 40 graus", de 1992, parecem não retratar a mesma cidade.

As diferentes percepções do Rio de Janeiro, retratadas em cada letra, podem ser associadas, respectivamente, às ideias de

A) ostentação da beleza natural – reformulação da segurança pública.
B) mistificação da relevância política – caracterização da desordem urbana.
C) enaltecimento da tranquilidade social – valorização da integração étnica.
D) glorificação da identidade local – reconhecimento da diversidade cultural.

04. (Unioeste-PR) Do ponto de vista sociológico, a expressão "diversidade cultural" sustenta

A) o processo por meio do qual as classes dominantes combatem as formas de expressão dos grupos populares.
B) a pluralidade de manifestações e expressões como: rituais, práticas, comemorações, lamentações, produtos, hábitos dos grupos que constituem uma sociedade.
C) ideologia subjacente ao exercício da cidadania das classes sociais hegemônicas.
D) apenas a defesa dos direitos de negros, mulheres e indígenas.
E) apenas os direitos de membros das classes subalternas da sociedade.

05. (UEL-PR) O etnocentrismo pode ser definido como uma "atitude emocionalmente condicionada que leva a considerar e julgar sociedades culturalmente diversas com critérios fornecidos pela própria cultura. Assim, compreende-se a tendência para menosprezar ou odiar culturas cujos padrões se afastam ou divergem dos da cultura do observador que exterioriza a atitude etnocêntrica. [...] Preconceito racial, nacionalismo, preconceito de classe ou de profissão, intolerância religiosa são algumas formas de etnocentrismo".

WILLEMS, E. *Dicionário de Sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 125.

Com base no texto e nos conhecimentos de Sociologia, assinale a alternativa cujo discurso revela uma atitude etnocêntrica.

A) A existência de culturas subdesenvolvidas relaciona-se à presença, em sua formação, de etnias de tipo incivilizado.

B) Os povos indígenas possuem um acúmulo de saberes que podem influenciar as formas de conhecimentos ocidentais.

C) Os critérios de julgamento das culturas diferentes devem primar pela tolerância e pela compreensão dos valores, da lógica e da dinâmica própria a cada uma delas.

D) As culturas podem conviver de forma democrática, dada a inexistência de relações de superioridade e inferioridade entre elas.

E) O encontro entre diferentes culturas propicia a humanização das relações sociais, a partir do aprendizado sobre as diferentes visões de mundo.

06. (UNISC-RS) As considerações sobre cultura nos levam a uma importante conclusão: a existência de uma imensa diversidade cultural – tanto nos níveis regionais e nacionais como na sociedade global – implica a existência de diferenças, mas não de desigualdades. Em outras palavras, a Antropologia nos ensina hoje que sociedades e grupos sociais cujos valores, práticas e conhecimentos não são iguais aos nossos não são primitivos ou inferiores: são diferentes.

As diferenças só passam a ser sinônimo de desigualdade quando estão inseridas em relações de dominação e exploração.

SANTOS, Rafael José. *Antropologia para quem não vai ser antropólogo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005. p. 32-33.

Considerando a ideia de diversidade cultural apresentada no texto anterior, avalie as seguintes afirmativas:

I. A diversidade cultural existe porque as diferentes sociedades encontram-se em estágios diferentes de evolução social.

II. Estudo e reconhecimento da diversidade cultural não permitem a classificação de sociedades em primitivas e evoluídas.

III. As diferenças biológicas entre os seres humanos determinam as diferenças de hábitos e costumes culturais.

IV. As diferenças culturais são transformadas em desigualdades culturais quando duas ou mais culturas são colocadas em contato por relações de força.

Assinale a alternativa correta.

A) Somente a afirmativa I está correta.

B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

C) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

D) Todas as afirmativas estão corretas.

E) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

07. FQ9G (UEG-GO) Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro de minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra.

GANDHI, M. Relatório do desenvolvimento humano 2004. In: TERRA, Lygia; COELHO, Marcos de A. *Geografia geral*. São Paulo: Moderna, 2005. p. 137.

Considerando-se as ideias pressupostas, o texto

A) afirma que a globalização aumentou, de modo sem precedente, os contatos e a união entre os povos e seus valores, reforçando o respeito às diferenças socioculturais.

B) critica a intolerância com relação a outras culturas, gerando assim os conflitos comuns neste novo século.

C) indica o reconhecimento à diversidade cultural, além das necessidades de afirmação e de identidade, seja étnica, seja cultural, seja religiosa.

D) nega a existência da exclusão cultural e ressalta a homogeneização mundial e a superação/eliminação de fronteiras culturais.

08. F4UW (Unesp–2015) Projeto no Iraque reduz a idade mínima de casamento para xiitas mulheres para 9 anos. Xiitas iraquianas, caso o texto seja aprovado, só poderão sair de casa com autorização do marido e deverão estar sempre disponíveis para relações sexuais. Esse tipo de notícia coloca em xeque os ungidos multiculturalistas ocidentais. Como, segundo estes, não há culturas atrasadas mas apenas "diferentes", e porque a democracia, entendida apenas como escolha da maioria, é um valor absoluto, por que condenar quando a maioria de um povo escolhe por voto a sharia*? Chegamos ao impasse dos multiculturalistas: aceitam que cada cultura seja "apenas diferente" e que, portanto, não há bárbaros, ou constatam o óbvio, ou seja, que certas sociedades ainda vivem presas a valores abjetos, que ignoram completamente as liberdades básicas dos indivíduos. Qual vai ser a opção?

CONSTANTINO, Rodrigo. *Pedofilia? No Iraque islâmico é permitido por lei!* Disponível em: <http://www.veja.com.br>. Acesso em: 02 maio 2014 (Adaptação).

*Sharia: lei islâmica.

Para o autor, o conflito suscitado opõe essencialmente

A) iluminismo e racionalismo.

B) democracia e estados de exceção.

C) cristianismo e islamismo.

D) relativismo e universalidade.

E) multiculturalismo e antropologia.

09. KJMQ (UFU-MG) Todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro.

LARAIA, Roque. *Cultura, um conceito antropológico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Considerando o texto acima, marque a alternativa correta acerca das afirmações a seguir:

I. As *sociedades tribais* são tão eficientes para produzir cultura quanto qualquer outra, mesmo quando não possuem certos recursos culturais presentes em outras culturas.

II. As *sociedades selvagens* são capazes de produzir cultura, mas estão mal adaptadas ao meio ambiente e, por isso, algumas nem sequer possuem o Estado.

III. As chamadas *sociedades indígenas* são dotadas de recursos materiais e simbólicos eficientes para produzir cultura como qualquer outra, faltando-lhes apenas uma linguagem própria.

IV. As chamadas *sociedades primitivas* conseguiram produzir cultura plenamente, ao longo do processo evolutivo, quando instituíram o Estado e as instituições escolares.

A) I e II estão corretas.
B) Apenas I está correta.
C) I e III estão corretas.
D) I e IV estão corretas.

10. (UEM-PR) Considerando a temática da diversidade étnica, assinale o que for correto.

1. A abordagem sociológica da cultura dos diferentes grupos étnicos exige que o pesquisador não crie hierarquias entre eles.

2. O olhar etnocêntrico é aquele que vê a cultura do outro a partir de referências dadas pela sua própria cultura.

4. A concepção de que a Europa tem uma cultura mais avançada do que a do "Novo Mundo" legitimou as ações colonialistas, que visavam à dominação de diversos povos e de suas culturas.

8. A análise crítica da cultura dos povos indígenas e dos grupos étnicos que habitam as regiões Norte e Nordeste do Brasil confere centralidade aos aspectos climáticos que determinam suas práticas culturais.

16. A diversidade cultural se explica em razão do processo histórico de singularização das culturas dos diversos grupos sociais que integram uma mesma sociedade.

Soma ( )

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2018) Em algumas línguas de Moçambique não existe a palavra "pobre". O indivíduo é pobre quando não tem parentes. A pobreza é a solidão, a ruptura das relações familiares que, na sociedade rural, servem de apoio à sobrevivência. Os consultores internacionais, especialistas em elaborar relatórios sobre a miséria, talvez não tenham em conta o impacto dramático da destruição dos laços familiares e das relações de entreajuda. Nações inteiras estão tornando-se "órfãs", e a mendicidade parece ser a única via de uma agonizante sobrevivência.

COUTO, M. *E se Obama fosse africano?* & outras intervenções. Portugal: Caminho, 2009 (Adaptação).

Em uma leitura que extrapola a esfera econômica, o autor associa o acirramento da pobreza à

A) afirmação das origens ancestrais.
B) fragilização das redes de sociabilidade.
C) padronização das políticas educacionais.
D) fragmentação das propriedades agrícolas.
E) globalização das tecnologias de comunicação.

02. NBHZ (Enem–2017) Muitos países se caracterizam por terem populações multiétnicas. Com frequência, evoluíram desse modo ao longo de séculos. Outras sociedades se tornaram multiétnicas mais rapidamente, como resultado de políticas incentivando a migração, ou por conta de legados coloniais e imperiais.

GIDDENS. A. *Sociologia*. Porto Alegre: Penso, 2012 (Adaptação).

Do ponto de vista do funcionamento das democracias contemporâneas, o modelo de sociedade descrito demanda, simultaneamente,

A) defesa do patriotismo e rejeição ao hibridismo.
B) universalização de direitos e respeito à diversidade.
C) segregação do território e estímulo ao autogoverno.
D) políticas de compensação e homogeneização do idioma.
E) padronização da cultura e repressão aos particularismos.

Religião e Sociedade

A SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO

O objetivo de uma sociologia da religião é investigar como as crenças em um plano transcendente afetam a organização social e os padrões de comportamento das pessoas. Sendo assim, não compete à Sociologia estabelecer se existe algum deus, se o universo foi criado por alguma entidade sobrenatural ou se há vida após a morte. O que interessa a essa ciência é o modo variado como o fenômeno religioso se manifesta em diversas culturas e a grande influência que exerce na organização das sociedades. Logo, não se pode pensar sociologicamente as religiões sem levar em conta os aspectos da cultura na qual se inserem.

Em seus aspectos culturais, a religião necessita ser legitimada socialmente, ou seja, os membros de uma comunidade religiosa devem acreditar e respeitar as normas sociais impostas pela religião. Somente dessa maneira é que o controle social, sobre as vontades individuais, pode se fazer eficaz. Uma comunidade religiosa representa não apenas um controle sobre os indivíduos, mas também uma rede de apoio psicológico, econômico e até mesmo político, especialmente no mundo moderno.

Ao contrário de afirmar que "religião não se discute", como o ditado do senso comum, a Sociologia e as Ciências Humanas entendem que a relação entre religião e sociedade possui inúmeros objetos que merecem muita atenção e discussão pública para que não incorramos em modelos fundamentalistas, autoritários e discriminatórios, como ocorreu tantas vezes na história da humanidade. Não seria por outro motivo que se tem debatido bastante atualmente acerca da legitimidade das religiões, da necessidade de que o Estado Moderno seja laico, da pluralidade de manifestações religiosas e do fundamentalismo religioso, especialmente relacionado aos atentados terroristas. Discutir esse tema é de fundamental importância para as sociedades modernas, cada vez mais diversificadas, com grande variedade de credos e doutrinas, em nome de uma convivência mais harmônica e respeitosa.

O SAGRADO E O PROFANO

A relação do ser humano com um plano transcendente ao seu mundo físico é uma constante em todo e qualquer grupo humano. Portanto, não podemos deixar de considerar esse aspecto como de fundamental importância para compreendermos o modo como se dá a coesão entre os indivíduos em um grupo social e, igualmente, como a crença religiosa serve de substrato para ações dos indivíduos no mundo.

Mas de qual maneira a religião estabelece os fundamentos para uma vida em sociedade? Essa prerrogativa está baseada na forma como a crença institui a divisão entre duas categorias distintas: o sagrado e o profano. Nesse sentido, o sagrado surge como uma esfera separada do mundo físico, remetendo ao extraterreno, ao metafísico e ao intangível. Já o profano é aquilo que é comum na vida cotidiana, secular, destituído de um significado transcendente e, portanto, impuro.

Essa oposição entre o sagrado e o profano organiza a vida social, estabelecendo uma hierarquia entre os assuntos e as práticas cotidianas. Podemos considerar, sob essa perspectiva, que o âmbito do sagrado se configura como o centro organizador de uma determinada cultura religiosa, que sempre se coloca como externo ao universo cotidiano dos membros da coletividade. Esse centro organizador pode ser um deus, o cosmos, entre outras divindades ou formas religiosas.

> O sagrado e o profano foram sempre e por toda parte concebidos pelo espírito humano como gêneros separados, como dois mundos entre os quais nada há em comum [...]. Uma vez que a noção de sagrado é, no pensamento dos homens, sempre e por toda parte separada da noção do profano [...]. Mas o aspecto característico do fenômeno religioso é o fato de que ele pressupõe uma divisão bipartida do universo conhecido e conhecível em dois gêneros que compreendem tudo o que existe, mas que se excluem radicalmente. As coisas sagradas são aquelas que os interditos protegem e isolam; as coisas profanas aquelas às quais esses interditos se aplicam e que devem permanecer à distância das primeiras.
>
> DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 70-72.

Socialmente, a relação entre os indivíduos e o plano sagrado é mediada pelo uso de símbolos, pelo compartilhamento de mitos de origem do mundo e pela participação em ritos sagrados. Conforme já estudamos, a relação do ser humano com sua cultura é estabelecida no plano simbólico, ou seja, na capacidade que temos de dar significado ao mundo ao nosso redor por meio da linguagem.

O mito, do grego *mythos*, significa literalmente "narração" ou "discurso" e está na base de qualquer religião. Desse modo, os mitos se apresentam como narrativas que contam a maneira como o universo foi criado, assim como o ser humano e a realidade surgiram, atualizando o passado, contextualizando o presente e dando direcionamento ao futuro de uma determinada comunidade religiosa. Já os ritos são dramatizações, formas que os indivíduos encontram para vivenciar a sua relação com o sagrado, e ocorrem por meio de cerimônias, danças, sacrifícios, entre outras ações.

As religiões, assentadas sobre seus mitos, são as principais fornecedoras das regras morais que organizam as noções de bom e ruim, de certo e errado, de bem e mal, na maioria das sociedades humanas. Seja pelo temor ou pelo amor a um ou mais deuses, os seres humanos encontram na religião as normas para orientar suas vidas, as respostas para suas dúvidas e o consolo para suas angústias.

Conhecendo como as religiões estabelecem os padrões de comportamento entre seus seguidores, é cabível, agora, saber como os principais pensadores da Sociologia enxergam a relação entre a religião e o mundo moderno.

A RELIGIÃO PARA DURKHEIM, WEBER E MARX

As primeiras reflexões sociológicas a respeito da religião levavam em consideração o advento da modernidade como ponto de partida para se pensar sobre a importância da religião para a vida social em um contexto completamente distinto daquele que existia nas sociedades tradicionais. Nestas, a religião possuía a função de garantir a ordem social, uma vez que detinha um grande peso sobre as ações individuais.

Desse modo, devido à grande influência do positivismo na constituição da Sociologia, a religião era vista como uma forma de conhecimento da realidade que deveria ser superada pelo conhecimento científico. Essa era a visão de pensadores como Auguste Comte, Edward Tylor e Herbert Spencer. Ainda sob forte influência do pensamento positivista, **Émile Durkheim**, em seus estudos sobre a religião, buscava encontrar aquilo que havia em comum entre todas as religiões e, para tanto, iniciou seus estudos com a religião dos povos aborígines da Austrália. Posteriormente, ele generalizou suas conclusões para as outras religiões do mundo moderno, definindo a religião como

> Um sistema de crenças e práticas em relação ao sagrado, que unem em uma mesma comunidade moral todos os que a ela aderem.
>
> DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 79.

Em sua concepção, a religião era um fato social e, portanto, estava além da consciência individual. Logo, a religião é fundamental para que as pessoas se mantenham agregadas socialmente. É nesse sentido que devemos entender os vínculos morais que a religião ajuda a estabelecer, pois, para que os indivíduos constituam grupos, deve sempre haver valores que sejam superiores aos individuais.

Para Durkheim, tanto as religiões antigas (como o totemismo) quanto as modernas são representações da consciência coletiva que possuem enorme importância para a organização da vida social, ditando valores e normas que orientam as ações dos indivíduos. Esses valores e normas são atualizados e reforçados pelos ritos, que normalmente são públicos, regulares e produzem o reforço da fé e a coesão social do grupo.

No entanto, com a complexificação das sociedades e a mudança no tipo predominante de solidariedade, da mecânica para a orgânica, as religiões foram perdendo espaço na ordem social para outras instituições, como o trabalho e a economia.

Enquanto, para Durkheim, a religião tem a função de agregar os indivíduos, **Max Weber** entende que, nas sociedades modernas, as crenças religiosas são o resultado da crescente racionalização das ações individuais. Por esse motivo, Weber procurava enxergar as práticas religiosas como ações racionais que visavam a objetivos específicos. A religião, ao influenciar a ação dos indivíduos, faz com que determinados valores e atitudes sejam incorporados à vida prática.

Ao contrário de Durkheim, para quem a religião teria suas características generalizáveis a qualquer sociedade, uma vez que era fundamental para garantir a coesão social, Weber não se preocupou em formular uma teoria geral a respeito da religião. Para ele, as religiões também seriam um componente importante na vida social, porém deveriam sempre ser tomadas, interpretadas e compreendidas em relação ao contexto histórico em que são praticadas. Portanto, ao contrário dos pensadores positivistas, que viam na religião um elemento estranho à ordem social moderna, Weber a entende como um fator fundamental na constituição do mundo moderno. Por esse motivo, a relação entre religião e economia, por exemplo, era um dos objetos principais da sociologia da religião desse pensador.

Rubens Lima

Representações do sagrado e do profano no imaginário social.

Weber dedicou uma atenção especial ao fenômeno do protestantismo, estudando não só sua origem histórica, mas também seu impacto na formação das sociedades ocidentais modernas. Em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1902), Weber analisa a grande importância que teve o modo de pensar dos protestantes na consolidação do capitalismo na Europa. Ao contrário dos católicos, os protestantes, em geral, e calvinistas, em particular, defendiam a liberdade, o individualismo, a democracia, o progresso e o livre-comércio, valorizando sobremaneira o mérito individual por meio do trabalho e, por conseguinte, a acumulação de capital. Esse processo foi tratado por Weber como "racionalização religiosa", que corresponde a um **desencantamento do mundo**, verificado pela crescente intervenção da racionalidade na configuração de algumas religiões cristãs na modernidade, especialmente no calvinismo do século XVII.

O desencantamento do mundo, propiciado pelo crescimento da racionalização, do individualismo e da ciência, fazia com que as ações sociais de tipo racional (com relação a valores e com relação a fins) passassem a ser predominantes em detrimento da ação social tradicional, que era mais comum nas religiões tradicionais, como o catolicismo.

Assim, as práticas cotidianas dos protestantes buscavam assegurar a salvação (temporal e eterna) não por meio de ritos, nem por uma fuga mística do mundo ou por um ascetismo transcendente, mas se afirmando no mundo material por intermédio do trabalho, da profissão, da inserção social. Nesse contexto, os dogmas religiosos e sua interpretação por parte dos indivíduos são componentes integrantes dessa nova visão de mundo. Weber entende que:

> [...] para os calvinistas, o controle constante da conduta moral foi precondição psicológica para a instauração de um racionalismo econômico. Esse ativismo econômico puritano, sem dúvida, foi um poderoso fator de desenraizamento do homem de sua conduta tradicional, que possibilitou a formação do homem capitalista moderno. [...] Weber conclui que haveria uma "afinidade eletiva" entre o protestantismo ascético e o espírito do capitalismo, e seu resultado foi a formação de uma classe de empreendedores e homens de negócios, bem como uma classe de artesãos e operários, para os quais o uso racional do tempo e do trabalho, para a obtenção de lucro, consistia no fim em si mesmo.
>
> GRACINO JÚNIOR, Paulo.
> Dos interesses weberianos dos sociólogos da religião:
> um olhar perspectivo sobre as interpretações
> do pentecostalismo no Brasil. *Horizonte*,
> Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 69-92, jun. 2008.

A importância dada à religião por Durkheim e Weber, como objeto de estudo, não foi acompanhada por **Karl Marx**, sendo relegada ao segundo plano em seus estudos. Para Marx, a realidade humana é produzida no processo de transformação da natureza por meio do trabalho. Sendo assim, a essência do ser humano está atrelada à produção do mundo material. Qualquer aspecto da existência humana que não tenha relação direta com o processo produtivo faz parte da superestrutura da sociedade e, assim, sua única função é manter o processo de dominação da classe burguesa em uma sociedade capitalista.

Logo, a religião seria um instrumento de dominação da burguesia, uma vez que participaria do processo de alienação. Dessa forma, faria com que as classes dominadas acreditassem em um esquema interpretativo da realidade que ocultasse o modo como se dá a dominação social, nesse caso, por meio das posições de classes, instituídas a partir da revolução econômica. Ao contrário de Weber, para quem a religião pode impulsionar comportamentos individuais que resultem em mudanças na esfera social, como é o caso da superação da ordem econômica feudal para a economia capitalista, Marx entende a religião como uma força conservadora que contribui para manter o privilégio das classes abastadas.

A famosa frase de Marx "a religião é o ópio do povo", presente no livro *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (1844), resume a visão do teórico socialista acerca do fenômeno religioso: assim como o ópio anestesia o corpo, impedindo que o indivíduo sinta dor e busque combater sua causa, para ele, a religião anestesia a consciência dos indivíduos, impedindo que eles reconheçam a dominação a que estão submetidos e tentem lutar contra ela. Seja o cristianismo ou qualquer outra religião, a crença em uma esfera transcendente faz com que os indivíduos se resignem às injustiças da vida material, deixando de se indignar com as causas reais de toda injustiça: a acumulação da propriedade privada dos meios de produção por uma classe, que submete as demais à exploração do trabalho. Por isso, para Marx, a religião é um componente da ideologia que acaba por reforçar a dominação de classe.

SECULARIZAÇÃO E PLURALISMO RELIGIOSO

Como já vimos, a religião cumpria uma função importante nas sociedades tradicionais, que era justamente a de manter a coesão social. Porém, com o desenvolvimento das sociedades capitalistas, muito se questionou a respeito do papel da religião nesse novo contexto. De acordo com alguns pensadores positivistas, como Comte e Spencer, a religião sofreria um paulatino processo de perda de sua importância nas sociedades modernas, chegando, inclusive, ao seu desaparecimento. Esse processo ficou conhecido como secularização.

Por secularização entendemos o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle e influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico [...]. Ela afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo.

Mais ainda, subentende-se aqui que a secularização também tem um lado subjetivo. Assim como há uma secularização da sociedade e da cultura, também há uma secularização da consciência.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado*: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 118-119.

No entanto, ao contrário do que previam os positivistas e defensores do cientificismo, as religiões não foram extintas com o avanço da industrialização. Dados mostram que o fenômeno é bem mais complexo: ao mesmo tempo em que há um aumento do número de pessoas que se identificam com o agnosticismo e o ateísmo, nota-se um recrudescimento do sentimento religioso, principalmente nas classes mais populares.

Sociólogos como Peter Berger entendem, inclusive, que o próprio processo de secularização é o responsável pela grande diversidade de crenças religiosas no mundo moderno. Segundo Berger, o que acontece é, de fato, um processo de secularização, mas que não leva à extinção das religiões. Esse processo ocorre de modo distinto em diferentes esferas da sociedade e se torna uma característica do mundo moderno.

Desse modo, podemos entender que a constituição do Estado apresenta um processo de secularização mais acentuado que o âmbito da família, por exemplo. Essa situação denota um processo caro à religião no mundo atual, que é o de sair da esfera pública e se fazer valer de modo mais forte no âmbito privado. Se, nas sociedades tradicionais, a religião determinava fortemente a identidade dos indivíduos em função de sua maior presença na cultura, as sociedades modernas atribuem ao indivíduo a possibilidade de ele próprio construir sua identidade, e, assim, a religião passa a se relacionar a questões de foro privado.

Portanto, a religião nas sociedades modernas não tem o papel de unificar todos os indivíduos em torno de um significado religioso, o que possibilita a maior pluralidade de crenças religiosas no mundo atual.

Porém, por mais que a religião se torne mais importante no âmbito privado que na esfera pública, ela não deixa de gerar efeitos em toda a sociedade. Na visão de Berger, o pluralismo religioso enseja uma competição entre as religiões em busca de novos seguidores. Como você pode perceber, essa competição é fruto direto do deslocamento da religião para a esfera privada. Como afirma o próprio Berger, as religiões, de certa forma, se tornam mercantilizadas, pois passam a buscar a preferência dos indivíduos, e não mais atuam de forma coercitiva nas sociedades modernas. Assim, enquanto, nas sociedades tradicionais, as religiões detinham o poder de legitimar o mundo exterior, na modernidade, a disputa é pela legitimidade de universos particulares, da subjetividade de cada indivíduo.

A característica-chave de todas as situações pluralistas, quaisquer que sejam os detalhes de seu pano de fundo histórico, é que os ex-monopólios religiosos não podem mais contar com a submissão das populações. A submissão é voluntária e, assim, por definição, não é segura.

Resulta daí que a tradição religiosa, que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora tem que ser colocada no mercado. Ela tem que ser "vendida" para uma clientela que não está mais obrigada a "comprar". Nelas as instituições religiosas tornam-se agências de mercado e as tradições religiosas tornam-se comodidades de consumo.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado*: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 149

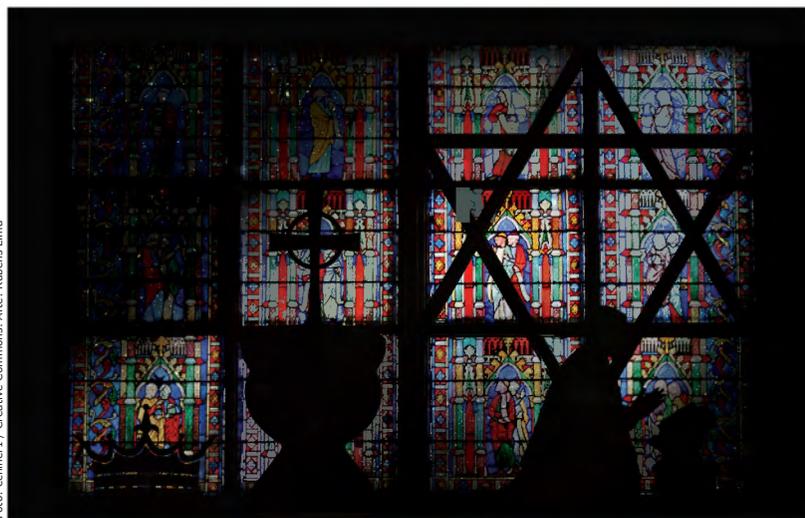



Foto: echiner1 / Creative Commons. Arte: Rubens Lima

Por esse motivo, um dos fenômenos que mais tem chamado a atenção dos sociólogos contemporâneos diz respeito aos novos meios utilizados pelas religiões para conseguir novos adeptos. Em uma era fortemente influenciada pelos meios de comunicação de massa, muitas religiões têm aderido às novas tecnologias de comunicação para transmitir suas mensagens, doutrinar e ganhar novos fiéis. Seja pela transmissão ao vivo de cultos ou rituais, por programas de socorro espiritual ou pelo domínio de canais inteiros, com transmissão de conteúdo religioso em tempo integral, várias denominações religiosas disputam um mercado de comunicação que antes estava associado somente aos setores comerciais e de entretenimento.

Obviamente, esse fenômeno não escapa da leitura realizada pela Teoria Crítica, pois ele apresenta as mesmas características de qualquer outro produto da indústria cultural, especialmente a midiatização e a espetacularização. Essa relação está intimamente associada à mercantilização da fé: em um mundo capitalista e voltado para o consumo, a fé e seus benefícios (como os milagres) muitas vezes são anunciados como produtos ou serviços e recebem um tratamento mercadológico, incluindo investimento em propaganda publicitária e garantia de satisfação.

FUNDAMENTALISMO E GLOBALIZAÇÃO

Ao pensarmos a relação entre cultura e religião, não podemos deixar de refletir sobre o papel da religião em uma cultura globalizada como aquela em que vivemos. Por globalização, devemos entender o estágio atual das sociedades modernas e pós-industriais, em que há um intercâmbio cada vez maior de capitais, símbolos, valores, costumes e instituições sociais, propiciado pela rapidez de veiculação de conteúdos e imagens e pela potencialização dos contatos entre pessoas de culturas distintas. Como esse contexto pode afetar a dinâmica das religiões?

As religiões apresentam um caráter dual em relação à globalização. Ao mesmo tempo em que elas podem ser usadas como um elemento identitário, valorizando uma cultura particular e servindo, inclusive, de referência para ações políticas, podem também fazer parte de um discurso que busca expandir uma religião específica para outros povos e para outras culturas. Por esse motivo, são tão presentes, nos dias atuais, os discursos que remontam ao fundamentalismo religioso.

O fundamentalismo consiste, basicamente, no apego ao cumprimento estrito e literal dos preceitos e normas contidos nos textos sagrados. Essa postura, também chamada de fanatismo religioso, não é recente na história da humanidade, porém tem se tornado um grande problema nas sociedades contemporâneas devido ao processo de globalização.

Conforme afirma o sociólogo espanhol Manuel Castells, em seu livro *O Poder da Identidade* (1999), quando o fundamentalismo toma conta do discurso religioso, entramos em um âmbito em que a religião passa a ser algo muito maior que a possibilidade de conforto espiritual para as imprevisibilidades da vida. Uma religião, quando tem exacerbada a sua vertente fundamentalista, na realidade, produz uma identidade que é utilizada para se opor a uma determinada configuração social e política.

O fundamentalismo religioso se apresenta quando uma orientação religiosa é utilizada para a ação direta no mundo social e político, não raro buscando intervenções diretas na realidade. Em um mundo onde os fluxos culturais são constantes, as religiões, muitas vezes, são elementos para a defesa de um ponto de vista particular da realidade, em oposição a uma situação opressora.

Nesse caso, o fundamentalismo passa a ser o principal responsável pela **intolerância religiosa**, que dificulta o reconhecimento da diversidade e da legitimidade de outras crenças, podendo gerar um ambiente hostil ao diálogo e à convivência.

> O fundamentalismo, em geral, não é somente uma forma de teologia, é antes uma ideologia que se alia a interesses sociais e políticos de grupos identificáveis, contrários a qualquer tipo de pluralismo. O seu empenho não se limita unicamente a preservar a fé, mas deseja transformar o mundo de tal maneira que a fé possa ser mais facilmente preservada. Na sua manifestação mais profunda, o fundamentalismo não reconhece uma linha divisória entre religião e política. A religião não é concebida como algo privativo do indivíduo tal como propicia a modernidade.
>
> GARCIA RUÍZ, M. Fundamentalismo. In: MORENO VILLA, Mariano (Coord.). *Dicionário de pensamento contemporâneo*. Tradução coordenada por Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2000. p. 364.

Geralmente, o senso comum associa o fundamentalismo religioso à religião islâmica, em razão dos eventos envolvendo atentados suicidas praticados por fiéis muçulmanos nas últimas décadas. Nesse contexto, o atentado às Torres Gêmeas em Nova Iorque, no ano de 2001, tornou-se emblemático. O fundamentalismo, porém, não é um fenômeno exclusivo do mundo islâmico. As leituras radicais e intolerantes são constantes em várias religiões ao redor do mundo.

Em um mundo cada vez mais global, em que o multiculturalismo se mostra uma realidade inescapável, a intolerância religiosa é um problema de proporções consideráveis por interferir diretamente na estabilidade da estrutura social. Exatamente por esse motivo, as iniciativas governamentais e civis têm sido intensificadas – inclusive promovidas por muitas instituições religiosas – e voltadas para a promoção de uma educação religiosa que valorize o conhecimento da história das religiões, as noções de cultura religiosa e o reconhecimento da diversidade natural intrínseca ao universo humano, incentivando o respeito e a tolerância para com a liberdade nesse âmbito.

Uma das iniciativas atuais é a do **ecumenismo**: movimento de integração de várias denominações cristãs, que busca valorizar os aspectos em comum entre elas em vez de acentuar suas divergências. Fazem parte do movimento ecumênico brasileiro: a Igreja Católica Apostólica Romana, A Igreja Cristã Ortodoxa, a Igreja Evangélica Luterana e a Igreja Anglicana.

RELIGIOSIDADE, AGNOSTICISMO E ATEÍSMO

Alguns teóricos, como o sociólogo George Simmel e o filósofo André Comte-Sponville, fazem uma distinção interessante entre religiosidade e religião. Eles afirmam que a religiosidade corresponde a um fenômeno psíquico ligado à disposição individual para a crença religiosa. Contudo, não necessariamente, a religiosidade está associada a alguma instituição religiosa específica. Não é incomum em pesquisas sobre religião pessoas se manifestarem crentes em algo sobrenatural, mas sem se identificar com algum sistema de crenças ou determinada doutrina.

Outro elemento importante ao tratar da questão religiosa diz respeito ao crescimento daqueles que se proclamam "sem religião" ou "sem fé". Normalmente, tais indivíduos são divididos em dois grupos: ateus e agnósticos, e, nesse contexto, é importante diferenciá-los.

O ateísmo é a postura religiosa que afirma a inexistência de um deus. Já o agnóstico – do grego *gnose* (conhecimento) mais *a* (partícula de negação) – considera que não é possível que a humanidade, com o conhecimento que detém, afirme se Deus existe ou não, sendo mais adequada uma postura cética, de suspensão do juízo. Para um agnóstico, sua vida e seus valores não dependem da existência ou da inexistência de Deus.

É interessante observar que tanto o ateísmo quanto o agnosticismo (nem sempre as pesquisas diferenciam um do outro) tendem a ser crescentes em países com maior nível de escolarização e alto IDH, como Suécia, Finlândia e Noruega, por exemplo. Esse número também vem crescendo no Brasil. Segundo o Censo de 2010, cerca de 8% da população brasileira se declarou "sem religião", contra 0,8% na década de 1970. Mas ainda faltam dados mais específicos sobre qual porcentagem desse grupo equivale a ateus e agnósticos propriamente ditos.

Um dado relevante apurado pela revista *Veja* em 2007 diz respeito à grande rejeição sofrida pelos ateus no Brasil, configurando-se como um grupo alvo de discriminação religiosa. Segundo essa pesquisa,

> [...] cerca de 84% dos brasileiros votariam em um negro para presidente; 57%, em uma mulher; 32%, em um homossexual... e apenas 13%, em um ateu. [...]
>
> Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/os-ateus-no-brasil-e-seu-medo-de-sair-do-armario>. Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL: RELIGIOSIDADE E SINCRETISMO

Como se sabe, o Brasil surgiu da confluência entre várias matrizes culturais, sendo as mais expressivas: a indígena, a lusitana (portuguesa) e a africana. Cada uma delas é composta de uma grande variedade de grupos étnicos (especialmente as matrizes indígena e africana), cada qual com seu conjunto cultural, seus credos e rituais.

Porém, ao longo da constituição do Brasil como nação, a matriz de origem europeia obteve hegemonia econômica e política e, por conseguinte, domínio cultural. Em razão disso, a religião cristã católica trazida pelos portugueses se tornou oficial no país, congregando maior número de fiéis. A Constituição Brasileira de 1824 estabelecia em seu artigo 5º: "A religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior ao Templo". Porém, já a Constituição Republicana de 1891 defendia que "nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados", o que foi ratificado pela Constituição democrática de 1988, em que fica claro que:

> Artigo 5º (Caput).
>
> IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
>
> VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
>
> Artigo 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
>
> I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
>
> BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

Apesar de a Constituição de 1891 já estabelecer as bases de um Estado laico e secular, não há como negar que o Brasil se constituiu como um país de maioria católica, e essa herança foi fundamental para definir nossa consciência coletiva e nossa moral. No desenvolvimento da história da religião no Brasil, fica evidente o sincretismo, isto é, a fusão de doutrinas de diversas origens, misturando crenças, elementos, símbolos e ritos diversos, frequentemente contraditórios, numa mesma confluência religiosa polissêmica e híbrida.

Catolicismo

O Brasil é considerado o maior país católico do mundo, com cerca de 130 milhões de pessoas se autodeclarando fiéis ao Vaticano. Porém, apesar de ainda ser um país de maioria católica, é evidente o declínio quanto à proporção de fiéis nas últimas décadas: segundo o Censo de 1970, 91,8% dos brasileiros eram católicos, contra 64,6% em 2010.

O catolicismo no Brasil é bastante peculiar, pois, além dos ritos que compõem o cânone e a liturgia romana oficial, também se agregaram muitos elementos de fé popular, misticismo e sincretismo, criando uma forma de catolicismo que ganha contornos regionais e próprios.

Rubens Lima

Há de se considerar, por exemplo, uma grande quantidade de indivíduos que se dizem "católicos não praticantes", o que pode ser considerado uma categoria paradoxal, mas deixa entrever os modos particulares da religiosidade popular no Brasil.

Não há como negar a enorme influência que o catolicismo exerceu sobre a cultura brasileira, em função de ter sido a religião oficial do período colonial. Essa influência, que se manifesta nos costumes, nas festas populares, no calendário, nos símbolos, no vocabulário e foi apropriada pela fé popular de modos muito diversos e ricos, revela-se uma questão problemática para a política, em um Estado democrático que se proclama laico. Os limites entre religião e política no Brasil ainda são muito tênues.

No final do século XX, surgiram movimentos pentecostais na Igreja Católica, dentre os quais se destaca a Renovação Carismática, com práticas e ritos que se assemelham aos das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais. Essa nova forma tem atraído uma grande quantidade de fiéis, especialmente pela promessa de um contato pessoal com Deus e pelo uso intenso dos meios de comunicação de massa.

Protestantismo

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que "evangélico" pode designar uma grande variedade de praticantes de diferentes instituições protestantes. O protestantismo não é uma instituição religiosa, mas designa uma vertente que é composta por uma série de subgrupos que não possuem identidade e uniformidade entre si.

O **protestantismo clássico ou tradicional** é composto por denominações que derivam diretamente da Reforma Protestante do século XVI, tendo chegado ao Brasil ainda no Período Colonial. Incluía luteranos, anglicanos e metodistas, de origem alemã e inglesa, principalmente. Ainda no século XIX, o Brasil recebeu uma grande leva de protestantes de denominações Batista, Presbiteriana e Episcopal.

Porém, foi somente no século XX que aconteceu uma expansão considerável de religiões protestantes, graças às denominações **pentecostais** e **neopentecostais**. Esses grupos, que incluem a Igreja Universal do Reino de Deus, a Assembleia de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Igreja Internacional da Graça e muitas outras, crescem em número de fiéis e em expressão política, defendendo uma visão religiosa mais espiritualista, que professa a luta direta contra o mal, o contato pessoal com o divino e a possibilidade do milagre pela fé. Utilizando-se largamente dos recursos midiáticos, como rádio, TV e Internet, tais grupos têm atraído muitos fiéis. Segundo o Censo de 2010, 22% da população brasileira se declarou crente de alguma denominação protestante, e as religiões pentecostais / neopentecostais, foram as que registraram as maiores taxas de crescimento.

Rubens Lima

Espiritismo

O espiritismo, também chamado de kardecismo por causa da importância de Allan Kardec, considerado seu fundador no século XIX, é a terceira maior religião do país, com quase 4 milhões de adeptos, segundo o Censo de 2010. A doutrina espírita abrange o segmento social mais escolarizado e de maior renda no país.

Tendo sido concebido como uma doutrina filosófica por Allan Kardec, por meio de seu *O livro dos espíritos*, de 1857, o espiritismo foi incorporado à cultura brasileira de forma ressignificada, assumindo um caráter fortemente religioso e místico. Nomes como Bezerra de Menezes e Chico Xavier popularizaram e difundiram a crença espírita em território nacional.

Rubens Lima

RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: CANDOMBLÉ E UMBANDA

Durante o Período Colonial e boa parte do Brasil Império, era vetado aos africanos e a seus descendentes, trazidos na condição de escravos, manifestar livremente suas crenças e realizar seus rituais. Lutando para preservar sua identidade e suas crenças, como solução para esse problema, os diversos grupos afrodescendentes adotavam o culto católico oficial, porém continuavam cultuando seus próprios deuses de forma disfarçada. Essa prática de resistência e sobrevivência cultural deu origem a uma enorme e incomparável riqueza religiosa, que não se limitava a reproduzir as religiões de matriz africana, mas que também produzia uma cultura religiosa híbrida e sincrética.

Na segunda metade do século XIX, surgiram, em diversas cidades do Brasil, grupos organizados de escravos que recriavam cultos religiosos, reproduzindo não somente a religião africana, mas também outros aspectos de sua cultura na África. Nascia uma religião autenticamente brasileira, o candomblé, primeiramente na Bahia, posteriormente no Rio de Janeiro e, por fim, pelo território nacional onde houvesse afrodescendentes.

O **candomblé** é uma religião que tem suas origens na África, porém foi recriada pelos africanos trazidos para o Brasil em condição de escravidão ao longo de mais de trezentos anos, entre os séculos XVI e XIX.

Esses africanos provinham das mais diferentes partes da África e eram de diversas etnias, porém os grupos que mais influenciaram a cultura brasileira foram os bantos, de língua iorubá, até o século XVIII.

Os grupos religiosos recriavam as relações de hierarquia, subordinação e lealdade baseadas nos padrões familiares e de parentesco existentes na África, fazendo da família de santo uma espécie de miniatura simbólica da família iorubá original. A mais antiga casa de candomblé, a Casa Branca, foi fundada por volta de 1830 na cidade de Salvador, na Bahia, por três escravas libertadas vindas de Kétu, Adetá, Ìyá Kalá e Ìyá Nasò, e foi chefiada pela última. Segundo o Censo de 2010, há cerca de 167.000 praticantes de candomblé no Brasil.

Já a **umbanda** é uma religião também de origem brasileira, que mistura, de forma sincrética e heterodoxa, referências do cristianismo, do espiritismo kardecista e de religiões de origem africana.

As religiões de matriz africana são alvo de preconceito cultural e racial desde o período colonial, tendo sido proibida a sua manifestação em grande parte da história nacional. A visão religiosa tradicional, aliada ao racismo presente em toda nossa história, foi responsável por alimentar um imaginário popular negativo e inverídico acerca das religiões de matriz africana. Afetados por uma profunda ignorância, ainda hoje são os grupos religiosos que mais sofrem discriminação e atos de violência por parte de grupos fundamentalistas.

MATRIZ INDÍGENA

Justamente pelo sincretismo, característico do Brasil, ocorreu o surgimento de novas religiões, originalmente brasileiras, híbridas e sincréticas. O melhor exemplo para tal situação é o Santo Daime. Criada em plena Floresta Amazônica, no início do século XX, o Santo Daime tem por singularidade a ingestão da *ayahuasca*. Essa bebida é preparada a partir da combinação entre o cipó jagube (*Banisteriopsis caapi*) e as folhas de chacrona (*Psychotria viridis*).

A configuração da doutrina do Santo Daime é diversa. Conforme apontam pesquisadores da área como Labate (2004), Macrae (1992) e Ramos Filho (2016), ela foi edificada a partir das mais diversas ressignificações e reelaborações simbólicas entre o esoterismo e o catolicismo europeu, matrizes afro-brasileiras, elementos *new age* e xamanismo ameríndio. Antes restrita apenas à região Norte do Brasil, hoje o Santo Daime já se expandiu para todo o território nacional e até para outros países.

No que tange a essa questão, é interessante destacar que o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) realizou estudos sobre a *ayahuasca* e concluiu que seu uso em contexto religioso é legal perante a legislação do Brasil. Portanto, a adoção da substância para tal fim é regulamentada em território brasileiro.

Há ainda outras religiões brasileiras, como a Barquinha e a União do Vegetal, que utilizam a bebida, de origem indígena, considerada sagrada por seus adeptos.

Em suma, o Santo Daime, pelas suas peculiaridades de formação, é um ótimo exemplo para evidenciar a dinâmica do campo religioso brasileiro. Tanto esse campo quanto a referida religião são sincréticos, fluídos e operam por meio de ressignificações simbólicas, justamente pela configuração híbrida e plural da nossa cultura.

O DESAFIO DA TOLERÂNCIA RELIGIOSA

Um dos maiores desafios que a modernidade enfrenta, tanto no Brasil quanto no restante do mundo, diz respeito à intolerância religiosa.

O assunto é de enorme importância e foi tema, inclusive, da proposta de redação do Enem em 2016. Entre os textos motivadores, destaca-se o gráfico que revela que as religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, são as que mais sofrem discriminação religiosa no Brasil.

A intolerância religiosa é definida pela legislação brasileira como

> [...] um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças e práticas religiosas ou a quem não segue uma religião. [...]
>
> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/16/intolerancia-religiosa-e-ainda-e-desafio-a-convivencia-democratica>. Acesso em: 01 fev. 2019.

A intolerância configura uma ação de ódio, que fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos e viola os princípios básicos de convivência democrática e plural.

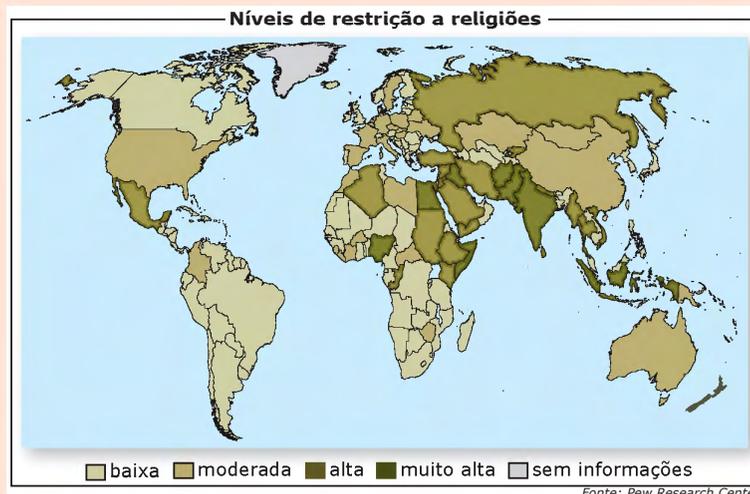
Muitas vezes, a intolerância é praticada sob pretexto de liberdade de expressão, porém é importante diferenciar uma da outra. A crítica a dogmas ou a encaminhamentos religiosos é permitida pela legislação brasileira, sustentada pelas liberdades de opinião e de expressão, desde que não seja ofensiva, desrespeitosa nem estimule o ódio ou a violência contra algum indivíduo ou grupo. Igualmente, não pode acontecer tratamento diferenciado ou discriminatório em relação a alguém em ambiente público em razão de sua crença religiosa.

Restrições religiosas atingem 75% da população mundial

Uma pesquisa mundial feita em 2009 e 2010 indicou o aumento da intolerância religiosa. Segundo o Instituto Pew Research Center, com sede nos Estados Unidos, 5,2 bilhões de pessoas (75% da população mundial) vivem em locais com restrições a crenças.

[...]

Mesmo nos países com nível moderado ou baixo de restrições, houve aumento da intolerância. Na Suíça, foi proibida a construção de novos minaretes (torres em mesquitas). O aumento dessas restrições foi atribuído a fatores como crescimento de crimes e violência motivada por ódio religioso.

[...]

STECK, J. *Intolerância religiosa ainda é desafio à convivência democrática*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/16/intolerancia-religiosa-e-ainda-e-desafio-a-convivencia-democratica>. Acesso em: 01 fev. 2019.

O Brasil é apontado pela pesquisa como um país com baixo grau de restrição religiosa, em razão de nossa legislação estar associada à Declaração dos Direitos Humanos e valorizar o pluralismo religioso. Porém, isso não significa que não tenhamos problemas com a intolerância religiosa. Práticas de perseguição, principalmente a religiões de matriz africana, herdadas do Período Colonial, ainda persistem na atualidade.

Outro tema de discussão em nosso país diz respeito à presença majoritária do cristianismo no Estado brasileiro, seja pela presença de símbolos religiosos em prédios públicos, seja pelas principais datas comemorativas nacionais, seja pela realização de cultos religiosos durante sessões do Congresso. A Constituição brasileira de 1988 assegura a laicidade do Estado e garante aos indivíduos a liberdade de crença e culto.

LIBERDADE RELIGIOSA É DIREITO CONSTITUCIONAL DOS CIDADÃOS

[...] A Constituição Federal serve como orientação para como todos os brasileiros devem se portar: é um direito dos brasileiros escolher o credo que mais condiz com seus valores.

[...]

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 40 grupos religiosos no País. Naquele ano, 64,6% dos brasileiros se declararam católicos. Outros 22,2% se disseram evangélicos e 2% eram espíritas. O levantamento ainda registrou que 0,3% eram seguidores da umbanda e do candomblé. Essa diversidade demanda que o respeito à crença religiosa seja a tônica das relações sociais.

O que diz a lei sobre a intolerância religiosa?

A discriminação motivada pela religião é considerada crime no Brasil. A Lei 9.459/2007 pune com multa e até prisão de um a três anos quem zombar ou ofender outra pessoa por causa do credo que ela professa ou impedir e atrapalhar cerimônias religiosas. Nesses casos, não cabe sequer o pagamento de fiança para que o acusado responda ao processo em liberdade. Além disso, esse tipo de crime não prescreve. Deste modo, os acusados podem ser responsabilizados independentemente da data da denúncia.

O que é o preconceito religioso?

É quando as pessoas são humilhadas por causa da religião que seguem. Em 2017, o Disque 100 recebeu 537 denúncias de intolerância religiosa. O mecanismo para registro de ocorrências funciona 24 horas por dia e recebe as denúncias via telefone e Internet. Quando há violência nessas agressões, o artigo 208 do Código Penal prevê que a pena para os condenados seja ampliada em um terço.

O que a Constituição fala sobre religião?

O artigo 5º da Constituição Federal, que descreve os direitos fundamentais dos cidadãos, especifica que a liberdade de consciência e de crença não pode ser violada. Desse modo, a lei garante que o culto religioso é livre para todos os brasileiros. Por isso, os locais considerados sagrados para cada credo e os símbolos e elementos religiosos devem ser protegidos.

SOCIOLOGIA

O que é liberdade de expressão religiosa?

É o direito de exercer livremente sua religião, em um ambiente de respeito às diversas crenças, religiões, ritos e símbolos sagrados. Por isso, em 21 de janeiro é celebrado o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A data marca justamente a luta para que a expressão religiosa possa ocorrer sem qualquer tipo de constrangimento. Isso porque, nos anos 2000, a Iyalorixá Mãe Gilda morreu vítima de um infarto, após o terreiro comandado por ela ser atacado e outros seguidores agredidos.[...]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Liberdade religiosa é direito constitucional dos cidadãos*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2019/01/liberdade-religiosa-e-direito-constitucional-dos-cidadaos>. Acesso em: 18 fev. 2019.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (Unioeste-PR–2017) As religiões são manifestações sociais que atuam na organização social. Suas origens remetem às primeiras comunidades humanas, nas quais, por meio de rituais e expressões, os homens daquela época procuravam manifestar o culto a uma ou mais divindades, portanto, o fenômeno religioso ajuda no entendimento das sociedades humanas. Levando-se em consideração as visões de Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim sobre religião, é incorreto afirma que

A) Durkheim, ao analisar os fenômenos religiosos, percebeu que uma religião é um sistema solidário de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, interditas, crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a ela aderem.

B) para Durkheim, a grande característica da religião é o seu poder de unir um determinado grupo social em função de um sistema de crenças comuns. Dessa forma, para ele, a religião não deixa de ser uma manifestação da própria organização social, pois ela reflete no convívio das pessoas as crenças que elas possuem.

C) Max Weber, ao estudar o espírito do capitalismo, percebeu que parte do comportamento social típico que ajudou no desenvolvimento daquele sistema tinha suas origens nas práticas puritanas dos burgueses protestantes.

D) para Max Weber, os burgueses protestantes acreditavam que o trabalho duro, a economia do dinheiro e uma conduta severa diante da sociedade eram importantes formas de servir a Deus. Essa ética protestante possibilitou o desenvolvimento do espírito do capitalismo ou seus valores básicos.

E) Karl Marx, ao escrever sobre o fenômeno da religião, percebe que o Estado e a Igreja colocavam-se em polos opostos. O clero não concordava com as ações do Estado e manifestava-se em favor dos explorados e Marx entendeu que a Igreja servia para emancipar as pessoas.

02. (Unicentro-PR) A respeito dos estudos sociológicos sobre religiões, é correto afirmar:

A) Quatro características são importantes para conceituar religião: ser monoteísta, identificar preceitos morais, explicar as modificações do mundo e estar relacionada com o sobrenatural.

B) As religiões envolvem um conjunto de símbolos, que invocam sentimentos de reverência ou temor, e estão ligadas a rituais ou cerimônias.

C) A religião, na modernidade, deixou de desempenhar um papel importante, o que refletiu a diminuição do número das igrejas, templos e santuários.

D) A crença no sobrenatural não é universal, existindo grupos sociais que não apresentam nenhuma manifestação de espiritualidade.

E) A religião é chamada magia quando pratica um cerimonial coletivo.

03. (EBMSP–2016) O Estado Islâmico demoliu três tumbas na cidade histórica síria de Palmira, disse ontem, 4 de setembro de 2015, o diretor de antiguidades do país, Maamoun Abdulkarim. A informação é divulgada dias após o grupo radical destruir templos que eram dois dos mais antigos e venerados locais religiosos do Oriente Médio.

Nesta semana, o grupo detonou explosivos no Templo de Bel, que tinha 2 mil anos de idade, em sua campanha para destruir monumentos antigos e artefatos considerados por eles contrários ao Islã.

EI destrói três tumbas históricas em Palmira. Estadão Conteúdo, in *A TARDE*. Salvador: A TARDE, 05 set. 2015, Caderno B-9. (Adaptação).

A violência cultural executada pelo Estado Islâmico pode ser identificada, também, no Brasil,

A) na violência urbana, em que o cidadão é continuamente assaltado por marginais que agem fora do controle dos órgãos responsáveis pela segurança da sociedade.

B) na ação de milícias e grupos de extermínio que perseguem, sem descanso, os traficantes e usuários de drogas.

C) nos conflitos de terras que atingem povos indígenas, populações quilombolas e posseiros contra fazendeiros e grandes proprietários de terras.

D) nas lutas religiosas entre católicos e protestantes pela conquista de maior número de adeptos nas grandes cidades contemporâneas.

E) nos ataques de extremistas e fundamentalistas religiosos a terreiros e símbolos religiosos do candomblé, expressão da religiosidade afro-brasileira.

04. (UFU-MG–2018) Quando de longe observamos o mundo árabe e o mundo judeu, vemos o contraste entre duas religiões – a judaica, baseada no Tanakh (da qual a Torá é parte) e a muçulmana, baseada no Alcorão ou no Corão. Menos comum é vermos as semelhanças tal como o ritual de circuncisão masculina que, em ambas as religiões, se realiza a partir dos oito dias de vida e representa o pacto entre Deus e os homens.

Por isso, entre sistemas com diferenças, também pode haver semelhanças e, para abarcar essa dupla realidade, as Ciências Sociais criaram o conceito de

A) religiosidade como propensão particular a crenças divinas universais.

B) identidade como sistemas de diferenças culturais internas.

C) alteridade como direito particular às diferenças universais.

D) cultura como conjuntos de sistemas simbólicos.

05. (Unesp) A República Islâmica do Irã abençoa e incentiva operações de troca de sexo, em nome de uma política que considera todo cidadão não heterossexual como espírito nascido no corpo errado. Com ao menos 50 cirurgias por ano, o país é recordista mundial em mudança de sexo, após a Tailândia. Oficialmente, gays não existem no país. Ficou famosa a frase do presidente Mahmoud Ahmadinejad dita a uma plateia de estudantes nos EUA em 2007, de que "não há homossexuais no Irã". A homossexualidade nem consta da lei. Mas sodomia é passível de execução. […] Uma transexual operada confidenciou um sentimento amplamente compartilhado em silêncio: "Não teria mutilado meu corpo se a sociedade tivesse me aceitado do jeito que eu nasci".

ADGHIRNY, S. Operação antigay.
Folha de S.Paulo, 13 jan. 2013.

O incentivo a cirurgias de troca de sexo no Irã é motivado por

A) tabus sexuais decorrentes do fundamentalismo religioso hegemônico naquele país.

B) critérios de natureza científica que definem o que é uma "sexualidade normal".

C) uma política governamental fundamentada em princípios liberais de cidadania.

D) influências ocidentais ocasionadas pelo processo de globalização cultural pela Internet.

E) pressões exercidas pelos movimentos sociais homossexuais pelo direito à cirurgia.

06. (Unioeste-PR) Por meio de seus estudos a respeito da religião, Émile Durkheim aponta, para além dos aspectos básicos de qualquer instituição social: coesão social, fortalecimento social, solidariedade, etc., que

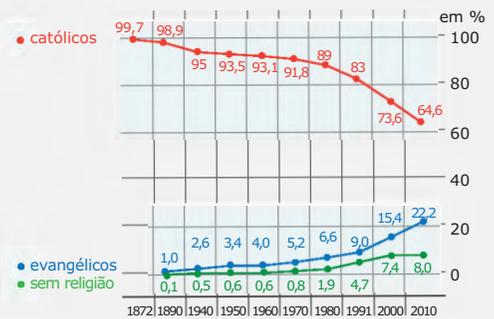
A) toda religião, ao expressar os mais altos valores de uma determinada sociedade, faz com que não haja nenhuma que seja falsa.

B) para ele, a religião, ao servir-se dos homens e apaziguar a sociedade, é apenas um aspecto da construção ideológica da sociedade contemporânea.

C) a religião nada mais é que um fóssil cultural, daí a perpetuação da religião primitiva, o que pode ser facilmente visto pela sua pouca ou nenhuma relevância social no mundo contemporâneo.

D) seus estudos sobre religião são mínimos e pouco relevantes, pois seu foco foi os fenômenos sociais, aos quais denominava fatos sociais.

E) a religião como prática social está subordinada aos aspectos econômicos, estes sim determinantes das ações sociais dos indivíduos e explicativos das visões de mundo adotadas pelas sociedades.

07. KHAR (UERJ)

O censo de 2010 revelou mudanças significativas na escolha de religião pelos brasileiros, como se pode observar no gráfico. A mudança registrada nos percentuais de evangélicos para o período 1980-2010 se explica principalmente pelo seguinte fator:

A) estímulo à migração de fiéis, institucionalizando a criação de novos templos.

B) obrigatoriedade do ensino religioso na educação básica, favorecendo a conversão.

C) capacitação de funções de liderança, priorizando a formação superior de pastores.

D) ampliação de práticas missionárias, mobilizando os meios de comunicação de massa.

08. UD3D (UEM-PR–2015) A busca racional do lucro era um dos aspectos essenciais do modelo que Max Weber (1864-1920) construiu para compreender a origem do capitalismo moderno. Segundo Everaldo Lorensetti (2006), o sociólogo alemão considerava que essa característica teve como uma de suas origens a ação social dos protestantes, especialmente dos calvinistas, que "tinham uma ética de vida voltada ao trabalho e à disciplina muito forte, pois acreditavam que trabalho e sucesso seriam indícios de que além de estarem glorificando a Deus estariam garantindo a sua salvação".

LORENSETTI, Everaldo.
As teorias sociológicas na compreensão do presente.
In: LORENSETTI, Everaldo et al. *Sociologia*: ensino médio.
Curitiba: SEED-PR, 2006 p. 42.

A partir dessa afirmação, é correto afirmar que:

1. Weber desmereceu a importância da religião para o nascimento do capitalismo.

2. Weber destacou a importância da religião para diminuir a ânsia capitalista por lucro.

4. Weber considerou que, apesar da importância da religiosidade na vida das pessoas, ela não teve influência sobre a origem do capitalismo moderno.

8. Weber destacou uma relação de influência da ética da religião calvinista sobre o objetivo de acumulação de riquezas por parte dos indivíduos nas sociedades capitalistas.

16. Para Weber, a ética religiosa pode ter uma influência decisiva sobre a vida econômica.

Soma (   )

09. (UEM-PR) Considere o texto a seguir e assinale o que for correto sobre o fenômeno religioso.

Transe, possessão e mediunidade são fenômenos religiosos recorrentes na sociedade brasileira. No candomblé, na umbanda, no espiritismo, no pentecostalismo e em outros grupos religiosos, entidades, guias, o Espírito Santo, orixás descem ou sobem, se incorporam, se comunicam, etc. através de cavalos, aparelhos, ou do que costumamos denominar de indivíduo agente empírico, unidade significativa da sociedade ocidental moderna nos termos de Louis Dumont.

VELHO, Gilberto. Indivíduo e religião na cultura brasileira. In: VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 53.

1. Os sistemas de crença são construções sociais criadas pelos indivíduos para organizar o mundo em que vivem.
2. A análise sociológica das crenças e de seus sistemas de representação nos permite compreender as ligações entre os mundos sagrado e profano.
4. As religiões e os cultos anteriormente mencionados revelam pluralidades de técnicas corporais e visões de mundo expressas por seus seguidores.
8. Por ser o Brasil um país majoritariamente católico, o respeito e a tolerância pelas mais diversas religiões não conseguem obter amparo legal.
16. Na abordagem anteriormente apresentada, o indivíduo agente empírico é o personagem das dramatizações religiosas, sendo, dessa forma, o sujeito da investigação sociológica.

Soma ( )

10. 9S2T (UEM-PR–2016) "Os romeiros sobem a ladeira / cheia de espinhos, cheia de pedras, / sobem a ladeira que leva a Deus / e vão deixando culpas no caminho / [...] / Os romeiros pedem com os olhos,/ pedem com a boca, pedem com as mãos. / Jesus já cansado de tanto pedido / dorme sonhando com outra humanidade."

ANDRADE, C. D. de. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 58-59.

Sobre a forma como a sociologia entende o tema da religião, é correto afirmar que:

1. Os rituais e cerimônias são acontecimentos centrais na constituição de um sistema religioso.
2. A expressão de devoção religiosa envolve tanto um estado subjetivo de manifestação da fé quanto um certo padrão de demonstração coletiva e compartilhada de sentimentos.
4. Os pedidos feitos pelos fiéis a seus santos de devoção podem ser vistos como o estabelecimento de alianças de trocas simbólicas entre o mundo profano e o mundo sagrado.
8. A Constituição Brasileira assegura a liberdade de consciência e de crença religiosa. Tal direito pressupõe, portanto, a liberdade de não ter crença religiosa, ou seja, de ser ateu ou agnóstico.
16. A religião é uma manifestação natural do comportamento humano, um fenômeno de caráter individual e espiritual, cuja investigação científica somente pode ser alcançada por meio da teologia.

Soma ( )

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2017) Na antiga Vila de São José del Rei, a atual cidade de Tiradentes (MG), na primeira metade do século XVIII, mais de cinco mil escravos trabalhavam na mineração aurífera. Construíram sua capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Na fachada, colocaram um oratório com a imagem de São Benedito. A comunidade do século XVIII era organizada mediante a cor, por isso cada grupo tinha sua irmandade: a dos brancos, dos crioulos, dos mulatos, dos pardos. Em cada localidade se construía uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Com a decadência da mineração, a população negra foi levada para arraiais com atividades lucrativas diversas. Eles se foram e ficou a igreja. Mas, hoje, está sendo resgatada a festa do Rosário e o Terno de Congado.

CRUZ, L. *Fé e identidade cultural*. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br>. Acesso em: 04 jul. 2012.

Na lógica analisada, as duas festividades retomadas recentemente, na cidade mineira de Tiradentes, têm como propósito

A) valorizar a cultura afrodescendente e suas tradições religiosas.
B) retomar a veneração católica aos valores do passado colonial.
C) reunir os elementos constitutivos da história econômica regional.
D) combater o preconceito contra os adeptos do catolicismo popular.
E) produzir eventos turísticos voltados a religiões de origem africana.

02. (Enem–2017) Pude entender o discurso do cacique Aniceto, na assembleia dos bispos, padres e missionários, em que exigia nada mais, nada menos que os índios fossem batizados. Contestava a pastoral da Igreja, de não interferir nos costumes tribais, evitando missas e batizados. Para Aniceto, o batismo aparecia como sinal do branco, que dava reconhecimento de cristão, isto é, de humano, ao índio.

MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993 (Adaptação).

O objetivo do posicionamento do cacique xavante em relação ao sistema religioso externo às tribos era

A) flexibilizar a crença católica e seus rituais como forma de evolução cultural.
B) acatar a cosmologia cristã e suas divindades como orientação ideológica legítima.
C) incorporar a religiosidade dominante e seus sacramentos como estratégia de aceitação social.
D) prevenir retaliações de grupos missionários como defesa de práticas religiosas sincréticas.
E) reorganizar os comportamentos tribais como instrumento de resistência da comunidade indígena.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

01. E
02. B
03. E
04. D
05. A
06. A
07. D
08. Soma= 24
09. Soma = 23
10. Soma = 15

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

01. A
02. C

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _______ %

Estado Moderno, Democracia e Sociedade Civil

O CONCEITO DE PODER

O tema deste capítulo é o estudo do Estado, da Democracia e da sociedade civil, por isso iniciaremos nosso percurso pela definição do que é poder, tratando, também, de sua influência nas relações sociais, especialmente naquelas de cunho político. Nesse sentido, tem poder quem (podemos nos referir a pessoas, grupos sociais, objetos ou fenômenos naturais) possui a capacidade ou a possibilidade de agir e, por meio de sua ação, produzir efeitos.

Porém, conhecer o significado de poder em termos sociais, além do fato de nos remeter à capacidade de ação, auxilia-nos a compreender a competência que certos indivíduos ou grupos possuem para determinar o comportamento de outros indivíduos. Assim, a noção de poder social nos faz pensar que os sujeitos não são apenas portadores da capacidade de agir, mas, também, sofrem a ação decorrente dessa capacidade.

Nesse sentido, o poder é um fenômeno que se manifesta de forma relacional, ou seja, para que exista uma relação de poder, temos de ter, de um lado, indivíduos ou grupos que exercem o domínio, e, do outro, grupos ou indivíduos que recebem esse domínio ou são induzidos a se comportar de acordo com a vontade daqueles que desempenham papéis de dominação. Logo, o poder não é algo que se possui como se fosse um objeto, mas um fenômeno que ocorre e se estabelece dentro das relações sociais.

Outro aspecto de suma importância para compreendermos as relações de poder é atentarmos para o contexto em que estas são estabelecidas, pois, em cada esfera social, o poder se manifesta de uma maneira distinta. O poder de um chefe de família, do gerente de algum setor comercial ou de um professor, por exemplo, só faz sentido dentro de um contexto específico.

O filósofo **Michel Foucault (1926-1984)** foi muito importante por demonstrar como o poder **macropolítico** (configurado no Estado) se ramifica e é exercido em dimensões menores, cotidianas, aparentemente inofensivas. É o que ele chama de **microfísica do poder**. Mesmo ações diárias que aparentemente são destituídas de qualquer conotação política, acabam por reforçar no nível micro as relações de dominação encontradas no nível macro, reatualizando as estruturas de controle sobre os indivíduos.

Neste capítulo, o tipo de poder que nos interessa em nossos estudos é o poder político e, portanto, cabe a nós compreender quais são as bases sociais em que se fundaram o poder dos Estados e como o advento deste propiciou o surgimento da sociedade civil.

Podemos considerar o Estado como uma instituição que detém o domínio sobre uma determinada comunidade política e um território específico, por meio do uso legítimo da violência e da coerção. Mas, para que a relação de dominação seja, de fato, estabelecida, é necessário que os indivíduos reconheçam o poder do Estado.

Nesse sentido, a principal formulação sociológica a respeito do poder e de sua legitimidade foi proposta por **Max Weber (1864-1920)**. Para Weber, ao longo da história, a legitimidade e o reconhecimento do poder por parte dos indivíduos se basearam em três tipos específicos: o **poder tradicional**, que era aquele exercido pelos senhores feudais, calcado nos costumes e nas tradições das sociedades do período medieval; o **poder carismático**, que designa o papel de dominação àqueles que possuem dons específicos e extraordinários, conferindo a tais indivíduos uma aura messiânica; e, por fim, o **poder racional-legal**, que é característico dos Estados Modernos, por ser pautado em um estatuto legal, fundado em regras racionalmente estabelecidas, o que leva os indivíduos a obedecerem a tais normas.

Fotos: Vicente Villamón / Dallas Epperson / Ron Cogswell / Creative Commons / Ilustrações: Rubens Lima / David Liuzzo / U.S. Government / Domínio Público

Em função de ter o seu poder fundado na lei, o Estado assume, na modernidade, a concepção de instituição política fundamental. Para Max Weber, são duas as principais características dos Estados Modernos: a territorialidade e o monopólio da violência legítima.

> [...] a violência não é o único instrumento de que se vale o Estado – não se tenha a respeito qualquer dúvida –, mas é o seu instrumento específico. Na atualidade, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. [...] nos dias de hoje devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física.
>
> WEBER, Max. *Ciência e Política*: duas vocações. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 60.

Desde a Antiguidade, com a formação dos Impérios, o Estado se apresenta como uma instituição que demonstra a maneira pela qual a distribuição do poder dentro de uma comunidade política acontece. No entanto, não se pode negar que, a partir do Iluminismo, o Estado, além de ser uma evidência histórica, passou a ser considerado como um resultado da racionalidade humana em controlar os meios de distribuição do poder no seio de determinada sociedade. Por esse motivo, o Estado passou a fazer parte das reflexões filosóficas, especialmente entre os chamados filósofos **contratualistas**, que buscavam compreender os fundamentos do poder do Estado.

Consolidado o modo de produção capitalista, a figura do Estado se modificou, uma vez que novas esferas sociais, como a Nação e a sociedade civil, passaram a controlar a atividade do Estado com o fim do Estado Absolutista. No que se refere a tal contexto, a seguir, estudaremos mais detidamente o percurso histórico das transformações que permearam a relação entre Estado e sociedade civil.

O CONTRATO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A gênese dos Estados Nacionais se deu com a crise do feudalismo durante o século XVI, e, desde então, vários pensadores se dedicaram a refletir sobre a legitimidade dessa instituição que surgiu para regular politicamente as sociedades modernas. Durante o processo de constituição dos **Estados Nacionais**, as teorias mais influentes sobre a origem do Estado foram aquelas do chamado contrato social.

Entre os principais pensadores contratualistas, podemos citar Hobbes, Locke e Rousseau, que entendiam as sociedades humanas a partir da dicotomia estado de natureza *versus* estado de sociedade. Olhando-se por esse prisma, temos, de um lado, a oposição de um modo de vida em que os indivíduos são governados por seus instintos em busca da satisfação de suas necessidades, e, do outro, um modo de vida em que os sujeitos, por meio de um "contrato", abrem mão de suas liberdades para serem protegidos pelo Estado.

Desse modo, a figura do Estado como regulador da vida social não foi a única preocupação dos contratualistas, que também refletiram a respeito da constituição da chamada sociedade civil. De acordo com tal corrente, o surgimento do Estado implica a separação entre o Estado e a sociedade, uma vez que passam a coexistir duas esferas sociais: a esfera política e a esfera civil. A primeira é formada pelas instituições estatais que garantem seu poder soberano. Já a sociedade civil seria o fundamento da vida social.

Thomas Hobbes (1588-1679), em *Leviatã* (1651), entendia que os seres humanos nasciam portadores de direitos inatos, independentes dos direitos positivos (instituídos por um Estado). Além de proteger esses direitos, o Estado deve, para Hobbes, mediar os conflitos entre os indivíduos para evitar o retorno à barbárie. Para o filósofo inglês, o poder estatal deveria estar sob o controle de uma pessoa, que se valeria da violência para defender a boa convivência na sociedade. Logo, o Estado, em Hobbes, tem uma concepção absolutista, sendo a sociedade civil subordinada ao poder estatal.

John Locke (1632-1704) é um dos pais do **liberalismo político**, cujo pilar é a ideia da propriedade privada como um direito natural do ser humano. A liberdade do estado de natureza, para Locke, ameaçaria a propriedade privada porque não haveria regulação para as ações individuais. Por isso, era necessário um Estado que garantisse a plenitude dos direitos individuais.

Ao contrário de Hobbes, Locke defendia uma república de base democrática, em que os governantes fossem eleitos pela sociedade civil. Esta última seria formada por homens livres, contudo poderiam se manifestar apenas aqueles que detivessem uma propriedade privada. Logo, temos, em Locke, uma concepção liberal dos direitos.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) adotava uma posição diferente das de Locke e Hobbes. Para ele, o estado de natureza era uma circunstância positiva. Mas, uma vez que a sociedade havia corrompido os indivíduos, tornando--os desiguais entre si, somente o contrato social poderia devolver-lhes a liberdade. Logo, o poder do estado seria a representação da vontade geral, que diz respeito ao interesse comum, enquanto a vontade de todos se refere ao interesse privado. Portanto, a voz do povo se faz ouvir por intermédio da vontade geral, que se materializa nas leis.

Portanto, podemos concluir que o conceito de sociedade civil, em seus primórdios, representa uma oposição ao estado de natureza, e, nesse sentido, o termo sociedade civil recobre tanto a noção de uma sociedade civilizada, que teria superado o estado da barbárie, como a de sociedade política, que indicaria a submissão dos cidadãos aos poderes do Estado.

Uma visão completamente distinta daquela proposta pelos contratualistas é a noção de sociedade civil em **G. Hegel (1770-1831)**. Se, para os contratualistas, o Estado é fruto de um consenso entre os indivíduos, para Hegel, o Estado é o resultado do alto grau de racionalidade atingido pelo ser humano. Assim, o Estado é o instrumento máximo de coesão social, por meio do qual os indivíduos adquirem a possibilidade de constituir uma sociedade política que, por sua vez, é um estágio de agrupamento social superior à sociedade civil.

ESTADO DE NATUREZA
Para Rousseau é algo positivo.

SOCIEDADE

ESFERA CIVIL
Para Hegel é sinônimo de barbárie.

ESFERA POLÍTICA (ESTADO)
Para Rousseau é estabelecida com o contrato social.

CONTRATO SOCIAL: CONSENSO ENTRE OS INDIVÍDUOS.

HEGEL
Estado: instituição fruto da alta racionalidade humana. Por meio dele os indivíduos podem formar a sociedade política, que é um estágio superior à sociedade civil.

HOBBES
Estado Absolutista: para defesa dos direitos inatos dos indivíduos.

LOCKE
Estado de base democrática: para a defesa da propriedade privada.

ROUSSEAU
Estado de natureza como algo positivo. A sociedade corrompe o indivíduo e o contrato social restabelece a ordem social e a liberdade dos sujeitos.

Rubens Lima

O que os contratualistas entendiam como uma dualidade entre estado de natureza e estado de sociedade é visto por Hegel como uma dualidade entre sociedade civil e sociedade política. A sociedade civil, para Hegel, é o espaço próprio da anarquia e da luta por satisfação das necessidades pessoais. Por esse motivo, o Estado deve existir na concepção hegeliana para conter a anarquia da sociedade civil, representando, dessa forma, a submissão dos interesses gerais aos particulares, trazendo, assim, a liberdade aos indivíduos. Portanto, para haver estabilidade social, segundo a concepção de Hegel, é necessário que a sociedade civil, na condição de um estágio prévio do Estado, legitime o poder deste.

Como pudemos notar até o momento, a noção de sociedade civil surgiu com a modernidade europeia. Na Grécia Antiga, por exemplo, a pólis era, ao mesmo tempo, uma comunidade civil e política. O grande vetor de transformações sociais a partir da modernidade europeia foi o desenvolvimento do capitalismo, em especial o estabelecimento do mercado como um novo espaço para a interação social. O mercado de bens colocava os indivíduos em várias redes de interação, dinamizando as relações entre eles, sendo estas coordenadas por leis unificadas pelos Estados Nacionais.

Assim, o dinamismo conferido pelo mercado se explicava pelo fato de que a vida social deixava de ter como único fundamento os desígnios dos governantes, fossem eles chefes de um clã, príncipes, reis, entre outras autoridades políticas. Além do desenvolvimento da sociedade civil, o capitalismo também foi importante para a consolidação do Estado-nação, conforme veremos ainda neste capítulo.

A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

No processo de transição entre a Idade Média, marcada pelo modo de produção feudal, para a Era Moderna, marcada pelo desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista, temos o surgimento da primeira forma de Estado Moderno, que é o **Estado Absolutista**. O Estado Absolutista surge, então, como um contraponto à fragmentação política do Período Medieval, em que cada feudo tinha seu próprio governo. Nesse formato de Estado, o poder se concentrava nas mãos de um monarca, que o exercia sem o controle de nenhuma outra esfera de poder.

Assim sendo, no início do desenvolvimento capitalista, não apenas as relações feudais de trabalho coexistiam com o trabalho assalariado ainda incipiente, como também o Estado Absolutista ainda contava com um segmento social dirigente que se constituiu no modo de produção feudal. Logo, também no âmbito do Estado, era possível enxergar a dualidade entre estruturas feudais e modernas, uma vez que, ainda que fosse comandado por dirigentes provenientes do Período Feudal, o Estado Absolutista já apresentava algumas características típicas de um Estado Moderno. Sobre esse processo, podemos dizer que:

As monarquias absolutas introduziram exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado.

> Todas estas características parecem ser eminentemente capitalistas. Uma vez que elas coincidem com o desaparecimento da servidão, [...] a propriedade agrária aristocrática impedia um mercado livre na terra e a mobilidade efetiva do elemento humano – em outras palavras, enquanto o trabalho não foi separado de suas condições sociais de existência para se transformar em "força de trabalho" –, as relações de produção rural permaneciam feudais.
>
> Com a comutação generalizada das obrigações, transformadas em rendas monetárias, a unidade celular de opressão política e econômica do campesinato foi gravemente debilitada e ameaçada a dissolução (o final desse processo foi o "trabalho livre" e o "contrato salarial"). O poder de classe dos senhores feudais estava assim diretamente em risco com o desaparecimento gradual da servidão. O resultado disso foi um deslocamento da coerção político-legal no sentido ascendente, de uma cúpula centralizada e militarizada – o Estado Absolutista.
>
> ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3. ed. 1ª reimpressão.
> São Paulo: Brasiliense. 1998, p. 17-19.

O período de transição entre o feudalismo e o capitalismo não foi importante apenas em termos políticos com a centralização do poder nas mãos do Estado Absolutista. De acordo com o sociólogo alemão Norbert Elias, no aspecto social, a formação dos Estados Nacionais foi importante por desencadear um processo civilizador que mudou por completo os modos e os costumes das pessoas durante esse período.

Com a ascensão econômica da burguesia, os membros dessa classe passaram a comprar títulos nobiliárquicos em busca do prestígio social. Desse modo, burguesia e nobreza passaram a ter um convívio social mais próximo, fazendo com que aqueles incorporassem uma série de preceitos e costumes considerados refinados para se equipararem, em termos de prestígio social, aos nobres.

Esse controle das condutas comportamentais aos poucos foi sendo disseminado pelo tecido social, se transformando em estruturas psicológicas que moldavam o comportamento dos indivíduos, evitando as pulsões individuais e reprimindo comportamentos que eram considerados inadequados. Portanto, para Elias, juntamente com a centralização do poder estatal, o controle sobre os princípios de conduta individual foi algo que também não escapou ao processo de racionalização que marca o mundo moderno.

> Com a divisão de funções, aumentou a produtividade do trabalho. A maior produtividade era precondição para a elevação dos padrões de vida de classes que cresciam em número; com a divisão de funções, acentuou-se a dependência das classes superiores; e só num estágio muito adiantado dessa divisão de funções que, finalmente, tornou-se possível a formação de monopólios mais estáveis de força física e tributação, dotados de administrações altamente especializadas, isto é, a formação de Estados no sentido ocidental da palavra, através dos quais a vida do indivíduo ganhou, aos poucos, maior "segurança". O aumento da divisão de funções, porém, colocou também maior número de pessoas, e áreas habitadas sempre maiores, em dependência recíproca, exigiu e instilou maior contenção no indivíduo, controle mais rigoroso de suas paixões e conduta, e determinou uma regulação mais estrita das emoções e – a partir de determinado estágio – um autocontrole ainda maior.
>
> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e da Civilização.
> Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 256.

Max Weber também identificou na racionalização uma característica do processo de modernização do Ocidente e, consequentemente, um elemento importante na formação dos Estados Modernos. O Estado Moderno passou, então, a se pautar e ser regulado por leis, e a funcionar com o auxílio de um aparato de funcionários especializados, como militares, políticos e servidores, o que Weber definiu como burocracia. Sendo assim, o Estado Moderno é, ao mesmo tempo, uma instituição organizacional que legisla e tributa os membros de uma sociedade e uma instituição normativa, pois também é o próprio ordenamento jurídico que garante as leis que cria.

Além dos aspectos sociais e políticos, é importante nos atentarmos para os aspectos culturais que contribuíram para a formação dos Estados Nacionais. O Estado Moderno, inclusive o absolutista, apresenta-se como uma construção artificial, em que um povo, unido por um sistema cultural em comum e ocupando um determinado território, organiza-se para legitimar um centro de poder que rege a vida social. A reunião desses elementos deu origem ao Estado-nação.

Por Estado-nação, devemos entender que se trata de uma unidade político-territorial, na qual os membros compartilham uma história comum, organizada politicamente para a realização de objetivos, como a manutenção interna da ordem, segurança em relação a perigos externos, busca pelo desenvolvimento econômico, autonomia nacional, entre outros. Os Estados-nação são, portanto, organizações políticas típicas do sistema capitalista.

A consolidação do sistema capitalista foi importante para o desenvolvimento dos Estados-nação, uma vez que, a partir do momento em que os territórios europeus passaram a ser delimitados por fronteiras fixas, os Estados, na condição de organizações burocráticas e sistemas normativo-jurídicos, puderam implementar políticas que favorecessem o crescimento das burguesias industriais por meio do avanço tecnológico, além de tal definição territorial ter contribuído para a criação de um mercado consumidor interno.

O Estado Absolutista e o Estado-nação possuem diferenças que são importantes salientarmos em termos sociológicos. Enquanto o Estado Absolutista se preocupava primordialmente em cobrar impostos para a sua manutenção, não desenvolvendo políticas específicas de integração econômica e cultural, a questão fundamental para os Estados-nação seria o seu papel na competição internacional, não apenas no quesito econômico, mas também no contexto militar, mediante o aumento de seu poderio em outros territórios.

Por esse motivo, a busca por uma unificação cultural em seus territórios é uma característica importante dos Estados-nação. Essa busca se dá, por exemplo, por meio da adoção de uma língua comum, bem como de uma educação que garanta a expansão de um universo simbólico partilhado por toda a população.

Além disso, o desenvolvimento do sistema capitalista passou a exigir dos governos uma maior condução do desenvolvimento econômico por meio de políticas que estimulassem tal desenvolvimento, como a estabilidade de preços em um mercado específico e políticas industriais que favorecessem as empresas nacionais. Assim, o Estado Absolutista foi, aos poucos, dando espaço para outra forma de Estado, o Estado Liberal.

AS CULTURAS NACIONAIS COMO COMUNIDADES IMAGINADAS

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial.

[...]

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional.

[...]

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernácula como o meio dominante de comunicação em toda a Nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade.

STUART, Hall.
As culturas nacionais como comunidades imaginadas.
In: *A identidade cultural na pós-modernidade*.
São Paulo: DP&A Editora, 2003. p. 47-48.

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO LIBERAL

O embate entre burguesia e aristocracia na busca pelo poder político rendeu ao mundo três revoluções que ficaram conhecidas como revoluções liberais. A Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688), a Revolução Americana nos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789) tinham em comum a luta para que o Estado garantisse os direitos individuais dos cidadãos, o que significava a limitação do poder estatal.

Assim, o Estado Liberal surge com o declínio do modelo absolutista de Estado, tendo como características fundamentais a consolidação dos direitos civis e políticos. Esse processo de consolidação de tais direitos foi consequência da submissão das monarquias absolutistas à Constituição e, também, da extensão dos direitos de votar. Nessa nova configuração, o rei era controlado pelo parlamento, que era controlado por meio de mecanismos democráticos.

O Estado Liberal surge, então, da limitação dos poderes que o Estado detinha no período do absolutismo. Essa limitação não se deu apenas na questão do poder do Estado sobre a sociedade, mas, também, na própria concepção de quais seriam suas funções. Se o Estado agora deveria estar submetido à Constituição, suas funções de legislar, tributar e julgar também deveriam estar em mãos de órgãos estatais separados, interdependentes e com poderes de fiscalização mútua.

Ao fim das revoluções liberais, em especial a Revolução Francesa e a Revolução Gloriosa, que ocorreram em solo europeu, a temática da liberdade se tornou um importante ideal político das sociedades europeias a partir do século XVIII. O ideal de liberdade se adequava ao pensamento burguês da época, uma vez que o prestígio social dessa classe se pautava no acúmulo material proporcionado pelo sucesso no comércio e no âmbito industrial, por meio da iniciativa individual dessa classe emergente. Logo, o ideário de liberdade e igualdade dizia mais sobre os interesses da burguesia do que propriamente da sociedade de modo geral.

Por esse motivo, o Estado Liberal recebeu fortes críticas de Karl Marx. Para Marx, o Estado Liberal nada mais é do que a expressão de um estado burguês, tendo como principal ideal a manutenção dos privilégios dessa classe. Segundo Marx, as normas jurídicas, bem como as forças militares empregadas para manter a ordem social, somente existem para garantir o domínio burguês na sociedade.

O Estado Liberal que se formou no contexto capitalista é a expressão das relações entre dominantes e dominados, que se estabelece nas interações sociais e, na concepção marxiana, nas econômicas. Por esse motivo, ao contrário dos contratualistas, Marx não considera a sociedade civil como uma esfera separada do Estado, visto que toda a formação do Estado é reflexo da luta de classes que se dá no âmbito da sociedade.

Logo, de acordo com Marx, o Estado não representa uma instituição social que se sobrepõe e supera a sociedade civil, ao contrário, o Estado Liberal é um reflexo das relações sociais estabelecidas na sociedade civil. Na concepção do filósofo, pensar que o Estado seria uma instituição social, com uma lógica interna própria de funcionamento, tal qual pensavam os filósofos contratualistas, contribuiria para esconder os mecanismos da dominação social.

Desse modo, o que a postura liberal entende como algo natural do ser humano acaba por ignorar a construção histórica das desigualdades, as quais ficam cada vez mais explícitas com o desenvolvimento e a consolidação do sistema capitalista. Porém, novas formas de compreender a sociedade civil já foram propostas, tentando, justamente, adequar melhor os conceitos apresentados por Hegel, Marx e também pelos contratualistas.

> A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil [...]. A sociedade civil abrange todo intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase e, neste sentido, ultrapassa o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, deve se fazer valer frente ao exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. A sociedade civil aparece no século XVIII, quando as relações de propriedade já se tinham desprendido da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se apenas com a burguesia; entretanto, a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que forma em todas as épocas a base do Estado e do resto da superestrutura idealista foi sempre designada, invariavelmente, com o mesmo nome.
>
> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã* – Feuerbach. Trad. Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986, p. 52-53.

O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL NA ATUALIDADE

Neste capítulo, foi possível compreender como as noções de Estado e sociedade civil se encontram inter-relacionadas no pensamento social. Assim, vimos que, entre os contratualistas, a sociedade civil é entendida como um âmbito oposto ao do estado natural, enquanto Hegel a entendia como um estágio anterior à sociedade política.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista e a crescente participação dos mercados na vida social, fez-se necessário conhecer melhor o modo como a sociedade civil é entendida nesse contexto atual, no qual o processo de globalização, por meio do atual estágio do capitalismo, faz com que os mercados sejam uma esfera social que exerce bastante influência, tanto nas decisões políticas quanto na vida das pessoas.

Um dos pensadores contemporâneos que mais contribuiu para o desenvolvimento atual do conceito de sociedade civil é o alemão **Jürgen Habermas (1929-)**. Em sua **teoria da ação comunicativa**, Habermas sugere que, em vez do trabalho, tal qual ocorre na teoria de Karl Marx, a interação simbólica e a comunicação interpessoal são as responsáveis pela construção do ser social e do mundo que nos rodeia. Nesse sentido, Habermas entende que lançar o foco de toda a capacidade de transformação do ser humano apenas no trabalho seria desconsiderar o espaço das relações humanas, o que Habermas chama de "mundo da vida", e se configura como o *locus* da elaboração simbólica e intelectual da existência humana. Assim, as interações humanas, uma vez baseadas em nossa capacidade de comunicação, seriam um espaço propício à elaboração de consensos, inclusive políticos. Tais consensos, na visão de Habermas, são fundamentais para que a sociedade civil não seja "colonizada" pelo mercado ou pelo governo.

Andrew Arato (1944-) e **Jean Cohen (1946-)**, dois pensadores contemporâneos, complementam essa perspectiva de Habermas quando elaboram uma definição mais atual para o conceito de sociedade civil. De acordo com Habermas, a sociedade civil tem que se defender do domínio do mercado e dos governantes. Cohen e Arato entendem que a sociedade civil não apenas deve se resguardar do controle exercido por tais esferas, como também saber propor alternativas e novas visões a respeito de suas demandas políticas.

Nesse sentido, a sociedade civil, na concepção de Arato e Cohen, é o espaço em que movimentos civis e outras instituições se organizam para que nem os interesses do capital se sobreponham aos interesses da comunidade, nem desmandos governamentais possam ocorrer. Com relação a isso, considera-se também o fato de ser a sociedade civil o espaço em que os indivíduos se organizam em torno de interesses comuns. Como exemplo, podemos citar o caso das **ONGs** (Organizações não governamentais), que são associações formalmente organizadas que atuam especialmente no âmbito das políticas públicas, buscando atender a determinadas carências sociais. As ONGs são calcadas, principalmente, em suas capacidades comunicativas, não apenas para congregar seus membros, mas também para conseguir veicular suas reivindicações. Assim, a sociedade civil é o espaço no qual se dá a ação política sem a mediação de órgãos institucionais, como os partidos políticos.

A sociedade civil, em uma perspectiva atual, se configura como uma esfera em um modelo triádico de sociedade, ao lado do mercado e do Estado. Por esse motivo, a sociedade civil e as associações nela constituídas são também conhecidas como Terceiro Setor. O importante é entendermos que a sociedade civil constitui um âmbito da vida moderna, ligado à vida associativa, aos movimentos sociais que não se opõem ao mercado e ao mundo da política. Desse modo, a sociedade civil busca evitar que qualquer uma dessas esferas a domine, configurando-se, também, como um espaço de proposição de alternativas à exploração capitalista e à negligência, ou omissão, dos governos em determinados aspectos.

Porém, é importante reforçar que a sociedade civil não é homogênea e harmônica. Ao contrário, dentro do que chamamos de "povo" ou "nação" há uma enormidade de subgrupos, classes, segmentos heterogêneos, com diferentes configurações, interesses e entendimentos sobre o que é o "bem comum". Há que se cuidar para que a expressão sociedade civil não seja usada como uma generalização abstrata que apaga e invisibiliza as diferenças e os conflitos presentes na vida social.

DEMOCRACIA E ESTADO MODERNO

A democracia ateniense antiga

A palavra **democracia** surgiu na fase clássica da antiga Atenas, por volta do século V a.C. O termo grego reúne as palavras *kratia* – "poder", "autoridade" ou "governo" – e *demos* – "povo" ou "muitos" –, sendo normalmente traduzido como "governo do povo", "governo de muitos" ou, ainda, "governo da maioria". Dessa forma, a democracia se opunha às duas formas de governo mais comuns na Antiguidade: a **monarquia / tirania**, que consiste no poder de um só sobre todos, e a **oligarquia / aristocracia**, governo de poucos sobre todos.

Em sua acepção mais ampla, a democracia seria um sistema político no qual o povo tem o direito de tomar decisões acerca dos assuntos da pólis, isto é, dos assuntos que interessam à coletividade no âmbito público. Esse direito de tomar decisões seria exercido pelos **cidadãos** – os sujeitos políticos da democracia – por meio de uma série de instituições políticas, leis e regras. Porém, a noção de cidadania no mundo grego era consideravelmente restrita e excluía a maioria da população de Atenas.

Mesmo que ela tenha ficado à margem da história desde o final da Antiguidade até o século XVIII e apesar de suas limitações internas, a experiência democrática grega foi fundamental para estabelecer princípios e práticas políticas, como a garantia de direitos aos cidadãos, a igualdade perante a lei, a expansão do acesso ao poder, um maior controle sobre os cargos públicos e a responsabilização dos governantes. Sua retomada nos séculos XVIII e XIX, em um contexto consideravelmente diferente daquele em que foi criada em Atenas, foi acompanhada de intenso debate filosófico que levou à sua gradativa ampliação e universalização.

O Estado liberal e o Estado social

O surgimento do Estado Moderno mantém relação direta com as mudanças nos paradigmas sociais, políticos e econômicos do período de transição entre a Idade Média, baseada no modo de produção feudal, e o início da Era Moderna, caracterizada pelo desenvolvimento do sistema capitalista.

No âmbito econômico, o desenvolvimento dos mercados criou um novo espaço para a interação social, em que o valor supremo era o individualismo e a defesa da liberdade de cada um na busca do lucro e do acúmulo material.

Em termos políticos, a busca pela maior liberdade individual criou o espaço necessário para que as revoluções liberais se tornassem elementos de grande importância para compreendermos não apenas a formação dos Estados Modernos, como também a própria noção de democracia. A superação do Estado Absolutista na Europa é uma consequência direta da Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688), que, além de proclamar a *Bill Of Rights,* que defendia a liberdade individual frente aos desmandos dos governantes, também submeteu o poder dos reis à Constituição.

Outro importante aspecto dessas transformações foi o fato de a Revolução Francesa (1789) institucionalizar o chamado Estado de Direito Liberal, que se tornou a primeira forma de Estado capitalista. Devemos entender Estado como a estrutura política e jurídica de uma sociedade, e, nesse sentido, o Estado Liberal tornou objetivas as novas relações sociais e econômicas, advindas da ascensão da burguesia com seu poderio econômico e a perda de influência da nobreza. Nesse sentido, os direitos a serem assegurados pelo nascente Estado Liberal deveriam ser aqueles que garantissem a manutenção da ordem burguesa: a defesa da liberdade para expansão dos negócios e a igualdade jurídica de modo que todos os indivíduos fossem equiparados perante a lei, visando, principalmente, que a aristocracia, ainda detentora do poder político, não excedesse em suas imposições à burguesia e em seu ímpeto econômico.

Além da menor participação na economia e do zelo pela igualdade jurídica dos cidadãos independentemente da classe a que estes pertencessem, o Estado Liberal seria regido pela Constituição, que, além de garantir direitos individuais, limitaria o poder dos governantes e determinaria a divisão do poder estatal em três: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que seriam poderes independentes entre si e harmônicos, exercendo o controle uns sobre os outros.

Essa nova estruturação do Estado na modernidade abriu espaço para uma nova concepção de governo, o representativo, uma vez que a forma direta de governo não mais se adequava a um mundo com novas instituições políticas. Na modernidade, a relação entre Estado, Nação e sociedade civil tem como núcleo fundamental a supremacia da lei, o consentimento dos governados e também a representação do poder e seu exercício.

Ao contrário da ideia de poder divino dos reis, no Estado Moderno, os governantes não são mais os donos do poder, mas o recebem do povo, este sim titular do poder e da delegação para exercê-lo. Sendo assim, em vez de súditos do poder real, temos cidadãos portadores de direitos que delegam aos governantes o exercício do poder. Essa nova configuração da relação entre Estado, Nação e sociedade civil criou as condições necessárias para o retorno da democracia ao cenário político moderno.

Como você já sabe, a democracia surge na Grécia Antiga, mais precisamente na pólis de Atenas, por volta do ano 508 a.C. A principal característica da democracia grega era justamente a possibilidade de participação dos cidadãos no governo da pólis, modelo de democracia que ficou conhecida como a democracia direta. No entanto, com o desenvolvimento dos direitos individuais, da complexidade das sociedades modernas e da constituição do Estado de Direito, a democracia no mundo moderno não pode mais ser exercida nos moldes da Grécia Antiga.

Assim, a democracia representativa moderna é fruto de uma concepção individualista de sociedade, em que a constituição da vida política de uma sociedade é resultado das vontades dos indivíduos. Essa perspectiva individualista surge não apenas com a filosofia contratualista, que entendia a sociedade civil como um acordo entre os indivíduos para garantia das liberdades individuais, mas, também, com o desenvolvimento da economia e a consequente concepção de *homo economicus,* que entende os indivíduos como seres que, ao buscarem o próprio interesse, produzem o bem para toda a coletividade.

Em contraponto ao Estado Liberal, que contribuiu para a expansão do sistema capitalista, existe o Estado Social, que foi uma configuração do poder estatal que buscava ser mais atento às desigualdades sociais criadas pelo capitalismo, em especial, às condições precárias em que viviam e trabalhavam os operários durante a consolidação das grandes indústrias na Europa. Foi justamente a Revolução Russa de 1917 que, pela primeira vez, rompeu com os fundamentos do Estado Liberal. Assim, o Estado Russo pós-revolução garantiu maior participação do Estado na economia, tentando conter a contínua exploração do proletariado. A ação mais importante do Estado Social, porém, esteve na busca em promover a justiça social, ao reconsiderar a igualdade jurídica formal entre os indivíduos, pregada pelo Estado Liberal, e propor a igualdade material entre os indivíduos.

Podemos entender a igualdade material como a busca em equiparar os indivíduos, levando em consideração suas desigualdades. Isso quer dizer que, se não levarmos em consideração as desigualdades de oportunidades e de acesso aos recursos sociais entre os indivíduos, iremos tratar a igualdade como algo fictício, isto é, uma forma de compreender as relações econômicas, políticas e sociais sem considerar as condições objetivas que contribuem para a formação dos seres sociais.

Esses dois modelos de Estado que se consolidam no regime capitalista expressam, também, dois modelos distintos de democracia: a democracia liberal, que vincula a cidadania às liberdades individuais, ou seja, os direitos civis e representados pela liberdade de expressão, de ir e vir e de igualdade perante a lei, entre outros; e a democracia social, que acrescenta a cidadania aos direitos individuais, trabalhistas e de cunho social, que devem ser prestados pelo Estado na forma de direito à educação, à saúde e à previdência social, por exemplo.

Como afirma T. H. Marshall (1893-1981), os direitos civis, sociais e políticos surgem a partir da tensão entre a busca da igualdade dos indivíduos e a constante produção de desigualdades sociais próprias do sistema capitalista. Ao contrário do Estado Absolutista e Monárquico, que não consideravam em hipótese alguma a participação popular, fosse por meio de eleições, fosse por meio de controle do poder estatal pela sociedade civil, o Estado Moderno, ao trazer de volta o regime democrático para a política, passa a ser alvo de maior controle e suas ações passam a ter como condição inicial o fundamento na Constituição.

Essa evolução dos direitos é acompanhada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Os direitos humanos abrangem uma série de categorias de direitos, que passam a ser considerados prerrogativas das Democracias Modernas e obrigações dos Estados para com seus cidadãos.

Fazem parte dessas obrigações os direitos políticos e civis, além dos direitos econômicos, sociais e culturais, que são expostos em trinta artigos assinados por 42 países no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Os direitos humanos são considerados direitos fundamentais dos indivíduos e das coletividades, especialmente dos grupos sociais considerados em situação de vulnerabilidade social ou que se encontram política e socialmente excluídos das sociedades democráticas. A expansão e garantia dos direitos são parte constituinte do conceito de democracia representativa, que veremos adiante.

REGIMES POLÍTICOS

Seguindo a taxonomia proposta pelo cientista político **Robert Henry Srour**, em seu livro *Classes, Regimes e Ideologias* (1987), vamos diferenciar quatro tipos de regimes políticos, destacando as relações entre Estado e sociedade civil em cada um deles.

Regime Totalitário

O **regime totalitário** se distingue das tiranias autoritárias e das ditaduras militares, burocráticas, cesaristas, oligárquicas e teocráticas – todas variantes de um regime autoritário – porque tende a estabelecer uma dominação total sobre o conjunto da sociedade. Com isso, almeja o grau máximo de centralização e de concentração de poder, suprimindo toda a autonomia da sociedade civil, cooptando todas as organizações para se colocarem a serviço do Estado, perseguindo e dissolvendo seus adversários.

Na cena totalitária, exemplificada pelos **regimes nazista alemão** e **fascista italiano** nos anos 1930, a sociedade civil é vista como um mero prolongamento do Estado. O Estado maximizado exerce seu poder por meio da violência física (polícias e exército) e pelo controle ideológico (mídia, propaganda, escolas). Esse controle ideológico exerce forte pressão sobre os indivíduos e, por vezes, traduz-se em manifestações de consenso popular, fruto da manipulação ideológica.

O poder executivo possui mais força que os demais aparatos estatais e controla o legislativo e o judiciário. Dessa forma, a elaboração das leis e o seu cumprimento passam a ser aparelhadas (isto é, dispostas para servir) ao *duce* ou ao *führer*.

Regime Autoritário

Os **regimes autoritários** se caracterizam por um Estado forte, que necessita consolidar seu poder pela violência física (polícias) e exclui a sociedade civil do domínio político. Mesmo que seu controle ideológico seja menor do que em um estado totalitário, em regimes como ditaduras militares ou burocráticas há um intenso patrulhamento ideológico para que as organizações ou os indivíduos da sociedade civil não interfiram na condução da política.

Com isso, a sociedade civil fica bastante enfraquecida perante o Estado, tendo pouca possibilidade de resistir ao domínio político e legislativo. O poder encontra-se centralizado e concentrado, geralmente, no Executivo. Este pode ser controlado pelas Forças Armadas, por uma oligarquia, por um autocrata que encarna os interesses dos grupos dominantes ou por uma figura carismática.

Pode haver algum grau de participação política em regimes autoritários, mas tende a ser bastante restrito ou meramente formal. Partidos políticos, quando existem, tendem a ser regidos por interesses de sobrevivência e não por um programa ideológico. Clientelismo, cooptação, chantagem, corporativismo e falta de transparência são comportamentos recorrentes neste tipo de regime, em que a oposição é bastante restrita ou inexistente.

No caso brasileiro, tanto o Estado Novo de Getúlio Vargas, quanto os Regimes Militares entre 1964 e 1985 devem ser considerados autoritários porque centralizaram o poder em torno do Executivo, retiraram direitos políticos e sociais da sociedade civil e enfraqueceram qualquer possibilidade de resistência ao poder Estatal.

Regime Liberal

Os regimes liberais são variados, mas têm em comum a premissa de priorizar as liberdades individuais e econômicas, valorizando, assim, a estrutura de mercado acima da própria noção de Estado. Nessas acepções o Estado deve ser mínimo, evitando intervir na economia. O mercado deve se autorregular, ditando suas próprias regras de acordo com a lei da oferta e da procura. Cabem ao Estado as funções de legislar para proteger a propriedade privada e as liberdades individuais, assim como a manutenção da ordem pública através dos seus aparatos coercitivos (polícia).

Diferentemente dos regimes autoritário e totalitário, nos quais o poder raramente é exercido com legitimidade, no regime liberal há maior abertura para a participação política da sociedade civil, uma vez que o surgimento do liberalismo está intimamente associado à luta pela liberdade e pela participação no poder.

Robert Srour identifica pelo menos quatro variações do regime liberal: a) na forma liberal-oligárquica, o poder político é exercido principalmente pelos grandes proprietários industriais e latifundiários, que detêm o controle sobre os mecanismos de poder. A sociedade civil é forte, porém restrita, porque está associada aos grupos de poder econômico. Foi uma das formas mais constantes na história brasileira, excetuando-se os regimes autoritários; b) na forma liberal-militar há uma "tutela velada" das forças armadas, que tendem a ter controle político de bastidores e sobre a sociedade civil. Boa parte dos governos militares brasileiros nas décadas de 1960 e 1970 tiveram características desta forma de regime liberal, favorecendo consideravelmente a penetração de capital estrangeiro e de empresas multinacionais; c) a forma liberal-ampliada tende a ter uma sociedade civil ampla, porém fraca e fragmentada, em que não raras vezes é favorecido o surgimento de populismos e figuras carismáticas; d) na forma liberal-democrática a sociedade civil é ampla e está em processo de fortalecimento em relação ao Estado. Conta nos seus quadros com partidos políticos que possuem programas ideológicos bem definidos e não são meramente fisiologistas ou partidos de aluguel, que pressionam o poder instituído e os próprios grupos de poder em nome de direitos e interesses coletivos. Esta seria a forma predominante nos EUA atualmente.

Porém, o Estado liberal ainda não deve ser entendido como plenamente democrático. As disparidades sociais decorrentes da distribuição desigual da propriedade privada impedem que todos os setores da sociedade exerçam sua participação política de forma equânime, o que faz com que os princípios básicos da democracia não se materializem totalmente.

Regime Democrático

Há uma diferença qualitativa entre os regimes liberal e democrático: enquanto o primeiro favorece as classes proprietárias, o segundo se concentra na ampliação dos direitos individuais e na consolidação de igualdades materiais entre os indivíduos. O Estado democrático, baseado na *isonomia* entre os indivíduos, é um regime aberto, em que muitas associações coletivas e entidades livres da sociedade civil têm capacidade de intervir na esfera pública, participando ativamente das decisões da coletividade. As instituições políticas e sociais são fortes, mas são exercidas mediante a intervenção popular através de mecanismos de participação, sendo o voto somente um deles – mas não o único.

Neste cenário o Estado não é um controlador da sociedade civil, ao contrário, é ela que passa a ter controle sobre a esfera política e sobre os seus representantes, mantendo com eles diálogo efetivo e responsável.

Falaremos mais sobre a democracia nos próximos tópicos.

A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

O retorno da democracia ao cenário político moderno não ocorreu do mesmo modo que a **democracia direta ateniense**. O desenvolvimento do Estado Liberal ensejou a criação de um novo regime democrático, a democracia representativa. De acordo com o filósofo político Norberto Bobbio (1909-2004), a democracia representativa significa que as deliberações a respeito de fatos que tangem à coletividade são tomadas por pessoas que foram escolhidas pelos membros de tal coletividade. Assim:

> [...] as democracias representativas que conhecemos são democracias nas quais por representante entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas:
>
> a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável;
>
> b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque é convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquela categoria.
>
> BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia* – uma defesa das regras do jogo. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 42.

SOCIOLOGIA

Dada a complexidade das sociedades modernas, em que os indivíduos se encontram em uma multiplicidade de papéis sociais – sejam eles de gênero, de classe, de categorias profissionais, entre outras questões que confrontam a coesão social – a democracia representativa, além de regular a distribuição do poder nas complexas sociedades modernas, também é um sistema que sofre pressões das desigualdades impostas pelo sistema capitalista.

No que tange à distribuição do poder, a democracia moderna recorre a procedimentos e mecanismos que compõem o processo de representação. Esses mecanismos se ligam a dois processos históricos distintos, de acordo com o filósofo político **Giovanni Sartori (1924-2017)**: a formação dos partidos políticos a partir do surgimento dos parlamentos como controladores dos governantes e a expansão dos votos e, consequentemente, dos direitos políticos. É justamente a ampliação dos direitos políticos que garante a participação do povo de forma mais direta no sistema democrático, que, além das eleições, pode participar por meio de plebiscitos, de referendos e da produção de leis de iniciativa popular.

No que se refere às pressões do sistema capitalista sobre o sistema democrático, as desigualdades sociais atingem um dos pilares da democracia, que é a igualdade entre os indivíduos. Nesse sentido, não podemos entender a defesa de direitos se não levarmos em consideração as condições socioeconômicas em que os indivíduos conduzem suas vidas. Se, além da igualdade, a democracia se baseia na liberdade e, nesse sentido, nega qualquer tipo de privilégio destinado a uma parcela dos indivíduos, há aí uma tensão entre a perspectiva individualista e a necessidade de reconhecer direitos sociais que primam, justamente, por dar um tratamento diferenciado àqueles que estão em condições sociais desfavoráveis. Os direitos sociais, portanto, representam não apenas a participação no poder político, mas também a busca pela maior e mais justa distribuição social da riqueza produzida pela sociedade. Essa é a distinção entre **igualdade formal** e **igualdade material**. Enquanto a igualdade formal é presumida e abstrata, em relação às leis, a igualdade material diz respeito à realidade, à efetivação da igualdade nas condições reais da vida dos indivíduos.

Logo, a igualdade perante a lei (igualdade formal) será maior em determinada sociedade quanto menos forem as discrepâncias de poder entre os integrantes dessa sociedade (igualdade material). Isso inclui assimetrias de poder ocasionadas pelo dinheiro, pelo acesso a recursos como educação e saúde e até em relação à capacidade de mobilização para reivindicar direitos. Conforme pudemos acompanhar, por meio da análise histórica da formação do Estado Liberal e do retorno da democracia ao cenário político, haverá sempre uma tensão entre o Estado de Direito e o Estado Social. Enquanto o primeiro representa a manutenção do *status quo* de uma sociedade, o segundo diz respeito ao dinamismo da vida social e às constantes lutas por igualdade e justiça social.

Tendo em vista a evolução da relação entre democracia representativa, Estado de Direito e Estado Social no continente europeu, analisaremos agora como se deu essa relação no Brasil e também como procedeu a evolução do conceito de cidadania em nosso país.

DEMOCRACIA E CIDADANIA NO BRASIL

Do Império à República Velha (1822-1930)

A história da cidadania no Brasil está vinculada ao desenvolvimento das Constituições do país desde o ano de 1824, quando a primeira foi proposta ainda no Governo Imperial, dois anos após a Declaração de Independência do Brasil em relação à Coroa Portuguesa. Desse modo, podemos afirmar que a concepção de cidadania em nosso país surge antes da noção de democracia.

Porém, na Constituição de 1824 somente há o prevalecimento de um modelo oligárquico e restritivo de cidadania, baseado no voto censitário – em que só podiam participar das votações aqueles que possuíam renda superior a cem mil réis. Isso significava, na prática, menos de 1% da população total. A quase totalidade dos brasileiros se encontrava excluída do processo político.

Somente após 1889, com a Proclamação da República e a escrita de uma nova Constituição, em 1891, o Estado brasileiro se assumiu como republicano, dividindo-se em três poderes e abolindo o poder moderador até então exercido pela figura do imperador. Nesse novo contexto, a cidadania se expandiu um pouco mais em relação ao Período Imperial, mas ainda permaneceu tímida e restrita a poucos grupos privilegiados, pois, a despeito da abolição do voto censitário, o sufrágio continuou restrito às elites e aos homens alfabetizados. Desse modo, o processo eleitoral era manipulado abertamente pelo coronelismo, que se valia de diversas estratégias no voto de cabresto, incluindo o uso da violência, para fazer valer seu comando regional.

A experiência de cidadania vivenciada nos períodos do Brasil Império (1822-1889) e da República Velha (1889-1930) foi claramente restrita e precária, o que nos leva à conclusão de que o sistema se constituía em uma pseudodemocracia: o discurso democrático entrava em choque com a realidade oligárquica e coronelista.

Getúlio Vargas e o Estado Novo (1934-1945)

O governo de Getúlio Vargas foi marcado por dois momentos significativos para o processo de construção da cidadania no Brasil. O primeiro foi a redação da Constituição de 1934, considerada progressista quando comparada às anteriores devido à incorporação de uma série de direitos sociais, como os direitos trabalhistas e políticos, ligados à criação da Justiça Eleitoral e à permissão do voto feminino, além da instauração do sigilo no voto.

Três anos após a Constituição, até então a mais democrática, foi instaurado o Estado Novo pelo próprio Getúlio Vargas, em que passou a vigorar uma nova Constituição, promulgada no mesmo ano do golpe e que possuía traços autoritários e centralizadores em torno da Presidência da República. O Poder Legislativo foi extinto em todos os níveis (nacional, estadual e municipal), várias liberdades individuais foram cassadas em nome da Segurança Nacional e direitos sociais garantidos pelo próprio presidente foram revogados, violando-se várias premissas do Estado Democrático.

A retomada da democracia (1946-1964)

Com o fim do Estado Novo em 1946, o Brasil passou por um período mais promissor na sua até então limitada experiência democrática. Uma Assembleia Constituinte foi formada para elaborar uma nova Constituição, que resgatou aquela de 1934, que havia sido revogada pelo golpe de Getúlio. Uma série de liberdades foram restituídas aos cidadãos e a tripartição do Estado nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foi retomada.

Porém, apesar dos significativos avanços do período, estima-se que somente 24% da população adulta votou nas eleições de 1962 – o que indica um acesso ainda muito restrito à efetiva participação política.

O Período Ditatorial (1964-1985)

Em 1º de abril de 1964 teve lugar a autoproclamada "revolução democrática", que, sob a influência política estadunidense no contexto da Guerra Fria, depôs o então presidente João Goulart, que havia sido eleito democraticamente como vice-presidente na chapa de Jânio Quadros. Após a deposição, o Poder Executivo foi assumido por uma junta militar, que revogou uma série de direitos civis e políticos que vigoravam desde 1946. Apesar de se autoproclamar uma revolução, o regime instaurado possuía características absolutamente ditatoriais, visto que várias medidas antidemocráticas foram tomadas em nome da Segurança Nacional, especialmente na Constituição de 1967 e nos Atos Institucionais e Complementares que se seguiram. A Constituição de 1967 revogou direitos dos cidadãos e modificou a estrutura política democrática, voltando, como no período do Estado Novo, a concentrar o poder nas mãos do Executivo, retirando uma série de prerrogativas do Poder Legislativo, estabelecendo eleições indiretas para presidente, criminalizando qualquer forma de oposição ao governo militar, instituindo a limitação da liberdade individual e da liberdade de imprensa, submetendo informações e obras artísticas a processos de censura.

No entanto, além do texto da Constituição, os militares se valeram dos Atos Institucionais – dezessete durante todo o período – para garantir a manutenção do regime, à revelia dos direitos democráticos. Os Atos Institucionais mais conhecidos são os cinco promulgados entre 1964 e 1968:

Ato Institucional 1 – Autoriza a cassação de políticos e cidadãos opositores ao Regime Militar.

Ato Institucional 2 – Extingue os partidos existentes e valida o bipartidarismo.

Ato Institucional 3 – Estabelece eleições indiretas para os governadores dos estados; prefeitos de capitais e de "municípios considerados área de segurança nacional" passam a ser nomeados pelos governadores.

Ato Institucional 4 – Convoca o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar o estabelecimento de uma nova Carta Constitucional, revogando a Constituição de 1946.

Ato Institucional 5 – Fecha o Congresso Nacional, suspende garantias constitucionais, como as liberdades individuais e concede poder ao Executivo para legislar sobre todos os assuntos.

O mais grave de todos os documentos foi, sem dúvida, o AI-5, que revogou direitos civis, sociais e políticos fundamentais dos cidadãos e instaurou um Estado de permanente suspeição sobre qualquer pessoa. Os resultantes desse processo foram: perseguições, prisões, sessões de tortura, julgamentos e condenações sumárias, além de uma série de violações aos direitos humanos e constitucionais que já haviam sido reconhecidos e legitimados pelo Estado Moderno.

O período de redemocratização e a Constituição Cidadã

O período ditatorial no Brasil perdurou oficialmente até 1985. Porém, no final dos anos 1970 iniciou-se a abertura política que visava retomar gradualmente a democracia. Nesse movimento, a participação popular foi decisiva para pressionar o Estado autoritário em direção à retomada dos direitos que haviam sido cassados. Em 1979, o pluripartidarismo foi readmitido no Congresso Nacional.

Em 1984, uma série de manifestações sociais de oposição ao Regime Militar ganhou as ruas, reivindicando o retorno da votação direta para presidente no movimento "Diretas Já", pois as primeiras eleições para presidente realizadas em 1985 foram indiretas. Porém, a formação da Assembleia Constituinte e a elaboração da Constituição de 1988 foram um ganho inestimável para os defensores da redemocratização. A legislação máxima aprovada naquele ano foi chamada, não sem razão, de "A Constituição Cidadã", em função do espírito progressista que assumiu.

Nesse documento foram incorporadas reivindicações de movimentos sociais e sindicais, além de direitos que já haviam vigorado em outras épocas, mas tinham sido revogados pela Ditadura Militar. Entre as garantias políticas restabelecidas pela Constituição Cidadã, estão o direito ao voto direto para os cargos dos poderes Executivo e Legislativo, em todas as instâncias da federação (federal, estadual e municipal); estabelecimento do direito ao voto para analfabetos, definição do voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos e ratificação do pluripartidarismo; quanto aos direitos civis, restabelecimento das liberdades individuais, inclusive expressão e sigilo, além do decreto ao fim da censura imposta sobre a imprensa e às artes. Do ponto de vista dos direitos sociais, o Estado passou a garantir o acesso universal e igualitário à educação, à saúde (com a criação do Sistema Único de Saúde), à moradia, ao emprego e à previdência social.

A concepção de cidadão enunciada pela Constituição de 1988 é a mais abrangente e democrática da história do país, atribuindo uma série de direitos novos e reafirmando garantias antigas. Contudo, se do ponto de vista formal – isto é, na letra da lei – a concepção de cidadania é progressista, a democrática, do ponto de vista real, ainda permite uma enorme desigualdade de acesso aos direitos constitucionais por significativas parcelas da população. A partir da década de 1990, o desafio do Estado e da sociedade civil não se limita somente à luta pelo reconhecimento de direitos, mas também pela sua materialização na vida cotidiana dos cidadãos.

Porém, como afirmou a filósofa Marilena Chauí, o Brasil é um país com uma democracia muito recente e instável e que possui muitos traços conservadores e autoritários em suas instituições e na vida social dos indivíduos. As desigualdades e as violências praticadas pelo poder público desde o período colonial, intensificadas nos períodos de exceção (Estado Novo e Governos Militares), reforçaram um imaginário social antidemocrático, sustentado nas práticas de resolução de conflitos por meio da violência física, da chantagem ou do "jeitinho".

BRASILEIROS SÃO OS QUE MENOS CONFIAM EM DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA, DIZ PESQUISA

Uma pesquisa realizada em dezoito países da América Latina revelou que os brasileiros são os mais insatisfeitos com a democracia. Somente 13% dos brasileiros responderam estar "muito satisfeitos" e "satisfeitos" com ela, segundo o levantamento da Latinobarómetro.

De acordo com a pesquisa, [...] o índice de satisfação dos brasileiros ficou abaixo da média da região, que é de 30%. Os cinco primeiros mais satisfeitos com a democracia em seus países são Uruguai (57%), Nicarágua (52%), Equador (51%), Costa Rica (45%) e Argentina (38%).

O levantamento é anual e vem sendo realizado desde 1995.

Em entrevista à BBC Brasil, a socióloga chilena Marta Lagos, diretora da ONG Latinobarómetro, disse que o mal-estar dos brasileiros com a democracia é antigo. "O Brasil sempre foi meio desconfiado, mas a avaliação está especialmente pior agora", disse. [...]

Confiança no Congresso

A pesquisa mostrou também que somente 11% das pessoas no país confiam "muito" ou "razoavelmente" no Congresso Nacional. Neste ranking, o Brasil ficou em penúltimo lugar - a lanterna ficou com o Paraguai, com 10%. A Venezuela (37%), o Uruguai (34%) e a Bolívia (32%) estão entre os que mais confiam em seus parlamentos.

CARMO, M. *Brasileiros são os que menos confiam em democracia na América Latina, diz pesquisa*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41780226>. Acesso em: 07 fev. 2019.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFF-RJ) Desde a Idade Moderna, quase todas as sociedades enfrentaram o dilema de optar entre duas concepções distintas e opostas sobre o poder. Dois filósofos ingleses, Thomas Hobbes e John Locke, foram responsáveis por sintetizarem essas concepções.

Segundo Thomas Hobbes, o ser humano em seu estado natural é selvagem e cada um é inimigo do outro; mas, quando o ser humano abre mão de sua própria liberdade e a autoridade plena do Estado é estabelecida, passam a predominar a ordem, a paz e a prosperidade. Para John Locke, o ser humano já é dotado em seu estado natural dos direitos de vida, liberdade e felicidade e, assim, a autoridade do Estado só é legítima quando reconhece e respeita esses direitos e, para que isso se concretize, é necessário limitar os poderes do Estado.

Assinale a alternativa que apresenta as duas concepções políticas associadas, respectivamente, a esses filósofos.

A) Mercantilismo e Fisiocracia.

B) Classicismo e Barroco.

C) Absolutismo e Liberalismo.

D) Subjetivismo e Objetivismo.

E) Nacionalismo e Internacionalismo.

02. (Unimontes-MG–2015) A sociedade civil é crescentemente o agente transformador em regimes políticos democráticos, podendo determinar o curso do Estado. É um fenômeno histórico que resulta do processo de diferenciação social.

Considerando essa perspectiva de análise, assinale a alternativa incorreta.

A) De modo geral, a sociedade civil luta por interesses coletivos, mas pode também expressar reivindicações de grupos específicos.

B) A sociedade civil agrega grupos de pessoas e variados tipos de organizações sociais, não sendo possível tratá-los como unidades físicas bem delimitadas no espaço social.

C) A sociedade civil é um movimento oligárquico de defesa do fortalecimento tecnocrático e passivo do Estado.

D) A sociedade civil é importante porque dota os cidadãos privados de uma maneira efetiva de influenciar as políticas públicas.

03. (UFU-MG–2017) Um sistema político democrático contemporâneo é aquele que

A) estabelece o direito ao voto como única forma de participação política.

B) controla e limita a participação política de determinados grupos da sociedade civil.

C) garante apenas aos cidadãos letrados o acesso aos debates no espaço público.

D) permite a elaboração de direitos políticos universalizáveis.

04. (Unioeste-PR) Segundo a filosofia política clássica, mesmo considerando a diversidade de concepções de contrato partilhada por seus principais representantes (Hobbes, Locke e Rousseau), a constituição do estado civil ou sociedade política marcaria uma ruptura profunda no ordenamento da sociedade humana.

Com base na ideia de contrato defendida por estes autores, é correto afirmar que a constituição do estado civil ou sociedade política representaria

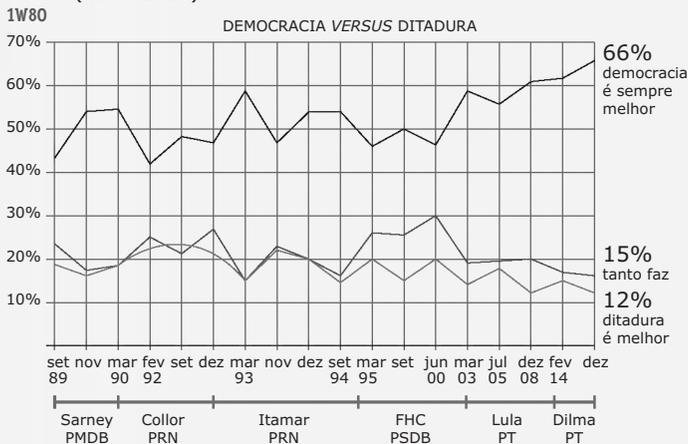
A) a superação do estado de natureza.

B) a redenção teológica da humanidade.

C) um retorno à idílica Idade de Ouro da história humana.

D) uma regressão da vida em sociedade ao estado de selvageria.

E) a superação da exploração do homem pelo homem e o fim da propriedade privada dos meios de produção.

05. (UERJ–2016)
1W8O

Folha de São Paulo. 15 mar. 2015 (Adaptação).

No dia 15 de março de 1985, a presidência da República no Brasil foi assumida por um civil após anos de governos militares. Nos trinta anos posteriores, houve um conjunto de mudanças destinadas a pôr fim às práticas autoritárias até então vigentes. A partir da análise do gráfico, a tendência observável na opinião pública resulta de uma nova conjuntura caracterizada por

A) regularidade das eleições.

B) extinção do unipartidarismo.

C) fortalecimento do poder executivo.

D) valorização da liberdade de expressão.

06. (UFU-MG) A democracia como regime de governo nunca teve tanto alcance como valor global como nos dias atuais, o que se pode perceber pelas pressões internacionais para a implantação e manutenção de regimes democráticos nos diferentes países do mundo.

A defesa das instituições políticas, do Estado, da liberdade de expressão, da liberdade política, da tolerância religiosa e principalmente os direitos dos cidadãos ao voto são questões centrais para a democracia.

Sobre a democracia no Brasil, é correto afirmar que

A) a democracia brasileira é recente, sendo relevante para essa análise considerar a experiência democrática de 1930 a 1964 como o principal momento de fortalecimento das instituições políticas no país.

B) estamos vivendo o maior período de experiência democrática brasileira desde o processo de redemocratização na década de 1980. As eleições e o sufrágio universal são duas características importantes desse processo.

C) a democracia no Brasil foi instaurada e mantida desde a Proclamação da República.

D) Getúlio Vargas, João Figueiredo, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva foram alguns dos presidentes eleitos via democracia representativa no Brasil.

07. (IFSP) Os debates atuais sobre a legitimidade do poder político ocupam lugar de destaque na agenda internacional contemporânea. Alguns críticos da democracia liberal burguesa afirmam que esta modalidade de governo está em crise e precisa, urgentemente, incorporar novos mecanismos para dotar o poder de maior representatividade. Nesse sentido, novas experiências têm sido sugeridas, dentre as quais é correto apontar

A) a república presidencialista.

B) a república parlamentarista.

C) a democracia deliberativa.

D) a democracia representativa.

E) a monarquia parlamentarista.

08. (Unicamp-SP-2019) Como regime social, o fascismo social pode coexistir com a democracia política liberal. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo global, trivializa a democracia até o ponto de não ser necessário sacrificá-la para promover o capitalismo. Trata-se, pois, de um fascismo pluralista e, por isso, de uma forma de fascismo que nunca existiu. Podemos estar entrando num período em que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas.
L9ØK

SANTOS, B. S. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Corteza. 2010, p. 47. (Adaptação).

De acordo com o texto e os conhecimentos sobre o assunto, a coexistência entre fascismo e democracia é

A) facilitada por processos eleitorais que dão continuidade a fascismos que sempre existiram.

B) promovida pela aceitação social que banaliza a democracia em favor do capitalismo global.

C) dificultada por processos eleitorais que renovam a democracia, inviabilizando os fascismos.

D) possibilitada pela aceitação social de sociedades politicamente fascistas e socialmente democráticas.

09. (UEMA–2016) Até meados de 1970, mais de dois terços de todas as sociedades do mundo poderiam ser consideradas autoritárias. Atualmente menos de um terço das sociedades é de natureza autoritária. A democracia não está mais concentrada nos países ocidentais, ela agora é defendida, ao menos em princípio, em muitas regiões do mundo.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Um exemplo de situação vivenciada em países democráticos é

A) a disseminação das expressões artísticas, literárias e musicais, para que a população se adeque às estratificações sociais.

B) a possibilidade de consulta popular, em forma de plebiscito, para que o povo expresse suas opiniões a respeito de uma questão específica.

C) a redução de oportunidades, para que o cidadão possa intervir em aspectos da vida pública, junto com o Governo.

D) a concentração de riquezas nas mãos do Estado, para que o governo possa aumentar as igualdades sociais.

E) o grande número de partidos políticos, para que os políticos usem, de forma ilimitada, o poder.

10. BPPB (Unesp–2017)

Texto 1

Nunca houve no mundo tanta gente vivendo com suas necessidades básicas atendidas, nunca uma porcentagem tão alta da população mundial viveu fora da miséria – uma vitória espetacular, num planeta com 7 bilhões de habitantes. Nunca houve menos fome. Nunca tantos tiveram tanta educação nem tanto acesso à saúde.

GUZZO, José Roberto. Um mundo de angústias. *Veja*, 25 jan. 2017.

Texto 2

Mais sóbrio – e talvez mais pessimista – é olhar para quanto cada grupo se apropriou do crescimento total: os 10% mais ricos da população global se apropriaram de 60% de todo o crescimento do mundo entre 1988 e 2008. Uma grande massa de população melhorou de vida, é verdade, mas o que esse dado demonstra é que poderia ter melhorado muito mais se o resultado do crescimento não terminasse tão concentrado nas mãos dos ricos. O que está em jogo é mais do que dinheiro. Em um mundo globalizado, os estados nacionais perdem força. Um grupo pequeno de pessoas com muita riqueza tem grande poder de colocar as cartas a seu favor. Em casos extremos, a desigualdade é uma ameaça à democracia.

MEDEIROS, Marcelo. *O mundo é o lugar mais desigual do mundo*. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br>. Acesso em: jun. 2016 (Adaptação).

O confronto entre os dois textos permite concluir corretamente que

A) ambos manifestam um ponto de vista liberal em termos ideológicos, pois repercutem as vantagens da valorização do livre mercado e da meritocracia.

B) o texto 1 pressupõe concordância com o liberalismo econômico, enquanto o texto 2 integra problemas econômicos com tendências de retrocesso político.

C) o texto 1 critica o progresso entendido como aperfeiçoamento contínuo da humanidade, enquanto o texto 2 valoriza a globalização econômica.

D) ambos apresentam um enfoque crítico e negativo sobre os efeitos do neoliberalismo econômico e suas fortes tendências de diminuição dos gastos públicos.

E) ambos manifestam um ponto de vista socialista em termos ideológicos, pois enfatizam a necessidade de diminuição da concentração de renda mundial.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2018) A tribo não possui um rei, mas um chefe que não é chefe de Estado. O que significa isso? Simplesmente que o chefe não dispõe de nenhuma autoridade, de nenhum poder de coerção, de nenhum meio de dar uma ordem. O chefe não é um comandante, as pessoas da tribo não têm nenhum dever de obediência. O espaço da chefia não é o lugar do poder. Essencialmente encarregado de eliminar conflitos que podem surgir entre indivíduos, famílias e linhagens, o chefe só dispõe, para restabelecer a ordem e a concórdia, do prestígio que lhe reconhece a sociedade. Mas evidentemente prestígio não significa poder, e os meios que o chefe detém para realizar sua tarefa de pacificador limitam-se ao uso exclusivo da palavra.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1982 (Adaptação).

O modelo político das sociedades discutidas no texto contrasta com o do Estado liberal burguês porque se baseia em:

A) Imposição ideológica e normas hierárquicas.

B) Determinação divina e soberania monárquica.

C) Intervenção consensual e autonomia comunitária.

D) Mediação jurídica e regras contratualistas.

E) Gestão coletiva e obrigações tributárias.

02. (Enem–2017) Plebiscito e referendo são consultas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. A principal distinção entre eles é a de que o plebiscito é convocado previamente à criação do ato legislativo ou administrativo que trate do assunto em pauta, e o referendo é convocado posteriormente, cabendo ao povo ratificar ou rejeitar a proposta. Ambos estão previstos no art. 14 da Constituição Federal.

PLEBISCITOS E REFERENDOS. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 29 jan. 2015 (Adaptação).

As formas de consulta popular descritas são exemplos de um tipo de prática política baseada em

A) colégio eleitoral.

B) democracia direta.

C) conselho comunitário.

D) sufrágio representativo.

E) autogestão participativa.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

01. C 03. D 05. D 07. C 09. B
02. C 04. A 06. B 08. B 10. B

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

01. C 02. B

Total dos meus acertos: _____ de _____ . ______ %

Movimentos Sociais e Participação Política

MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são definidos, geralmente, como mobilizações coletivas que pretendem produzir mudanças na sociedade por meio do embate político. No entanto, existem várias categorias de movimentos sociais, e cada uma possui configurações distintas – grau de integração e teor das reivindicações, por exemplo. Diversas teorias sociológicas já foram desenvolvidas na tentativa de interpretar e criar tipologias para categorizá-los, mas não há unanimidade quanto às suas formas ou aos seus tipos básicos.

Um dos pontos consensuais encontra-se na admissão da confluência entre os movimentos sociais e a sociedade civil. Esta última é o espaço em que os indivíduos estabelecem suas interações sociais, ou seja, é uma esfera social que não se confunde com o mercado e com o Estado, embora seja evidentemente afetada tanto por um quanto pelo outro. Portanto, é o âmbito no qual os indivíduos vivem suas vidas cotidianas e elaboram suas demandas políticas frente às estruturas de poder. Por esse motivo, a noção de sociedade civil é tão importante para compreendermos os movimentos sociais, pois é uma esfera social que, quanto mais desenvolvida, melhor pode contribuir para a defesa da cidadania.

Essa é a razão pela qual, apesar de existirem mobilizações de teor político, bem como revoltas e revoluções em toda a história, considera-se inapropriado falar de movimentos sociais antes da consolidação da cidadania no contexto dos Estados Modernos. Nessa fase específica é que ocorre o desenvolvimento de sociedades civis mais bem organizadas, o que possibilitou a solidificação dos ideais ligados à cidadania, fomentando a luta popular por direitos.

Os movimentos sociais caracterizam-se pelo fato de envolverem atores sociais coletivos, isto é, grupos sociais da sociedade civil organizados em torno de ideais e causas comuns. Normalmente, compreende-se a sociedade civil como o conjunto dos indivíduos no exercício de sua cidadania, o que geralmente exclui os atores sociais diretamente ligados à política profissional, grupos ou corporações econômicas, pessoas jurídicas em geral e membros de ordens militares.

Pagina3 / Creative Commons

A atuação desses movimentos é de enorme importância para a estrutura política de uma sociedade. Eles expressam os anseios da sociedade civil e a possibilidade de se fazer política fora das instituições oficiais do Estado e do governo, uma vez que tanto os cidadãos sem vínculo partidário quanto os grupos sociais e as organizações não governamentais atuam politicamente de modo a pressionar o Estado por mudanças. Não há dúvida de que os movimentos sociais estão entre as formas mais poderosas de atuação política nas sociedades contemporâneas e de que grande parte dos direitos que estão "à disposição" das democracias na atualidade foi conquistada arduamente pela atuação de diversos movimentos ao longo da história.

> Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que os movimentos sociais são ações sociais de caráter sociopolítico e cultural, que revelam formas distintas de os indivíduos e grupos se organizarem e expressarem suas demandas.
>
> Na prática, observam-se diferentes estratégias que variam da denúncia, passando pela pressão direta (assembleias, concentrações, passeatas, etc.) até às pressões indiretas (*lobby*, promoção de ações judiciais). Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, que podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais, sendo comum a utilização dos meios de comunicação.
>
> [...]
>
> As análises sobre a mudança social desenvolvidas por alguns pensadores do século XIX, tais como Comte, Spencer e Marx, estavam marcadas por uma visão linear e teleológica. A tradição marxista considerava que os movimentos sociais eram meras expressões de condições estruturais de classe e suas contradições, que seriam suprimidas com o fim da sociedade capitalista.
>
> [...]
>
> Diferencia-se dessa interpretação Georg Simmel (1983), que deu um sentido sociológico ao conflito, identificando sua função social. Deste modo, o conflito é pensado como um processo fundamental para a mudança de uma forma de organização à outra, como necessário à vida do grupo, pois age como um elemento que possibilita sua coesão, já que suscita a busca pelo consenso.
>
> MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do Estado. *Lex Humana*, Petrópolis, n. 1, p. 218. 2009.

Características dos movimentos sociais

Uma das mais importantes intérpretes dos movimentos sociais na atualidade é a socióloga brasileira e professora da Unicamp **Maria da Glória Gohn**. Em diversos trabalhos, como em *Teoria dos Movimentos Sociais* (1997), ela busca estabelecer critérios para interpretar adequadamente esse fenômeno plural e complexo. Apesar de muito diversificados, é possível afirmar que os movimentos sociais compartilham algumas características básicas, que são apresentadas a seguir:

- **O projeto:** consiste na proposta do movimento, podendo ter o objetivo de mudar ou de conservar as relações sociais vigentes. O projeto pode ser relacionado diretamente às metas e aos objetivos do movimento social, bem como às suas estratégias de ação. Ele é um conjunto de procedimentos mais ou menos definidos por meio do qual o grupo buscará alcançar seus objetivos. É bem verdade que existe uma grande diversidade de métodos de organização e mobilização entre os movimentos sociais, sendo possível encontrar grupos com maior ou menor capacidade de definir rigorosamente seu projeto.

  Cada movimento social define suas estratégias conforme seus objetivos, o contexto em que se insere e o seu opositor. Historicamente foram utilizadas muitas estratégias e táticas, sendo que algumas se tornaram clássicas, por exemplo: as greves (movimentos sindicais), passeatas, protestos, ocupações, acampamentos e, em alguns casos, a luta armada.

- **A ideologia** ou **teoria subjacente:** corresponde à visão de mundo predominante no movimento social, que delimita a concepção de sociedade, os ideais e as propostas que vigoram entre seus membros. É possível dizer que todo movimento social, como todo grupo, possui uma ideologia, ainda que de forma implícita. É necessário esclarecer que a definição de ideologia adotada equivale à sua concepção mais geral, que se refere a um conjunto qualquer de ideias que expressa uma determinada visão de mundo, e não necessariamente à visão marxista de ideologia, que atribui um sentido permanentemente negativo ao termo, associando-o à dominação de classe.

  É a ideologia que fundamenta os projetos e as práticas dos movimentos e define o sentido de suas lutas, estabelecendo os parâmetros teóricos e o próprio sentido da existência da luta social.

  Alguns movimentos sociais podem ter mais ou menos consciência dos seus componentes ideológicos, a depender da sua história, do seu caráter e dos membros que os constituem.

- **A organização:** normalmente, os movimentos sociais possuem algum tipo de organização hierárquica, que pode ser centralizada em torno de uma liderança explícita ou pode estar descentralizada e distribuída entre segmentos, subgrupos e demais participantes do movimento.

A estrutura de organização de um movimento social produz impactos relevantes com relação à sua atuação e possui reflexos em seu sucesso ou fracasso. Cada movimento possui uma demanda própria de organização, não sendo possível estabelecer, a princípio, como cada estrutura deve ser constituída. Porém, a organização interna se reflete nas estratégias, na articulação entre as ações e no nível de harmonia entre seus membros. Há o risco de dois extremos: de um lado, a desarticulação completa entre projeto, ideologia e organização, o que frequentemente gera ações espontâneas, desarticuladas e desorganizadas, fato que pode enfraquecer a luta social; por outro lado, a imposição de poder por parte das lideranças, o que pode levar os demais participantes a desempenhar o papel de "massa de manobra", servindo a interesses pouco nítidos ou objetivos secundários.

Um outro aspecto que deve ser considerado ao se analisar os movimentos sociais diz respeito à sua ação pública, marcada por diferentes táticas, estratégias e ações de enfrentamento. Cada movimento, conforme sua identidade, sua demanda e de acordo com o adversário a que se coloca, lança mão de diferentes meios para se fazer ouvir. Em geral, as formas mais comuns estão associadas à **desobediência civil,** consagrada pelo filósofo americano **Henry David Thoureau (1817-1862)**, ainda no século XIX, como principal meio de enfrentamento não violento em prol de direitos. Passeatas, manifestações, carreatas, buzinaços, panelaços, campanhas de conscientização ou panfletagens fazem parte do rol de estratégias que são comumente utilizadas por diversos movimentos para chamar a atenção da sociedade civil e das autoridades para sua pauta.

Juntamente com essas ações consideradas não violentas, algumas organizações podem adotar medidas mais incisivas, como a ocupação de prédios e de espaços públicos ou privados, a resistência violenta ou a adoção de táticas de guerrilha urbana. A estratégia a ser adotada depende, em grande parte, do grupo contra o qual o movimento se posiciona e da reação das autoridades diante da atuação do movimento. Como não são raros os casos de repressão violenta por parte das polícias em manifestações populares, também não são raros os casos de reação enérgica por parte dos manifestantes com os instrumentos que possuem à disposição.

Porém, como afirmava o ativista norte-americano Malcolm X (1925-1965), "não podemos confundir a reação do agredido com a violência do agressor". Muitas vezes, ações noticiadas como bárbaras, agressivas ou violentas pela mídia são o único meio encontrado por grupos para se fazerem ouvir, após sucessivas tentativas fracassadas de diálogos e negociações com as autoridades.

Movimentos sociais e a democracia

Os movimentos sociais são expressão da cidadania nas sociedades contemporâneas, uma vez que tendem a ser alimentados pelos próprios cidadãos que se organizam e se mobilizam em torno de interesses comuns, os quais, em geral, dizem respeito à busca por melhores condições sociais ou por direitos. Essa busca pode ser qualificada como uma forma de ativismo político, ainda que não faça uso das formas políticas institucionalizadas, como os partidos políticos, os representantes e os órgãos governamentais. Nesse sentido, o britânico **Anthony Giddens (1938-)**, em obras como *A constituição da Sociedade* (1984) e *Consequências da Modernidade* (1990), considera os movimentos sociais "a alma da democracia", uma vez que servem como termômetro da participação efetiva da população e de sua liberdade política, contribuindo para a expansão de direitos e para a promoção de debates sobre temas de interesse público.

Os movimentos sociais podem ser locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais, ultrapassando as fronteiras dos países. Em um mundo globalizado e integrado pelos meios de comunicação de massa cada vez mais rápidos, não é de se surpreender o crescimento dos movimentos em escala global, especialmente daqueles ligados a causas políticas e ambientais, alimentados pelas redes sociais – como ficou evidente nos eventos de 2011 relacionados à Primavera Árabe, quase completamente articulados via Internet por membros na Tunísia, Argélia e Egito.

Um dos fatores mais importantes a serem mencionados sobre o crescimento de movimentos reivindicatórios ao redor do mundo diz respeito à crítica à capacidade dos governos de darem respostas rápidas e satisfatórias à população, que tem acesso cada vez maior à informação e ao debate. Temas de interesse global, como guerras, meio ambiente, alternativas energéticas, alimentos transgênicos, mobilidade urbana, desigualdade social, entre outros, têm despertado cada vez mais o interesse da sociedade civil, que se recusa a permanecer passiva e cobra posturas mais contundentes por parte das instituições políticas, embora nem sempre receba as respostas e as ações que espera. Esse cenário de crítica à capacidade dos Estados de satisfazer às necessidades da população tem incitado o surgimento de novos sujeitos políticos, que dialogam com as formas tradicionais e forçam novas práticas de enfrentamento de dilemas.

As ONGs, os coletivos, os cidadãos, as manifestações e os movimentos sociais, em geral, são expressões desse anseio de participação nas decisões referentes aos rumos tomados pela sociedade e, ao mesmo tempo, figuram como formas de crítica aos modelos políticos tradicionais, que vêm apresentando desgaste e insuficiência.

Não há como ignorar a atual **crise de representatividade na política**, diagnosticada por vários cientistas sociais desde o fim do século passado. Percebida como um fenômeno mundial, esta crise de representatividade é evidenciada pelos mecanismos de participação das democracias representativas e pelos modelos de representação tradicionais (contidos nas figuras dos presidentes, senadores, deputados, partidos políticos), denunciando seu distanciamento em relação aos verdadeiros interesses da população e os constantes desvios de poder que se instauram na política profissional. Por esse motivo, desde o início dos anos 2000, muitos movimentos – como o "Occupy Wall Street", nos EUA; e o "Podemos", na Espanha – se organizaram para lutar contra o atual sistema liberal-democrático em voga em várias partes do mundo.

Mariana Criola /Romerito Pontes / Creative Commons / Julie Missbutterflies /Creative Commons. Leonardo Lara/Aldeia. Arte: Rubens Lima

No Brasil, verificou-se situação semelhante principalmente no ano de 2013, que se tornou emblemático em virtude da grande quantidade de manifestações que tomaram as ruas em diversas cidades brasileiras. Muitos movimentos expressaram sua indignação contra as formas de representatividade do liberalismo-democrático e acusaram a política de subserviência à economia, por ocasião da discussão sobre as obras para a Copa do Mundo de 2014 e, em menor escala, para as Olimpíadas de 2016. Nesse contexto, convém ressaltar que boa parte da mobilização aconteceu por meio das redes sociais, como o Facebook, demonstrando o grande poder de disseminação de informações e articulação social que os meios digitais possuem na atualidade. Tratou-se de um fenômeno notável, no entanto muitos analistas brasileiros e estrangeiros ainda têm dificuldade de fazer uma leitura precisa de tudo o que aconteceu, dada a grande complexidade das manifestações. A enorme variedade de grupos, tendências e ideologias que ocupou as ruas mostra a diversidade democrática e, ao mesmo tempo, a existência de interesses conflitantes no cenário público.

As manifestações de 2013, chamadas de Jornadas de Junho ou Copa das Manifestações, ganharam atenção dos noticiários, principalmente a partir dos protestos organizados por movimentos sociais estudantis, como o Movimento Passe Livre (MPL), que criticavam o aumento dos preços das passagens de ônibus em vários municípios brasileiros, como São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. A frase "Não é pelos 20 centavos, é por nossos direitos" ganhou as ruas rapidamente, gerando adesão de sindicatos e outros movimentos sociais. Mas, rapidamente, aconteceu um processo de catalisação de insatisfações de outras ordens. Esse processo foi potencializado pelo fato de o Brasil, conforme já mencionado, estar se preparando para grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A Copa das Confederações, evento-teste realizado nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA, em junho de 2013, forneceu o pano de fundo para atrair a visibilidade da imprensa internacional e para reunir críticas contra muitos aspectos da vida político-social brasileira.

Sob os brados de "O gigante acordou!" e "Vem pra rua, vem!", milhões de brasileiros participaram dos protestos, que foram os mais relevantes numericamente no Brasil desde os Caras Pintadas, em 1992. Mas o fenômeno é complexo. Como analisou o sociólogo espanhol Manuel Castells, em seu livro *Redes de Indignação e Esperança* (2013), os movimentos aconteceram "de forma confusa, raivosa e otimista" (p. 185), sem lideranças aparentes e pouca participação inicial de partidos políticos e sindicatos. De certa maneira, tais movimentos demonstraram uma insatisfação generalizada contra a política profissional, os partidos políticos e o modelo de democracia representativa.

Desde o início de 2013 até as primeiras semanas do mês de junho daquele ano, as lutas sociais possuíam uma pauta com características que tangiam à esquerda (ou de cunho social-democrata), posicionando-se contra o aumento das passagens de ônibus e em favor da melhoria de serviços públicos, como saúde e educação (em vários cartazes, podiam ser vistos os dizeres: "Queremos saúde e educação padrão FIFA"). A intensa repressão policial em vários estados brasileiros contribuiu para alimentar a empatia de outros manifestantes para com as passeatas estudantis. Até aquele momento, a grande imprensa havia adotado uma postura editorial de desvalorização e crítica às manifestações.

Entretanto, no decorrer do mês de junho e com o ingresso de muitos outros manifestantes que não estavam vinculados diretamente às pautas iniciais, houve a ampliação das temáticas e das reivindicações, que passaram a abranger, por exemplo, a crítica à corrupção política. A partir daquele momento, grupos de oposição ao governo, incluindo partidos políticos (liberais e conservadores) e a própria imprensa, começaram a participar mais ativamente das manifestações, ampliando seu destaque nos noticiários e, inclusive, demonstrando apoio aos protestos. Havia vários grupos, por outro lado, que defendiam que as manifestações deveriam ser "apartidárias", o que desencadeou posturas de hostilidade com relação a pessoas e a movimentos que levantavam bandeiras partidárias.

Ainda é difícil pesar adequadamente os pontos positivos e negativos das manifestações. Vários teóricos argumentam que a insatisfação generalizada da população teria sido direcionada contra um único partido político, o que a transformou em massa de manobra para outros interesses políticos. Outros teóricos enxergam nas manifestações um legado de expansão da consciência democrática, o que permitiu um exercício de ativismo que muitos sujeitos políticos nunca haviam experimentado. De qualquer modo, as manifestações de 2013 trouxeram novas perspectivas à sociedade brasileira no que tange à participação política.

Classificações dos movimentos sociais

Não é fácil criar tipologias para os movimentos sociais, pois eles assumem muitas formas e possuem uma grande diversidade de projetos e organizações, conforme já foi mencionado. Porém, com a finalidade de sistematizar os estudos e facilitar a compreensão, os movimentos sociais serão divididos, neste capítulo, em três categorias.

- **Movimentos sociais reivindicatórios:** são aqueles que exigem mudanças mais imediatas em determinada estrutura – normas, processos ou legislações específicas, por exemplo –, a fim de que situações insatisfatórias à população sejam alteradas.
- **Movimentos sociais políticos:** são aqueles cujo objetivo é produzir discussões mais amplas em torno da participação política, além de sugerir mudanças de maior alcance na estrutura política.
- **Movimentos sociais de classe:** caracterizam-se pela forte consciência da desigualdade socioeconômica. Tais movimentos objetivam consolidar a noção de classe e questionar a ordem econômica, podendo adotar, muitas vezes, ações de cunho revolucionário.

Também é possível dividir os movimentos sociais quanto à sua posição em relação à situação social vigente, conforme mostrado a seguir:

- **Movimentos reformistas:** buscam mudanças pontuais na estrutura social, sem, no entanto, pretender alterá-la por completo;
- **Movimentos revolucionários:** visam a mudanças estruturais profundas na sociedade, de modo a transformar a ordem vigente e a implementar outra, considerada superior;
- **Movimentos reacionários:** objetivam reagir contra mudanças sociais que estão em curso, almejando a manutenção de determinada estrutura social ou o retorno a um estágio anterior da sociedade.

Movimentos sociais emblemáticos no Brasil

Conforme afirmado no início do capítulo, o conceito de movimento social é aplicado de forma mais direta no contexto da consolidação do Estado Moderno, republicano e democrático, que ocorre no século XX. Porém, se desejarmos fazer uma abordagem mais ampla, é possível falar de movimentos sociais desde o Período Colonial brasileiro, como as muitas revoltas e insurreições que ocorreram no país desde o início de sua formação.

No panorama do século XX, diversos movimentos sociais se destacam pela importância que tiveram ao longo da história e pela sua presença ainda na atualidade, seja reivindicando novos direitos, seja lutando pela manutenção daqueles que foram arduamente conquistados. É o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e das organizações de direito LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transexuais), além dos movimentos sindical, feminista, estudantil, negro (afrodescendente), entre muitos outros de cunho local, regional ou nacional.

Cada um dos movimentos citados foi e continua sendo responsável por uma grande quantidade de ações coletivas que explicitam tensões na sociedade e exigem reflexões mais aprofundadas com relação a uma série de elementos da estrutura social. É o caso do MST, que desde a década de 1980 luta pela promoção da reforma agrária em uma sociedade fortemente marcada pela concentração de terras, situação acentuada pelo modelo econômico do agronegócio e do latifúndio vigente no país. Por essa razão, tal movimento enfrenta grandes dificuldades políticas e jurídicas para ter suas reivindicações reconhecidas e atendidas pelo poder público e por grande parcela da sociedade civil.

Os novos movimentos sociais

As análises clássicas sobre os movimentos sociais são geralmente derivadas do modelo marxista de análise, o que significa dizer que eles eram vistos como resultado do descontentamento dos grupos sociais com um sistema produtivo específico, a saber, o capitalismo.

Nesse sentido, podemos dizer que as primeiras análises sociológicas sobre os movimentos sociais atentavam para aspectos macroestruturais, ou seja, a economia e a política seriam as esferas que exerceriam maior influência sobre a vida dos indivíduos. Logo, os movimentos sociais seriam resultado do descontentamento destes com os desmandos políticos e as crises econômicas. Sob essa perspectiva marxista, os movimentos sociais se constituiriam a partir de classes sociais definidas, como o proletariado ou os trabalhadores camponeses, ou surgiriam de organizações institucionalizadas, como os partidos políticos.

No entanto, a partir dos anos 1960, a perspectiva marxista de análise dos movimentos sociais passou a ser questionada dentro da teoria sociológica. Durante o referido período, novas formas de ações coletivas ganharam espaço na cena política, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, chegando mais tarde ao Brasil. Esses novos movimentos sociais tinham como pontos a serem criticados as visões totalizadoras da sociedade, que negavam, por exemplo, a existência de diferenças individuais, e também as reivindicações que visavam atender apenas a uma determinada classe social.

Portanto, o foco dos novos movimentos sociais recairia sobre a construção de identidades coletivas e os problemas da vida cotidiana dos indivíduos, ou seja, aspectos ligados ao âmbito da cultura e não apenas restritos ao universo da política e da economia. Nesse sentido é que surgem os movimentos sociais feministas, os de defesa do meio ambiente, os que lutam em prol das causas étnicas, etc. Enfim, passou a existir uma pluralidade de reivindicações que ampliaram o modo de conceber e fazer política.

A prática política passa a estar dispersa nos mais variados espaços sociais, como na família, no trabalho, no lazer, e não apenas na relação entre Estado e sociedade civil. Portanto, os novos movimentos sociais buscam lutar contra o poder estabelecido no nível micro das relações sociais, e, mais importante que isso, são movimentos que buscam evidenciar as diferenças entre determinados grupos sociais,

em vez de adotar discursos universalistas. Nesse sentido, os conflitos políticos se transferem para o âmbito da cultura, pois, em muitos momentos, o que está em voga na luta dos movimentos sociais é a elaboração de identidades e também a ampliação de temas que possam ser considerados políticos.

Dessa maneira, os movimentos que despontaram após a década de 1960 apresentaram, ao mesmo tempo, pautas políticas e culturais, lutando por causas identitárias. Frequentemente associados a grupos sociais minoritários (isto é, com menor poder político), os novos movimentos sociais pretendiam criticar as desigualdades, fomentar o debate sobre as formas de exclusão social e propor alternativas para incluir grupos que estavam sendo socialmente marginalizados. Nesse contexto, alguns dos movimentos mais emblemáticos são o movimento negro, o movimento LGBT, o movimento feminista e o indígena.

Movimentos negros

O movimento negro no Brasil surgiu durante o Período Colonial, a partir das várias comunidades quilombolas que se organizaram contra a escravização. Mas foi somente com a instauração de um Estado Republicano, em 1889, que começou a haver lutas por direitos propriamente ditos. Desde o final do século XIX, diversos grupos da sociedade civil se organizaram para denunciar as profundas diferenças entre brancos e negros no Brasil, herdadas do período escravista e pouco alteradas pela fase republicana. Foram criadas associações e entidades civis por "homens de cor", como os negros eram chamados à época, voltadas para a promoção de atividades recreativas, culturais e políticas. Na década de 1930, surgiram também jornais e revistas advindos da denominada "imprensa negra", cujo objetivo era denunciar as situações vivenciadas pela população negra e dar destaque a temas ligados à população periférica, os quais eram pouco explorados pela imprensa tradicional. Ademais, diversos grupos contribuíram para a discussão estética acerca da questão racial, trazendo à tona o debate sobre racismo e discriminação também para o domínio artístico. Exemplo disso é o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944 pelo político, professor, escritor e ativista **Abdias Nascimento (1914-2011)**.

O golpe militar de 1964 enfraqueceu a luta política dos negros, desarticulando a coalizão de forças que enfrentava o "preconceito de cor" no país. Com isso, o movimento negro organizado entrou em refluxo, as ações de resistência passaram a ser criminalizadas e seus militantes foram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia: o racismo no Brasil. A repressão policial desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidade.

Somente a partir do início da redemocratização, em 1978, é que os movimentos sociais em geral, e o movimento negro em particular, voltaram a se organizar e se mobilizar. Impulsionados pela luta do movimento negro norte-americano da década de 1960, liderada por Martin Luther King, Malcolm X e os Panteras Negras, entre outros, diversos movimentos brasileiros começaram a se articular em nome de uma defesa mais incisiva da igualdade de direitos para brancos e negros. A Constituição brasileira de 1988 refletiu essa luta, dando destaque aos artigos de promoção da igualdade e de combate a todas as formas de discriminação.

O quadro a seguir resume alguns dos aspectos das fases do movimento negro no Brasil, segundo a concepção de Petrônio Domingues:

Movimento Negro Brasileiro	Primeira fase (1889-1937)	Segunda fase (1945-1964)	Terceira fase (1978-2000)
Tipo de discurso racial predominante	Moderado	Moderado	Contundente
Estratégia cultural de "inclusão"	Assimilacionista	Integracionista	Diferencialista (igualdade na diferença)
Principais princípios ideológicos e posições políticas	Nacionalismo e defesa das forças políticas de "direita", nos anos 1930	Nacionalismo e defesa das forças políticas de "centro" e de direita, nos anos 1940 e 1950	Internacionalismo e defesa das forças políticas da esquerda marxista, nos anos 1970 e 1980
Principais termos de autoidentificação	Homem de cor, negro e preto	Homem de cor, negro e preto	Adoção "oficial" do termo "negro". Posteriormente usa-se, também, o "afro-brasileiro" e "afrodescendente"
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política ("negro no poder!"), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial
Métodos de lutas	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos "cívicos" e publicação de jornais	Teatro, imprensa, eventos "acadêmicos" e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, p. 117-118. 2007.

Como todo movimento social de amplo espectro, o movimento negro possui divergências internas, segmentações, dissidências, tensões quanto às pautas e aos métodos de ação. Apesar desse fato, o movimento conseguiu importantes avanços na promoção da igualdade racial. Exemplo disso foram: a implementação das políticas de cotas raciais nas universidades públicas, que estão em vigor desde o ano de 2012; a criação da Secretaria de Assuntos Raciais, em 2010;

a criminalização do racismo mediante a Lei Caó (n. 7716 de 1989); a introdução do ensino de história e culturas africanas e indígenas nos currículos escolares, implantada pela lei 11.645 de 2008. Com relação a esta última lei, sua intenção é produzir conhecimento para além do eurocentrismo presente nos currículos tradicionais, que reforça os preconceitos contra africanos e indígenas, negando a eles o mesmo status de importância que é atribuído aos europeus, à sua história e à sua sociedade. Obter conhecimento sobre o universo histórico e cultural desses povos constitui um passo essencial para desmitificar inúmeros preconceitos que continuam a alimentar atos discriminatórios e racistas na atualidade.

Apesar de polêmicas, as **ações afirmativas** foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2012, por unanimidade entre os ministros. As ações afirmativas são conjuntos de medidas tomadas pelo Estado e pela iniciativa privada para combater os efeitos da discriminação racial, acumulados ao longo de décadas. As cotas sócio-raciais são exemplos de ações afirmativas. Adotadas nas universidades públicas federais desde o ano 2012, baseiam-se na reserva de vagas para grupos sociais minoritários e historicamente excluídos (indígenas, negros), visando promover a inclusão social e a mobilidade social por meio da educação.

Movimentos feministas

Os movimentos feministas despontaram ainda no século XIX com as sufragistas inglesas e francesas – grupos de mulheres que reivindicavam o direito de votar. Desde então, o movimento se desenvolveu e passou a incluir muitos outros pontos de pauta.

Tais movimentos envolvem uma série de teorias, filosofias e ideais e lutam pela igualdade entre as mulheres e os homens, buscando proporcionar a garantia dos direitos das mulheres na vida em sociedade. Desde seus primórdios, o movimento feminista não se configura de forma homogênea. Ou seja, ele é um movimento fragmentado, com diversos objetivos e manifestações, o que impede uma generalização a seu respeito.

Há de se observar que uma parte do conhecimento científico e acadêmico é absorvido por alguns movimentos feministas. Autoras como a filósofa pós-estruturalista **Judith Butler (1956-)** e a historiadora **Joan Scott (1941-)** são exemplos. O próprio Pierre Bourdieu, um dos sociólogos mais reconhecidos do século passado, em *A dominação masculina* (1998), tratou, de certa forma, da temática ao refletir sobre a dominação masculina como uma violência simbólica.

Algumas questões abordadas pelos movimentos feministas são: a violência contra a mulher, a diferença salarial entre homens e mulheres, a pouca inserção feminina na política e em cargos de chefia, o assédio e o preconceito contra a mulher. Nesse sentido, tais movimentos reivindicam a criação de políticas públicas que garantam os direitos da população feminina, resguardando suas vidas, combatendo o assédio sexual, velado ou explícito, e garantindo sua participação em espaços sem preconceitos.

Movimentos LGBT

Os movimentos LGBT (anteriormente denominados GLS – *Gays*, Lésbicas e Simpatizantes) se desenvolveram a partir da década de 1960, na esteira dos movimentos identitários negro e feminista. A sigla LGBT define os principais grupos que visa representar: lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis.

O movimento LGBT, juntamente com o movimento feminista que surgiu após a década de 1970, produziu importantes reflexões acerca da sexualidade humana e dos múltiplos fatores culturais que a influenciam. Apoiados em estudos interdisciplinares, Michel Foucault, em seu livro *A História da Sexualidade* (1976), e Pierre Bourdieu, em *A Dominação Masculina* (1998), começaram a analisar com maior profundidade os mecanismos sociais de manutenção da heteronormatividade masculina. Em outras palavras, esses pensadores investigaram valores, práticas e discursos que reforçam os padrões heterossexuais e masculinos, predominantes nas sociedades ocidentais. Essa heteronormatividade impõe um ideário cisgênero: termo que se refere à identificação entre sexo (biológico) e gênero (social), definindo somente a heterossexualidade como "normal". No Brasil, cientistas renomados em suas áreas acadêmicas, como Peter Fry (1941-), professor da UFRJ, e Edward Macrae (1946-), professor da UFBA, também desenvolveram reflexões teóricas sobre a questão da homossexualidade.

Diversas organizações já se posicionaram sobre a questão. Por exemplo: a Organização Mundial de Saúde, a partir de 1990, retirou a homossexualidade e a bissexualidade do catálogo de doenças e transtornos; a Associação Psiquiátrica do Estados Unidos, na década de 70, considerou a homossexualidade e a bissexualidade como manifestações tão normais quanto a heterossexualidade. Em solo brasileiro, desde 1985, a associação que representa os psicólogos proibiu que profissionais da área lidem com aqueles que não se identificam como heterossexuais como doentes.

As Paradas do Orgulho *Gay* (*Gay Pride*) tornaram-se a principal forma de manifestação pública dos vários movimentos LGBT, chegando a atrair milhões de defensores da causa em grandes cidades ao redor do mundo e dando visibilidade às pautas do movimento. Entre as reivindicações, está a criminalização da homofobia, que ainda não está tipificada como crime de ódio em nível federativo. A luta é baseada também em dados: no Brasil, a violência contra homossexuais e travestis é tão intensa que o país detém o título negativo de campeão de assassinatos contra travestis. Os dados são da ONG TGEU, uma rede europeia de organizações que lidam com essa determinada causa. A pesquisa mostra que, entre 2008 e 2014, foram registradas 604 mortes no Brasil. O relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, publicado em 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos, apontou o recebimento, através do Disque 100, de 3.084 denúncias de violações relacionadas à população LGBT.

Por fim, outros pontos de pauta envolvem o reconhecimento legal da união afetiva entre casais homoafetivos, que, apesar de ter sido permitida pelo Conselho Nacional de Justiça em 2014, ainda é alvo de debate por grupos que defendem uma leitura mais restrita do Estatuto da Família e argumentam que somente um casal heterossexual deveria receber o nome de "família". Outro ponto está associado à possibilidade de adoção de crianças por casais homoafetivos, tema que ainda não está regulamentado e também é alvo de discussão na sociedade.

O MOVIMENTO INDÍGENA

[...]

O que busca o movimento indígena

Os indígenas possuem como objetivo central de sua movimentação política a **conservação e delimitação de áreas indígenas**, ou seja, terra. Porém, esse conceito é muito mais amplo do que o conceito literal. Dentro do conceito "terra", estão inseridas reivindicações como educação, saúde diferenciada, respeito e reconhecimento à cultura, projetos socioeconômicos destinados aos diversos povos, áreas de preservação e fiscalização ao cumprimento de leis e demarcações.

[...]

O que diz a lei sobre os indígenas

Em 1973, foi promulgada a lei 6.001, que ficou conhecida como "Estatuto do Índio". Na época de sua formulação, a cultura indígena era vista como "transitória" e o índio como "relativamente incapaz". Seguindo essa visão, os povos indígenas eram considerados tutela do Estado até que sua integração com a sociedade brasileira fosse realizada. A responsabilidade seria do Serviço de Proteção ao Índio, órgão que deu espaço para atual Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Após a constituinte de 1988 – processo no qual os índios fizeram-se presentes – passa a ser assegurado o direito à sua própria cultura, direito processual e direito às terras tradicionalmente ocupadas, impondo à União o dever de zelar pelo cumprimento dos seus direitos:

Art. 231, CF. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Em 2002, no Novo Código Civil, o índio deixa de ser considerado relativamente incapaz e sua capacidade deve ser regulada por legislação especial:

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

[...]

FAHS, A. *O movimento indígena*. Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-indigena/>. Acesso em: 01 fev. 2019.

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Criminalizar consiste em caracterizar como criminoso algo que não necessariamente está tipificado como tal. Assim, como afirma Sérgio Sauer, sociólogo e professor da Universidade de Brasília:

[...] criminalizar não é utilizar a força policial para reprimir manifestações (tratar como "caso de polícia"), mas é transformar (caracterizar ou tipificar) uma determinada ação em um crime. Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública, pelo órgão estatal responsável) como atos criminosos e bandidos (iniciativas feitas à margem da lei).

SAUER, Sérgio. *Processos recentes de criminalização de movimentos sociais populares*. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2008/10/Processos-recentes-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-movimentos-sociais-populares.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

A partir das considerações de Sauer, acima expostas, percebe-se que a criminalização dos movimentos sociais seria uma estratégia de uma parcela determinada da sociedade civil para tentar controlar a atuação dos cidadãos que se mobilizam para transformações em alguns setores da sociedade. Então, tal ato se configuraria, para os manifestantes e para os defensores dos movimentos, como uma forma de deslegitimar a busca por direitos, tratando-a como uma ameaça à lei e à ordem.

Usualmente, a criminalização vem acompanhada de ações policiais, que se tornaram parte da relação entre Estado e sociedade civil no Brasil. Pode-se observar tais tensões, entre a sociedade civil e o Estado, por intermédio dos meios de comunicação, que sempre trazem notícias sobre a ocorrência de fatos violentos em determinadas manifestações. A violência demonstra, possivelmente, alguns traços autoritários da sociedade brasileira e as falhas de uma democracia recente, ainda em processo de construção, em que canais de negociação e diálogo nem sempre estão à disposição de todos os setores da sociedade.

POLÍTICA E SOCIEDADE: AS MANIFESTAÇÕES DE RUA DE 2013 E 2015

As manifestações de junho de 2013, marcadas pela forte presença de jovens, reuniram no mesmo espaço público integrantes de movimentos que defendiam a manifestação como uma ação política e uma massa de indignados com a política e com a ação governamental. Mas, mesmo estes, que rejeitavam a política, fizeram política.

Os manifestantes fizeram política porque se posicionaram em relação a temas relevantes da vida social, procurando se fazer ouvir no espaço público. Uns se manifestaram contra a política. Outros, em relação a uma política ou a medidas no âmbito de políticas específicas: contra o aumento das passagens; contra a repressão policial; contra a corrupção; pela qualidade dos serviços públicos; contra os gastos da Copa.

Analistas e integrantes de movimentos sociais e de organizações políticas tradicionais manifestaram sua perplexidade diante da eclosão de um movimento que extravasava as formas tradicionais de ação coletiva. [...] O movimento era múltiplo em seu foco e em sua composição, resultando ainda de uma nova forma de mobilização na esfera pública, por meio das redes sociais.

Ainda que difusas e multifacetadas, as manifestações foram ouvidas pelos políticos: novos temas foram incorporados pela agenda de partidos à direita e à esquerda. Após as manifestações, disputaram lugar na mídia programas partidários que procuravam incorporar a voz das ruas (ou dela se apropriar). [...]

Os temas levantados pelas manifestações repercutiram também na agenda governamental. No nível municipal e estadual, em vários pontos do país, foram revogados aumentos de tarifas de ônibus. No nível federal, medidas foram propostas em diversas áreas (responsabilidade fiscal, reforma política, mobilidade urbana, educação e saúde), em resposta à multifacetada agenda societária.

A presença ativa da sociedade civil no espaço público não é algo novo no Brasil. Vale lembrar não apenas do movimento das Diretas Já, mas, também, da importância dos movimentos sociais urbanos, nos anos 70, na luta contra a ditadura, no combate à carestia e na luta pelo direito à saúde, à creche, à moradia e ao transporte público. Na construção de políticas públicas no contexto democrático participaram o movimento feminista, o movimento negro, organizações indígenas e o movimento LGBT, assim como movimentos em torno do combate à violência e da defesa do meio ambiente. [...]

A influência da sociedade na democratização e no desenho de novas políticas públicas não foi um processo linear e isento de conflitos. É justamente esta uma das características centrais da política – a disputa (civilizada) entre propostas, derivadas de diferentes visões a respeito da sociedade e de seus problemas.

[...]

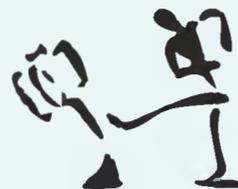
FARAH, M. *Política e sociedade*: as manifestações de rua de 2013 e 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/politica-e-sociedade-as-manifestacoes-de-rua-de-2013-e-2015/>. Acesso em: 01 fev. 2019.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UEM-PR) Considerando a dinâmica dos movimentos sociais, assinale o que for correto.

1. Os movimentos sociais visam ao confronto político e estabelecem ora uma relação de oposição, ora uma relação de parceria com o Estado.
2. Os movimentos sociais que combatem a homofobia procuram disseminar visões de mundo que aumentam os preconceitos e as discriminações contra os homossexuais.
4. Os movimentos sociais não precisam de um princípio norteador para estruturá-los ou para garantir que eles atuem como uma forma de organização coletiva.
8. As greves trabalhistas, os movimentos por melhores condições de vida na cidade e no campo, os movimentos étnicos, feministas, ambientais e estudantis são exemplos de movimentos sociais.
16. As ações dos movimentos sociais têm o poder de reverter ou de determinar políticas públicas de desenvolvimento econômico, social, educacional e trabalhista.

Soma ( )

02. (Unioeste-PR)

O símbolo acima reproduzido ficou nacionalmente conhecido após uma série de manifestações públicas que ocorreram em junho de 2013 e representa o Movimento Passe Livre: um movimento social que luta pela implantação da 'tarifa zero' no transporte público, como forma de garantir o acesso ao transporte para todas as camadas da população. Tendo em vista aqueles acontecimentos, assinale qual das alternativas a seguir é correta.

A) Os movimentos sociais deveriam ser proibidos porque provocam tumultos e depredações.

B) Os movimentos sociais são movimentos de oposição aos governos.

C) Os movimentos sociais só acontecem em épocas de crise.

D) Os movimentos sociais são importantes instrumentos na luta pelo reconhecimento de novos direitos.

E) Os movimentos sociais têm como objetivo a conquista do Estado.

03. (UEMA) No Brasil, segundo Juliana Tavares (In: *Revista Sociologia*. São Paulo: Escala, ano 1, nº 3, 2007), o custo do fracasso das mobilizações sociais e as tentativas de mudanças sociais evidenciam a questão do desemprego, da violência institucional e do agravamento no processo de marginalização. Nesse contexto, o povo convive e se acomoda pacificamente com a miséria cotidiana, sem perspectiva de mudança. A partir desse raciocínio, identifique os conceitos sociológicos relacionados a movimentos sociais no Brasil.

A) Cidadania; indústria cultural; identidade; individualismo; resistência social.

B) Participação política; violência; desmobilização; alienação; individualismo.

C) Ideologia; participação política; cidadania; identidade; projeto político.

D) Identidade; comportamento de massa; propriedade; cidadania; alienação.

E) Projeto político; cidadania; propriedade; alienação; identidade.

04. (Unicentro-PR) Os novos movimentos sociais são diferentes das ações coletivas de antes, por eles politizarem a esfera privada e tornarem públicas as problemáticas das minorias sociais. Assim, dentre esses movimentos, destacam-se aqueles que

A) envolvem negros, indígenas, sem-terra e sem-teto.

B) determinam a opinião pública sobre as questões ecológicas.

C) produzem discussões locais e regionais, não abarcando questões globais.

D) se desenvolvem a partir do controle do Estado e dos partidos políticos.

E) realizam pressão política, apoiando contestação da política econômica, e lutam por melhores salários.

05. (UFU-MG) Atualmente, a temática dos movimentos sociais apresenta uma multiplicidade de abordagens que nos permite transitar por dimensões diversas, assim como convergir características que estiveram tradicionalmente separadas.

Assinale a alternativa incorreta quanto aos movimentos antiglobalização.

A) São movimentos sociais que apresentam entre seus principais atores as redes de ação direta ou, ainda, as ações de grupos informais que possuem como marca o caráter não hierárquico de sua organização e estruturação.

B) São movimentos sociais que, visando à autonomia e à participação mais efetiva da sociedade civil, justapõem oposição e resistência em suas formas de atuação.

C) São movimentos sociais que apresentam uma homogeneidade em termos de sua composição, diferentemente dos movimentos sociais do início do século XX.

D) São movimentos sociais que reúnem atores sociais e organismos diferentes a partir da contraposição a uma situação específica, como o modelo de política econômica mundial e suas consequências para as comunidades locais.

06. (UFU-MG–2016) Até a noite de 28 de junho [de 1969], lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) eram, sistematicamente, acuados e sofriam todo tipo de preconceitos, agressões e represálias por parte do departamento de polícia de Nova Iorque. Mas, nesta noite, a população LGBT, presente no bar Stonewall Inn, se revoltou contra as provocações e investidas da polícia e, munida de coragem, deu um basta àquela triste realidade de opressão. Por três dias e por três noites, pessoas LGBT, e aliadas, resistiram ao cerco policial, e a data ficou conhecida como a Revolta de Stonewall. Surgiu o Gay Pride, e a resistência conseguiu a atenção de muitos países, em especial a do governo estadunidense, para os seus problemas.

Disponível em: <http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/?page_id=185>.

Considerando o texto, é correto afirmar que os novos movimentos sociais

A) são definidos por sua associação às organizações de classe e defesa da população marginalizada.

B) ampliam e redefinem as formas de participação política em regimes democráticos.

C) lutam exclusivamente em defesa de seus interesses econômicos a partir de estruturas partidárias.

D) reivindicam a extensão de direitos sociais, civis e políticos, necessariamente universalizáveis.

07. (UFU–MG) Apesar da diversidade dos movimentos sociais ocorridos no Brasil, dos anos 60 do século passado até o presente, podem-se apontar alguns traços comuns nesses movimentos.

Assinale a única alternativa que, mostrando esses traços comuns, relaciona, respectivamente:

1. Um obstáculo, real ou potencial, a esses movimentos;
2. O tipo de reivindicação dos grupos envolvidos;
3. Uma possibilidade no campo político democrático.

A) A cultura política autoritária / a identidade das minorias / a ampliação da cidadania.

B) A falta de unidade / a reivindicação de melhorias materiais / a revolução social.

C) A falta de unidade / a defesa das minorias / a revolução social.

D) A cultura política autoritária / a luta por direitos / a ampliação da cidadania.

08. 3TW6 (UFU-MG) Em anos recentes, no Brasil, os movimentos sociais de afrodescendentes têm defendido a definição de cotas de vagas nas universidades e nos postos de trabalho dos setores públicos, como forma de resgatar a dívida social contraída pela escravidão e pela discriminação racial ao longo de mais de quatrocentos anos.

De acordo com o texto lido, considere as proposições a seguir, identificando aquelas que têm pertinência sociológica.

I. As reivindicações dos afrodescendentes fazem parte do conjunto de reivindicações de outros sujeitos sociais discriminados, e pode-se aventar a hipótese que deverão reforçar o conjunto das lutas sociais por cidadania, incluindo as lutas das etnias indígenas e dos desempregados, por exemplo.

II. As reivindicações dos movimentos sociais de afrodescendentes reafirmam a existência de uma memória histórica dos africanos no Brasil inteiramente compartilhada por todos os brasileiros, sem distinção de origem étnica e de posição social.

III. As reivindicações políticas dos afrodescendentes são improcedentes, porque, depois do fim da Ditadura Militar, em 1985, a democracia no Brasil foi definitivamente consolidada, basta ver que as universidades e o mercado de trabalho estão abertos e acessíveis a todos.

IV. As reivindicações dos afrodescendentes são procedentes, como todas as que buscam garantir direitos de cidadania, mas a particularidade histórica da discriminação racial e a dificuldade de escolha da base de cálculo para o estabelecimento de cotas impedem medidas concretas, definitivamente.

Assinale a alternativa correta.

A) As alternativas II e III são pertinentes.

B) Apenas a alternativa I é pertinente.

C) As alternativas II, III e IV são pertinentes.

D) As alternativas III e IV são pertinentes.

09. M1QD (UEL-PR-2017) Leia o texto a seguir.

Uma parte considerável dos novos ativistas já compareceu a protestos e a encontros presenciais, mas há muitos que se manifestam exclusivamente na Internet sob a forma de textos, *hashtags* e vídeos. E o volume de informação produzido por eles sinaliza a centralidade que a política assumiu no dia a dia dos brasileiros.

CIRNE, S. Somos todos ativistas. *Galileu*. abr. 2016, p. 41 (Adaptação).

As formas de ativismo *online* e *offline*, no Brasil, demonstram a emergência, na sociedade civil, de novos atores políticos, que se articulam por meio de ações coletivas em rede.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre as recentes formas de mobilização dos atores da sociedade civil, assinale a alternativa correta.

A) As ações coletivas em rede podem ser comparadas aos movimentos sindicais brasileiros da década de 1970, por adotarem práticas de organização e de mobilização em defesa da esfera privada contra a opressão estatal.

B) As manifestações políticas organizadas em redes de movimentos caracterizam-se pela participação de diversos grupos e de múltiplos atores imersos na vida cotidiana, com militância parcial e efêmera.

C) O atual ativismo político no Brasil, a exemplo do mundo, mobiliza entidades e organizações ideologicamente unificadas e com práticas comuns no mercado, a fim de obter vantagens coletivas trabalhistas e salariais.

D) O ciberativismo, na contemporaneidade, envolve, como no passado, a mobilização das grandes classes e a afirmação do movimento operário como principal protagonista das transformações socioeconômicas.

E) Os sujeitos dos movimentos favoráveis às políticas neoliberais, na atualidade brasileira, organizam-se em rede para a defesa da intervenção e da regulação da economia e das relações de trabalho, pelo Estado.

10. VY21 (UEL-PR) O vídeo "Kony 2012" tornou-se o maior sucesso da história virtual, independente da polêmica causada por ele. Em seis dias, atingiu a espantosa soma de 100 milhões de espectadores, aproximadamente. No primeiro dia na Internet, o vídeo foi visto por aproximadamente 100 000 visitantes.

PETRY, A. O Mocinho vai prender o bandido... e 100 milhões de jovens querem ver. *Veja*, ano 45, n. 12, 2 261 ed., 21 mar. 2012 (Adaptação).

A Internet revelou-se um poderoso instrumento para a ação política de ONGs e de movimentos sociais.

A respeito das formas de expressão de necessidades coletivas no mundo globalizado, assinale a alternativa correta.

A) As ONGs e os novos movimentos sociais têm como característica comum a construção de estruturas hierarquizadas e rígidas para a realização das lutas coletivas.

B) Como toda luta política, a conquista do poder de Estado é o referencial a partir do qual se constroem as ações das novas reivindicações coletivas de ONGs e movimentos sociais.

C) Demandas ligadas ao trabalho perderam sua importância para as novas lutas coletivas expressas pelas ONGs e pelos recentes movimentos sociais.

D) Nas novas lutas coletivas, há o predomínio dos novos sujeitos sociais, os grupos sociologicamente minoritários, com um projeto definido e uniforme de construção da sociedade.

E) O ativismo de ONGs e de movimentos sociais nas redes virtuais diversifica as agendas políticas e as práticas que buscam inovar o modo de fazer política.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2017) O racismo institucional é a negação coletiva de uma organização em prestar serviços adequados para pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode estar associado a formas de preconceito inconsciente, desconsideração e reforço de estereótipos que colocam algumas pessoas em situações de desvantagem.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Penso, 2012. (Adaptação).

O argumento apresentado no texto permite o questionamento de pressupostos de universalidade e justifica a institucionalização de políticas antirracismo. No Brasil, um exemplo desse tipo de política é a

A) reforma do Código Penal.

B) elevação da renda mínima.

C) adoção de ações afirmativas.

D) revisão da legislação eleitoral.

E) censura aos meios de comunicação.

02. (Enem–2017) No Brasil, assim como em vários outros países, os modernos movimentos LGBT representam um desafio às formas de condenação e perseguição social contra desejos e comportamentos sexuais anticonvencionais associados à vergonha, imoralidade, pecado, degeneração, doença. Falar do movimento LGBT implica, portanto, chamar a atenção para a sexualidade como fonte de estigmas, intolerância e opressão.

SIMÕES, J. Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade e cidadania. In: BOTELHO, A; SCHWARCZ, L. M. *Cidadania, um projeto em construção*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Adaptação).

O movimento social abordado justifica-se pela defesa do direito de

A) organização sindical.

B) participação partidária.

C) manifestação religiosa.

D) formação profissional.

E) afirmação identitária.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. Soma = 25
- 02. D
- 03. C
- 04. A
- 05. C
- 06. B
- 07. D
- 08. B
- 09. B
- 10. E

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. C
- 02. E

Total dos meus acertos: _____ de _____ . ______ %

Trabalho, Economia e Sociedade

O CARÁTER ONTOLÓGICO DO TRABALHO E A REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL

A sobrevivência da espécie humana está diretamente associada ao trabalho, já que, por meio de uma série de atividades, o ser humano consegue modificar a natureza e extrair dela os recursos necessários para sua sobrevivência e evolução.

Dessa forma, o termo "trabalho" ganha um significado especial, pois não se refere somente às atividades econômicas remuneradas, isto é, não é sinônimo de emprego ou ocupação, definição corrente nos dias atuais. Em sentido amplo, **trabalho** se refere a toda e qualquer atividade humana que transforma a natureza de modo intencional, planejada e direcionada para um fim.

Pensar na relação que os indivíduos estabelecem com o trabalho é também pensar na relação dos indivíduos com o mundo natural. Assim, o trabalho é, na realidade, um elemento que faz a mediação entre os indivíduos e a natureza. A partir do momento em que essa relação é estabelecida, o trabalho passa a ser um elemento constitutivo da sociabilidade e da própria condição humana, demonstrando seu caráter ontológico e garantindo a reprodução do indivíduo como ser social. Por caráter ontológico do trabalho, devemos entender que o trabalho é um processo que contribui para a nossa constituição como seres sociais. Uma vez que o homem criou um instrumento como uma lança para caçar, ele é um novo indivíduo, já que agora é um ser conhecedor da lança e das possibilidades que passa a ter com seu uso.

Por meio do trabalho, não apenas a natureza é transformada, mas também o próprio ser humano. Logo, a consciência dos indivíduos a respeito de seu mundo social é modificada pelo seu trabalho e também pelos produtos de sua atividade laboral. Pensemos, por exemplo, na produção de determinado objeto: sua fabricação somente é possível por meio do conhecimento de certas técnicas e, mais adiante, sua possível venda ou troca somente se efetiva quando os indivíduos atribuem valor a ele.

Isso significa que confeccionar um objeto por meio do trabalho é materializar as possibilidades humanas em todas as suas dimensões – físicas, intelectuais, culturais e econômicas –, marcando também a passagem do homem do estado natural para o estado social, de modo a contribuir para a formação de nosso mundo social, não apenas sob aspectos materiais e econômicos, mas também sob termos simbólicos.

É por isso que todo o conhecimento de técnicas aplicáveis ao trabalho humano somente pode ser compartilhado e consolidado por meio das interações sociais. Por esse motivo, trabalho e sociedade guardam uma relação intrínseca; cada sociedade, circunscrita a determinado período histórico, tem seu próprio modo de conceber, representar e legitimar o trabalho, uma vez que ele se relaciona diretamente com a cultura.

No decorrer da história da humanidade, modos de produção distintos desenvolveram diferentes concepções a respeito do valor simbólico do trabalho. Assim, podemos afirmar que as mudanças estruturais na maneira como uma sociedade organiza a produção de bens e serviços geram vários impactos na forma como os indivíduos se relacionam com sua atividade laboral. Logo, em uma sociedade cujo modo de produção se baseie, por exemplo, no trabalho escravo, é impossível pensarmos na existência de direitos trabalhistas, pois o caráter estrutural de tais direitos torna a sua existência inviável em um contexto escravocrata.

A característica elementar do modo de produção escravista consiste no fato de que o escravo é considerado propriedade do seu senhor. Enquanto propriedade privada, o escravo possui *status* similar ao de objeto ou bem. Contudo, trata-se de propriedade de grande valor, na medida em que possui a força produtiva que será aplicada conforme as necessidades estabelecidas por seu senhor. Vale ressaltar que o trabalho não era valorizado pelos grupos sociais dominantes, sendo, portanto, reservado aos grupos considerados inferiores dentro de determinada sociedade. Desse modo, nas sociedades escravocratas, como aquelas que existiram no período das colônias nas Américas ou na Grécia Antiga, o trabalho não era tido como atributo a ser preservado por aqueles indivíduos que se consideravam livres.

As características do trabalho em uma sociedade escravista são, portanto, bastante diferentes das características do trabalho em uma sociedade capitalista. São essas diferenças e contradições, em relação aos aspectos estruturais do trabalho e ao modo como certos paradigmas das atividades laborais dos seres humanos são elaborados e ultrapassados, que interessam ao estudo sociológico do trabalho; e é a isso que iremos nos dedicar neste capítulo.

Rubens Lima

É interessante observar as características sociais da Economia, que a aproxima mais das ciências humanas e sociais do que das ciências exatas ou naturais. Apesar de lidar com ferramentas como a Matemática e a Estatística, as Ciências Econômicas não são exatas e lidam com variáveis humanas como trabalho, demanda, desejo, produção de riquezas e todos os aspectos morais, políticos e psíquicos que compõem as escolhas humanas. O fato de nos encontrarmos numa fase altamente elaborada do capitalismo, marcada pelo domínio das finanças e da virtualização financeira, às vezes não nos deixa perceber que o domínio da economia e das políticas econômicas está associado ao trabalho, que é prática existencial humana, e ao terreno bastante pantanoso das escolhas e dos desejos individuais, que movimentam boa parte do mercado e, por conseguinte, da produção industrial.

AS FASES DO CAPITALISMO

Conforme já vimos, cada sociedade, inscrita em um determinado período histórico, entende e concebe o trabalho de modo distinto. Essas mudanças de concepção em relação ao trabalho estão ligadas, por sua vez, às mudanças em seu caráter estrutural. Pensemos, por exemplo, no modo de produção feudal.

A derrocada do modo de produção feudal se deu pela conjunção de três fatores estruturais, a saber: o acréscimo populacional, exigindo um aumento na demanda por produtos que se tornou impossível de ser atendida; a impossibilidade de aproveitar os recursos naturais em razão do nível da tecnologia desenvolvida até então; e o crescimento do comércio nas cidades, o que gerou uma mudança no regime de trabalho, pautado no assalariamento, e não na servidão.

A crise do sistema feudal abriu espaço para o desenvolvimento do sistema capitalista à medida que transportava do campo para a cidade o *lócus* do desenvolvimento das atividades comerciais, estimulando o surgimento de corporações de ofícios entre os trabalhadores. Além disso, a mudança operada facilitou o processo de formação dos Estados Nacionais ao centralizar o controle político em territórios bem mais vastos que os dos feudos.

Entretanto, é importante atentarmos às transformações ocorridas dentro do próprio sistema capitalista e suas distintas fases. Entre os séculos XV e XVIII, há a chamada fase do **capitalismo comercial** ou **mercantil**, que se caracterizou pela acumulação primitiva de capitais por parte das potências europeias com a exploração de suas colônias, não apenas por meio da busca de metais preciosos, mas também por intermédio do comércio de produtos valorizados no mercado europeu e apenas encontrados nas colônias.

Foram marcas desse período:

- O protecionismo comercial, em que os Estados absolutistas dificultavam a entrada de gêneros estrangeiros em seus mercados; ao passo que protegiam, em seu mercado interno, os produtos nacionais, bem como os provenientes das colônias.
- A balança comercial favorável, em que a acumulação de capital era de interesse dos Estados Nacionais e de suas burguesias, seguindo o lema "vender sempre, comprar nunca". Assim, a classe burguesa ficava paulatinamente mais rica e poderosa e alcançava maior prestígio político.
- O metalismo, em que os metais preciosos, especialmente ouro e prata, tornaram-se padrões de medida da acumulação de capital. Logo, a quantidade de metais adquirida passa a ser a medida da riqueza nacional.

Durante o século XIX, desenvolveu-se a segunda fase do capitalismo, chamado **capitalismo industrial-financeiro**, que teve início com a Primeira Revolução Industrial. O primeiro país a realizar a Revolução Industrial foi a Inglaterra, em meados do século XVIII. Posteriormente, já no século XIX, outros países, como França, Alemanha, Bélgica, Itália, Rússia, Estados Unidos e Japão, iniciaram a implementação do sistema fabril e do trabalho maquinofaturado.

O capitalismo industrial, firmando-se como o modo de produção hegemônico no Ocidente, produziu uma nova classe social – o operariado, classe trabalhadora das indústrias – e estabeleceu um novo conjunto de relações de produção, especialmente ligadas ao trabalho assalariado.

As revoluções industriais intensificaram o desenvolvimento tecnológico aplicado à produção, aumentando enormemente o crescimento econômico do período e o enriquecimento da classe burguesa. O desenvolvimento tecnológico era totalmente voltado ao subsídio das indústrias a fim de que produzissem cada vez mais, gerando um acúmulo de capital que possibilitou o surgimento de instituições financeiras, que começaram a comercializar dinheiro por meio de empréstimos, financiamentos e cobrança de juros. Essa maior disponibilidade de crédito no mercado contribuiu para estimular a implementação de novas tecnologias industriais visando aumentar a competitividade entre as indústrias, gerando um desenvolvimento cíclico no sistema capitalista.

A INVESTIGAÇÃO SOCIAL SOBRE O TRABALHO

O processo de mecanização fez com que também houvesse uma divisão social do trabalho bastante acentuada. Devemos entender essa divisão como uma condição necessária para o desenvolvimento dos sistemas sociais de produção de mercadorias. Nesse contexto, temos duas formas de divisão social do trabalho: a primeira diz respeito a todas as formas de atividades laborais que, em conjunto, formam o complexo econômico de uma sociedade. Como exemplo, podemos pensar nos diferentes setores de uma economia, como o setor têxtil, automobilístico, naval, etc. Há também a divisão social do trabalho, que ocorre internamente em cada fábrica, empresa ou indústria. Essa divisão se refere às funções entre os trabalhadores, necessárias para o funcionamento da fábrica, indústria ou empresa.

Não podemos nos esquecer de que a divisão das funções era determinada pelo próprio desenvolvimento tecnológico, ou seja, a cada inovação tecnológica, as funções eram criadas para que fosse possível operacionalizar as máquinas.

Desse modo, o trabalho artesanal passou a ser substituído por funções que foram modificadas e até mesmo criadas, dada a funcionalidade do maquinário.

Adam Smith (1723–1790) e David Ricardo (1772–1823) são alguns dos nomes associados às primeiras reflexões sobre o trabalho e o mercado, buscando interpretações que fossem adequadas ao sistema que surgia sob os interesses da classe burguesa. Filiados ao **liberalismo econômico**, defendiam a liberdade econômica como princípio fundamental e acreditavam que o mercado deveria se autorregular de acordo com a lei da oferta e da procura. Logo, a "mão livre do mercado", e não o Estado, é que deveria regular a qualidade e a quantidade do que se produz, os preços das mercadorias e os salários pagos aos trabalhadores.

Karl Marx (1813–1883) foi o pensador social que produziu análises fundamentais para a compreensão do modo de produção capitalista e do modo como o trabalho se enquadraria neste, até então, novo modo de produção. De acordo com Marx, no capitalismo, a principal característica estrutural do trabalho reside no fato de que o trabalhador é aquele que vende sua força de trabalho em troca de salário. Assim, segundo ele, no capitalismo, o trabalho perde seu caráter ontológico e se transforma em mercadoria a ser negociada no mercado. Um outro aspecto fundamental do trabalho em uma sociedade capitalista seria o fato de este produzir a mais-valia, conceito que consiste na parcela do lucro que não é repassada ao trabalhador e permite o acúmulo de capital por parte da classe burguesa.

> Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz o capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada, o que restitui mais trabalho ao que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio.
>
> MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*.
> São Paulo: Global Editora, 1980. p. 132.

Um período de extrema importância para a configuração moderna do mundo do trabalho se deu a partir do final do século XIX, quando teve início a chamada Segunda Revolução Industrial, um processo que durou até a década de 70 do século passado. Nesse período, a energia elétrica passou a ser utilizada como uma das principais fontes energéticas, bem como o petróleo, possibilitando o desenvolvimento das indústrias petroquímicas, metalúrgicas, siderúrgicas e automobilísticas.

Essa revolução produtiva elevou os Estados Unidos e a Alemanha à condição de grandes potências industriais e econômicas. Evidentemente essas mudanças não poderiam ocorrer sem afetar também a esfera do trabalho. Assim, a possiblidade de lucrar cada vez mais com expansão dos mercados consumidores exigiu das indústrias novos modelos de gestão do trabalho em suas dependências.

É nesse contexto de maior exigência de produtividade que modelos de gestão dos trabalhadores, como o taylorismo e o fordismo, fizeram-se conhecidos a partir do século XIX. Em comum, esses dois modelos de gestão produtiva aprofundavam a divisão de tarefas dentro da produção, pregavam o pagamento vinculado à produtividade e exigiam que a produção fosse realizada no menor tempo possível, atrelando o trabalho ao cronômetro.

O **taylorismo** surge em 1911 com a publicação do livro *Os princípios da administração científica*, escrito pelo engenheiro estadunidense Frederick W. Taylor. Além dos princípios já citados, Taylor propunha uma divisão entre os operários, que deveriam executar tarefas manuais especializadas e repetitivas; os gerentes seriam responsáveis pelo trabalho intelectual, pelo controle do processo de produção, além de criarem meios para premiar os operários mais produtivos.

Quem primeiro colocou em prática as ideias de Taylor foi Henry Ford (1863-1947), fundador da empresa automobilística Ford. Ao longo do tempo, o processo de produção da Ford foi sendo aprimorado e, mais tarde, ficou conhecido como **fordismo**. Suas principais características são a produção em massa de produtos similares, o uso da fragmentação de funções entre gerentes e operários, concentração de toda a produção no espaço da fábrica e grande contingente de operários para executar funções similares. Para o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, estudioso do mundo do trabalho:

> O fordismo pode ser compreendido, fundamentalmente, como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [...], e cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle do tempo e movimentos, pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista.
>
> ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.
> São Paulo: Cortez, 1995. p. 17.

Ainda que seja semelhante ao taylorismo, no que se refere à separação entre planejamento e execução, o fordismo é mais importante que o taylorismo se considerarmos os impactos sociais causados por ele. Por ser orientada para o consumo em massa, a produção fordista necessita de um mercado interno forte e consolidado, ou seja, é necessária a existência de uma população com bom poder de compra para consumir / adquirir essa produção. Para que tal estratégia funcionasse, era necessário que a produção fosse desenvolvida, com o aumento da produção, e os preços caíssem, gerando maior consumo e mais lucros.

SOCIOLOGIA

Nesse sentido, o fordismo adquiriu importante relevância social. Uma vez que era preciso assegurar certo padrão de vida que garantisse o consumo por parte dos trabalhadores, os sindicatos, empresários e os Estados centrais do capitalismo, por meio de negociações coletivas, criaram um pacto social em torno do trabalho assalariado, que garantiu contratos de trabalho de longo prazo, limites impostos às demissões em massa, entre outros direitos. Nesse contexto, o poder de consumo era garantido pelo fato de os salários crescerem em relação aos preços dos produtos. Por esse motivo, era necessária a atuação forte do Estado, não apenas em termos de regulação da economia, mas na promoção de políticas públicas que garantissem o *status* social do trabalho assalariado.

O modelo fordista e o mercado consumidor por ele criado foram os grandes motores da economia mundial até a crise de 1929. Enquanto a Europa foi um importante mercado consumidor dos Estados Unidos em seu período de reconstrução, durante o pós-Primeira Guerra Mundial, a economia mundial se manteve equilibrada. No entanto, à medida que os europeus, aos poucos, foram resgatando seu mercado interno – e a indústria estadunidense não diminuiu sua produção –, houve uma saturação de seus produtos no mercado mundial.

A esse quadro somou-se a especulação financeira em torno da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, que deixou de ser um instrumento de capitalização e fortalecimento para as indústrias do país para se tornar um espaço onde as ações eram vendidas a preços supervalorizados. Assim, para superar a crise sob a égide do liberalismo econômico, a saída foi apostar em um Estado mais presente na economia, ancorado no plano elaborado nas ideias do economista inglês **John Maynard Keynes** (1883-1946), o chamado *New Deal*.

O Estado intervencionista adotado nos Estados Unidos e na Europa conduziu a economia mundial a um período de apogeu e força, compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 70 do século passado. Esse período contribuiu para solidificar nos países centrais do capitalismo a concepção de que o trabalho era um elemento fundamental para a inserção social dos indivíduos. Isso significa dizer que, por meio do trabalho, os indivíduos europeus asseguravam o direito a uma série de garantias sociais, como saúde, previdência e educação, que podemos entender como uma proteção que o Estado nos países europeus oferecia aos trabalhadores contra riscos sociais, como doenças e desemprego.

Essa configuração societária ficou conhecida como **Estado de Bem-estar Social**. Por meio dele, além de o trabalhador europeu ter garantidas as condições mínimas para sua reprodução social, o Estado de Bem-estar Social europeu também garantia aos trabalhadores a condição de consumidores em caso de perda do emprego, o que, evidentemente, era importante para fomentar o mercado de consumo.

Esse período de ouro do sistema capitalista é entendido, por diversos autores, como um momento em que a relação entre capital e trabalho era estabelecida de forma a produzir uma espécie de conforto social para os trabalhadores, visto que a relação de complementaridade entre trabalhadores e empresários, com a mediação do Estado, mostrava-se como o pilar do desenvolvimento capitalista. Notemos que essa configuração social primava por uma relação harmoniosa entre a esfera econômica e a esfera social. Em tal contexto, o Estado detinha o controle sobre as forças ordenadoras do mercado capitalista.

A CRISE DO FORDISMO: TOYOTISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO

Durante os anos 70, o modelo do Estado de Bem-Estar Social, ancorado no fordismo, entrou em crise em função da recessão econômica causada pela diminuição da taxa de lucros. Conforme vimos, a lógica fordista foi implementada com um grande apoio dos Estados Nacionais, no sentido de garantirem uma série de direitos aos trabalhadores. A preocupação de manter os trabalhadores como consumidores fez com que a mão de obra se tornasse cara no sistema fordista. Assim, os lucros por parte dos empresários foram diminuindo para que o sistema fosse mantido.

A crise do sistema fordista exigiu uma reestruturação do modo de produção capitalista. Essa reestruturação buscava retomar o mesmo patamar de lucro dos anos anteriores. Para tanto, ocorreu um maciço investimento em inovações tecnológicas que possibilitou o surgimento de um novo modelo de organização produtiva: o **toyotismo**, que surgiu nas fábricas de automóveis da montadora Toyota, no Japão, nos anos 70.

Esse novo modelo se consolidou na década como um modelo de produção que substituiu o fordismo, aprofundando o processo de exploração da mão de obra. Em relação ao fordismo, o toyotismo se diferencia por eliminar o trabalho repetitivo, exigindo que os trabalhadores sejam multifuncionais para operarem mais de uma máquina.

Desse modo, as inovações tecnológicas aplicadas à produção, implementadas pelo toyotismo, permitiram às indústrias reduzir o número de empregados diretamente envolvidos na produção. Entre as principais características do toyotismo, temos a produção variando de acordo com a demanda, além da **horizontalização** da produção, ou seja, baixo número de funcionários nas fábricas e utilização de terceirização de mão de obra e subcontratações. O primeiro impacto dessas mudanças no mundo do trabalho foi a diminuição dos postos de trabalho, originando o chamado desemprego estrutural.

Uma vez desempregados, o retorno dos operários aos postos de trabalho se dava ao sabor das condições do mercado. Por isso, esse retorno acontecia de maneira temporária, ou então de forma precária na condição de subcontratação ou pela terceirização, sem as garantias sociais que outrora eram fortalecidas pelo emprego, como férias remuneradas e aposentadoria. Cabe ressaltar que essas transformações não ficaram restritas aos países centrais do capitalismo, chegando também aos países periféricos e em desenvolvimento, como o Brasil.

Por buscar a flexibilização do trabalho (por meio da redução das garantias sociais ligadas ao trabalho), dos mercados (desconcentração fabril, com instalação de fábricas em países com mão de obra mais barata) e dos produtos (produção atrelada à demanda, para evitar a superprodução), o toyotismo também ficou conhecido como processo de "acumulação flexível", uma vez que a recuperação econômica, para que fosse possibilitada a acumulação de capital, aconteceu com a flexibilização dos segmentos citados.

Para os trabalhadores, as transformações impostas pelo toyotismo significaram a redução de seu poder aquisitivo. Além disso, houve uma diminuição da capacidade dos sindicatos de reivindicarem melhores condições para os operários, até mesmo em razão da redução de empregados contratados formalmente, contribuindo para dificultar a união da classe trabalhadora em torno de demandas coletivas. As novas relações de trabalho estabelecidas foram vantajosas para os detentores do poder econômico, uma vez que a contratação da mão de obra não tinha o mesmo amparo jurídico e social de outrora, aumentando, assim, a exploração do trabalho nas indústrias.

O processo de acumulação flexível marca um novo contexto político, econômico e social, pois deixa explícita uma contradição básica dos tempos modernos: o aumento do crescimento econômico e do desenvolvimento tecnológico concomitante ao aumento das desigualdades e à diminuição dos direitos sociais. Esse paradoxo se torna ainda mais evidente a partir do momento em que o papel do Estado na economia também foi repensado, dando início à adoção de medidas neoliberais, conforme veremos a seguir.

Fotos: Chris Collins of the Margaret Thatcher Foundation / Creative Commons. Gabinete Executivo do Presidente dos Estados Unidos / Domínio Público. Arte: Rubens Lima

DESENVOLVIMENTISMO, DEPENDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

No Brasil desenvolveram-se uma série de teorias socioeconômicas, ao longo do século XX, que buscavam, ao mesmo tempo, explicar e produzir diretrizes para o crescimento econômico do país. Entre elas, destacaremos o desenvolvimentismo, de Celso Furtado (1920-2004); a teoria da dependência, que contou com teóricos como o sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1931-); e a crítica à modernização conservadora realizada por Florestan Fernandes (1920-1995).

A **teoria desenvolvimentista** foi defendida principalmente pelo economista Celso Furtado e buscava ser uma resposta à Grande Depressão da década de 1930, fruto da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. O **desenvolvimentismo** defendia uma política econômica que inseria o Estado ativamente na economia capitalista, tendo um papel preponderante na alimentação do crescimento da produção industrial, em investimentos na ampliação da infraestrutura, investimentos no progresso técnico e incentivo ao consumo por parte da população. O Estado seria responsável por criar as condições propícias para o desenvolvimento econômico, por intermédio de incentivos fiscais e da criação de planos de metas de crescimento. No entanto, o desenvolvimentismo não equivale ao modo de produção socialista / comunista, pois, como afirmamos, não se baseia na estatização da economia, e sim na compreensão de que o Estado é um agente econômico privilegiado dentro da estrutura capitalista. Porém, assim como as escolas econômicas de base keynesiana (John Maynard Keynes, defensor do Estado de Bem-Estar Social), o Estado teria o papel de articular a economia para que ela beneficie toda a população e favoreça o progresso social, e não somente os grupos que são detentores do capital industrial-financeiro.

O desenvolvimentismo, aliado a uma proposta nacionalista, que buscava o fortalecimento do mercado interno e um desenvolvimento autônomo, foi apropriado por diversos governos ao longo do século XX, incluindo o de Vargas até o dos militares da década de 1970, recebendo diversos formatos. Procurava atrelar desenvolvimento industrial com desenvolvimento social, associando o aumento do PIB e a geração de empregos a avanços de direitos sociais. Na prática, no entanto, os avanços sociais não acompanharam os investimentos econômicos.

Na década de 1960, surgiu a **teoria da dependência**. Entre seus criadores, encontrava-se o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que viria a se tornar presidente da República em 1994. Essa teoria defendia a tese de que as economias de países periféricos dependiam das economias de países centrais (EUA e nações industrializadas europeias) para se desenvolver economicamente. Argumentando que os investimentos estrangeiros não eram obstáculos ao desenvolvimento das economias dos países periféricos, pelo contrário, seriam a sua alavanca, os teóricos da teoria da dependência alegavam que o capitalismo, como estrutura internacional, impossibilitaria o desenvolvimento de uma economia nacional autônoma. Assim, somente restaria aos países subdesenvolvidos (de terceiro mundo) desempenharem sua função na lógica da globalização dos mercados, em busca de extrair benefício dela. Na visão de seus defensores, o desenvolvimento econômico para a América Latina somente seria possível mediante a abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, por meio de incentivos à instalação de fábricas de empresas multinacionais, tornando o país um "dependente-associado". Apenas com a entrada do capital estrangeiro seria possível promover avanços internos que levariam ao desenvolvimento econômico. Segundo essa tese, metaforicamente, seria necessário primeiro aumentar o bolo para depois reparti-lo.

A teoria da dependência passou a ser largamente associada ao modelo **neoliberal**, por defender a primazia dos interesses de mercado sobre os interesses sociais. No neoliberalismo, os altos índices de PIB e os grandes lucros de multinacionais mascaram os salários baixos; os investimentos em educação mostram-se limitados; a formação de mão de obra industrial e os indicadores sociais são consideravelmente precários.

O sociólogo Florestan Fernandes, atento a tais fatores sociais, realizou uma leitura crítica tanto do desenvolvimentismo quanto da teoria da dependência, denominando ambas de formas de **modernização conservadora**. Na leitura feita por Florestan Fernandes, as políticas econômicas, adotadas ao longo do século XX no Brasil e em outros países periféricos, não se esforçaram para realizar reformas de base em nome de uma democratização da economia e do progresso social; ao contrário, tanto o desenvolvimentismo quanto (e principalmente) a teoria da dependência reforçaram as profundas desigualdades econômicas oriundas do Período Colonial, renovando as antigas alianças oligárquicas sob novas roupagens consideradas "modernas", como a industrialização burguesa e a submissão ao capital internacional. Sua crítica se estende com a percepção de que as questões relativas a avanços sociais, educacionais e de direitos permaneceram sempre em segundo plano em relação aos investimentos nos grandes setores da economia, mantendo os progressos socioculturais distantes da realidade social.

A falta de investimento em educação, problema que remonta ao Período Colonial e se mantém atualmente, mesmo após a retomada democrática na década de 1980, é um dos sintomas dessa modernização conservadora, que insiste na formação de quadros funcionais voltados para alimentar a indústria de base, com pouca atenção dada à educação básica de qualidade e à formação científico-tecnológica de alto nível. Com isso, os grupos economicamente dominantes se valem das instituições políticas para manter a estrutura econômica que lhes beneficia e reforçar as relações de dominação e dependência para com o capital internacional.

A DIFUSÃO DO MODELO NEOLIBERAL

A crise estrutural do sistema capitalista, que eclodiu nos anos de 1970, exigiu não apenas uma reestruturação produtiva, como também uma reestruturação política consolidada na expansão da perspectiva **neoliberal**. Apesar de ter surgido no pós-Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos EUA, o neoliberalismo somente encontrou terreno fértil para que fosse efetivamente praticado pelos Estados Nacionais europeus e americanos após a derrocada do Estado de Bem-Estar Social.

Considerada a obra fundante do pensamento neoliberal, *O caminho da servidão*, escrito pelo economista austríaco Friederich Hayek e publicado em 1944, tinha como propósito criticar a intervenção estatal na economia, que, segundo Hayek, estaria na base da crise estrutural do capitalismo. Em sua visão, o mercado constitui uma esfera social autorregulável, e teorias como o keynesianismo, que pregava forte atuação estatal no mercado – seja na garantia de direitos trabalhistas, seja na esfera produtiva e de serviços por meio das empresas estatais –, são entraves para o crescimento econômico.

Os preceitos neoliberais passaram a fazer parte dos governos dos países centrais do capitalismo a partir de 1979, com o governo da primeira ministra **Margareth Thatcher**, na Inglaterra, e de **Ronald Reagan**, em 1980, nos Estados Unidos. No entanto, esse processo de redução da atuação estatal na esfera social e no mercado chegou também à América Latina, em especial com o governo de Pinochet, no Chile, em 1973, que, para implementar o ideário neoliberal, reprimiu de forma bastante violenta os movimentos operários e sociais chilenos. No Brasil, o neoliberalismo se iniciou com o Governo Sarney (1985-1990), permeou os governos de Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), até se consolidar durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Em comum, todos esses governos guiaram suas políticas econômicas baseando-se na disciplina fiscal, na estabilidade monetária, na redução de gastos públicos, na liberalização financeira e comercial, na alteração das taxas de câmbio, no investimento direto estrangeiro, nas privatizações e na desregulamentação das leis trabalhistas.

Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil

Contrariamente às teses que advogam a perda de relevância do trabalho no mundo contemporâneo, estamos desafiados a compreender sua nova morfologia, cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que afetaram o capitalismo nas últimas décadas. Nova morfologia que, no Brasil, compreende desde o operariado industrial e rural até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que presencia a ampliação de novos proletários do mundo industrial, de serviços e da agroindústria, de que são exemplos as trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, das tecnologias de informação e comunicação que se desenvolvem na era digital, além dos digitalizadores que laboram nos bancos, dos assalariados do *fast food*, dos trabalhadores jovens dos hipermercados, dos *motoboys* [...] usando suas motocicletas para transportar mercadorias, etc. E essas distintas modalidades de trabalho vêm desempenhando um papel de destaque, não só na agilização da circulação de informações, vital para a reprodução do capital, como também no desencadeamento de novas lutas sociais e sindicais.

[...] acrescentamos que tanto os assalariados da indústria quanto os da agroindústria e do setor de *telemarketing* e *call center* são partes constitutivas das forças sociais do trabalho, que participam direta ou indiretamente da geração de mais-valia e da valorização do capital. Oscilando entre a grande *heterogeneidade* em sua *forma de ser* (gênero, etnia, geração, espaço, qualificação, nacionalidade, etc.) e a impulsão tendencial para uma forte *homogeneização* que resulta da condição precarizada presente em distintas modalidades de trabalho que se ampliam em várias partes do mundo e também no Brasil, eles [os trabalhadores] se convertem cada vez mais em partícipes ativos no desencadeamento de novas lutas sociais e sindicais que vêm se ampliando em escala global.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a04.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

SOCIOLOGIA

A CENTRALIDADE DO TRABALHO E AS NOVAS RELAÇÕES PRODUTIVAS NO SÉCULO XXI

Neste século, em que o processo de **Globalização** se encontra cada vez mais consolidado em virtude do desenvolvimento dos meios de comunicação, a relação entre sociedade e trabalho encerra mais um momento de mudanças. Assim, temos um deslocamento da ação produtiva única e exclusivamente centrada na relação entre detentores dos meios de produção e aqueles que vendem sua mão de obra, para a valorização financeira da informação e do capital financeiro, representado pelos mercados de ações, títulos e câmbio, enfim, pelas práticas que não necessitam diretamente da relação produtiva baseada no trabalho.

Nesse novo contexto, a globalização contribui para um fluxo constante de pessoas, produtos e capital pelas fronteiras nacionais, para a difusão de empresas multinacionais e transnacionais e para a revolução tecnológica, que é marcada especialmente pela expansão da Internet.

Devido aos avanços das novas tecnologias informacionais, que se tornam cada vez mais presentes no universo do trabalho, exige-se cada vez mais formação dos trabalhadores para atuarem nesse mercado. Isso porque, devido à automação dos sistemas produtivos, cada vez mais atrelados ao desenvolvimento de *softwares* e programas de computadores, os trabalhos manuais e repetitivos têm diminuído bastante. Logo, a capacidade de raciocínio lógico e abstrato tem sido bastante requerida dos trabalhadores, o que não acontecia séculos atrás, quando a especialização dos trabalhadores significava exatamente a execução de tarefas repetitivas.

Essa mudança na exigência de maior qualificação por parte dos trabalhadores é fruto do processo de flexibilização proposto pelo toyotismo. Da mesma forma, é herança desse sistema produtivo o surgimento do trabalho terceirizado e da precarização do trabalho devido à perda das garantias sociais que a ele se atrelavam.

Com a crise do capitalismo deflagrada nos anos 70, o consequente crescimento do desemprego e a redução dos direitos sociais ligados ao trabalho, vários sociólogos passaram a questionar se de fato a categoria trabalho seguiria sendo central para a compreensão das sociedades modernas. Assim, pensadores sociais como André Gorz (1923-2007), Jurgen Habermas (1929-) e Clauss Offe (1940-) passaram a lançar dúvidas em relação à possibilidade de as sociedades modernas se organizarem em torno do trabalho e, dessa maneira, conseguirem produzir a coesão social, uma vez que subcontratações e a constituição de um mercado informal ganhavam cada vez mais importância no mundo capitalista pós-crise dos anos 70.

Contudo, ainda que, juntamente com a recuperação da indústria, tenha ocorrido um aumento do desemprego não apenas nos países centrais, mas também em países como o Brasil, não podemos afirmar que o trabalho perdeu sua centralidade no mundo contemporâneo. Em primeiro lugar, porque o trabalho não regulado por leis formais sempre existiu no sistema capitalista; a mudança operada pelo fordismo foi o combate a esse tipo de trabalho, já que o trabalho formal gerava mais vantagens para trabalhadores, empresários e até mesmo para o Estado. Em segundo lugar, não podemos definir o trabalho informal como um tipo de trabalho que, além de estar à margem das leis trabalhistas, seja sinônimo de trabalho de baixa produtividade e que não gere impactos na economia formal.

Se considerarmos a informalidade como algo negativo apenas por se diferenciar do modelo de pleno emprego, não seria possível compreender o campo do trabalho em países como o Brasil, no qual o fordismo e o Estado de Bem-Estar nunca chegaram a ser realidades bem definidas, como ocorreu nos países centrais do capitalismo europeu. Em países como o Brasil, a informalidade é parte da estrutura econômica e também abriga setores da economia extremamente rentáveis, muitas vezes não apresentando disparidade de renda entre os trabalhadores que se encontram nesse setor e os que estão no setor formal.

O maior problema do trabalho informal está na sua desregulamentação, isto é, no fato de que o trabalhador muitas vezes se encontra legalmente desamparado. Mas, como mostra Jessé Sousa (1960-), a relação entre trabalho formal e informal é mais complexa do que parece à primeira vista, levando-se em conta a precarização do trabalho formal.

O trabalhador precariamente qualificado está entre o desemprego (real ou potencial), a escolarização média e o trabalho precário. Ele experimenta a sensação de insegurança devido à produção socioescolar, nos últimos anos, de um verdadeiro exército de reserva minimamente escolarizado para o trabalho precário. A produção de uma população com maior grau de escolarização não é a garantia de uma sociedade com pessoas em empregos melhores. [...] É preciso também dizer que o fato de possuir um vínculo formal e em uma empresa ajuda a construir uma falsa oposição com o emprego informal, que imaginamos ser frequentemente instável e de baixa remuneração. O mais importante aqui é compreender quais as condições sociais da vida que um tipo de trabalho reproduz.

A oposição entre formal e informal também não ajuda a perceber que a formalidade tem um lado de extrema exploração e que alguém na informalidade pode estar, em alguns casos, em uma situação geral melhor (ou seja, com melhores salários e sendo dono do próprio negócio informal) do que a de um trabalhador formal empregado.

SOUZA, J. *Os Batalhadores Brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 78-79.

Vale lembrar que o chamado **setor informal** abriga também trabalhadores autônomos que se colocam à margem das leis e da regulação estatal para escapar ao pagamento de impostos, mas que, ainda assim, não deixam de movimentar importantes somas financeiras. Logo, a informalidade é um aspecto que guarda em si uma série de situações heterogêneas dentro da nova configuração do mundo do trabalho neste novo século.

Quanto ao mundo do trabalho contemporâneo, ainda devemos atentar para outras configurações que vão além do binômio formal / informal. Em relação ao universo do trabalho que foi moldado pelo fordismo, temos mudanças significativas, por exemplo, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. Tal evidência nos leva a novos questionamentos, como o fato de as mulheres, de maneira geral, ainda ganharem menos que os homens, mesmo exercendo funções similares, o que denota uma clara diferenciação de gênero também nas relações de trabalho.

Também constitui uma grande diferença a expansão do setor de serviços que não se baseiam na produção de bens materiais, como comércio, transportes, telecomunicações, atividades ligadas ao lazer (por exemplo, a criação de *games*), entre outros. Essa expansão está cada vez mais atrelada à flexibilização do trabalho em nossa sociedade e se vale do desenvolvimento tecnológico para se estabelecer e fortalecer.

Finalmente, vivemos em um momento do desenvolvimento capitalista em que vários aspectos – como a heterogeneidade do trabalho informal, o aumento da insegurança no trabalho, as exigências de qualificação e seu vínculo com a educação – desafiam a compreensão do mundo do trabalho no século XXI, para além do modo como o capitalismo o forjou ainda no século passado.

FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

Vimos que uma das marcas da terceira fase do capitalismo, chamado de industrial-financeiro, é a **flexibilização** do trabalho. No entanto, é necessário compreender o que é essa flexibilização e algumas de suas implicações para a dinâmica social na atual configuração socioeconômica.

O termo "flexibilização" normalmente se refere a novas configurações nas relações de emprego, que seriam demandadas pelas próprias estruturas produtiva e de mercado atuais e se caracterizariam por uma relação mais dinâmica de empregabilidade, mais flexível em relação à legislação trabalhista. No Brasil, a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas, promulgada na Era Vargas),

vem sendo questionada pelos setores empresariais, que a consideram enrijecida e inadequada para as atuais demandas do mercado de trabalho. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) considera que essa relação aberta pode ser interessante para as empresas, mas representa um risco para os trabalhadores. Um dos seus riscos é o da **desregulamentação**, isto é, a perda parcial das leis trabalhistas. Essa desregulamentação também é chamada de **precarização**, uma vez que a situação trabalhista, para alguns teóricos, passa a se caracterizar pela insegurança jurídica permanente, assentada na assimetria de poder em relação aos interesses corporativos / empresariais.

Teóricos como o sociólogo húngaro **Istvan Mészáros (1930-2017)** chamam a atenção para o fato de que o interesse da flexibilização está, sobretudo, no aumento da produtividade e do lucro sobre o trabalho assalariado por parte das empresas.

Nesse ínterim, a selvageria real do sistema continua ininterruptamente não só a expulsar cada vez mais pessoas do processo de trabalho como, numa contradição característica, também a estender o tempo de trabalho, sempre que o capital possa conseguir isso. Para mencionar um exemplo muito importante, no Japão o governo introduziu recentemente um projeto de lei "para elevar os limites superiores do dia de trabalho de 9 para 10 horas, e a semana de trabalho de 48 para 52 horas. Tal disposição legal permitirá a uma empresa forçar os empregados a trabalharem mais horas quando estiver ocupada enquanto o total de horas trabalhadas em um ano não exceder o limite fixado", tal como os "mercadores da flexibilidade" propõem em França, na Itália e por toda a parte. Além disso, o mesmo projeto de lei pretende também estender os chamados "cronogramas de trabalho arbitrários" (*discretionary work schedules*) a fim de "permitir a uma empresa que pague aos seus trabalhadores de colarinho branco apenas 8 horas de trabalho mesmo que eles possam ter trabalhado mais". Alguns assustadores exemplos dos efeitos destrutivos desumanos do tal "trabalho arbitrário" são relatados nos campos onde já estão em prática, agora a serem estendidos. Exemplo: um jovem programador de computador morreu devido ao enorme excesso de trabalho, segundo julgamento do Tribunal Distrital de Tóquio. Lemos que "o seu tempo médio anual de trabalho era superior a 3000 horas. Nos três meses anteriores à sua morte ele trabalhou 300 horas por mês. Naquele momento ele estava empenhado em desenvolver um sistema de *software* para bancos". Outro jovem que morreu de ataque de coração devido a um excesso de trabalho brutal, "nas duas semanas anteriores à sua morte trabalhou em média 16 horas e 10 minutos por dia".

MÉSZÁROS, Istvan. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: Antunes, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 32-33.

A socióloga Graça Druck, professora da UFBA, em artigo intitulado "Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios" (2011), descreveu cinco faces ou tipos da precarização do trabalho:

1º. vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais: a força de trabalho vista como uma mera mercadoria produz um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social, com altas taxas de desemprego;

2º. intensificação do trabalho e terceirização: imposição de metas inalcançáveis; extensão da jornada de trabalho; polivalência, sustentada na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização e nas formas de abuso de poder, através do assédio moral;

3º. insegurança e saúde no trabalho: resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, ignoram as informações sobre riscos e as medidas preventivas coletivas, na busca de maior produtividade a qualquer custo, o que ameaça inclusive vidas humanas;

4º. perda das identidades individual e coletiva: a ameaça permanente da perda do emprego tem se constituído numa eficiente estratégia de dominação e subordinação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão do trabalhador;

5º. fragilização da organização dos trabalhadores (sindicatos e entidades de classe): indica a pulverização da atividade sindical a partir das dificuldades institucionais para que tais instituições cumpram seu papel social de defesa dos trabalhadores. A terceirização, a criação de novas relações de empregabilidade, a cooptação política de entidades de classe e a sua própria heterogeneidade dificultam a organização sindical e inviabilizam a luta e a representação dos trabalhadores.

Em uma sociedade democrática, normalmente, as discussões sobre determinado assunto não refletem somente argumentos homogêneos. Com o tema da flexibilização do trabalho não é diferente. Primeiramente, mostramos o lado que, por uma série de motivos, enxerga essa relação de flexibilizar as leis trabalhistas de forma problemática. Contudo, existem indivíduos, pessoas e instituições que acreditam que a flexibilização do trabalho é algo necessário para que se possa construir uma nova morfologia para o trabalho no Brasil.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, considera a legislação trabalhista brasileira muito rígida. Por essa característica, as relações de trabalho atuais impediriam um maior crescimento econômico e produtivo. Um dos argumentos levantados pela CNI é que a CLT é antiga e precisa de reformas. Para essa instituição, o Brasil de hoje é diferente daquele quando a CLT foi produzida, sendo necessária uma nova configuração para abarcar o mercado de trabalho contemporâneo.

Assim, a CNI acredita que há um descompasso entre a legislação e a realidade brasileira. Tal obstáculo se configuraria como um empecilho para o diálogo entre as empresas e os trabalhadores, pois, segundo a CNI, a marca moderna das relações de trabalho é a possibilidade de diálogo entre os trabalhadores e as empresas. A valorização da negociação coletiva, a redução do intervalo intrajornada e formas alternativas ao ponto eletrônico (por assinatura digital, por exemplo) são propostas levantadas por tal organização.

Na questão da terceirização a CNI também aponta possíveis caminhos. Para essa instituição as empresas terceirizam serviços para obterem melhoras na produtividade e ganhos na competitividade do mercado, fato que permite o fornecimento de produtos e serviços com custos reduzidos para o consumidor.

Ainda na questão da terceirização, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) Olavo Machado Júnior afirma que a regulamentação da terceirização trará segurança jurídica para a gestão do processo produtivo, fortalecendo a competitividade da indústria nacional, resultando em mais empregos e produção.

Nas palavras de Olavo Júnior: "A adoção dessas medidas traria um aumento imediato na produtividade do setor industrial, estimularia a geração de empregos e reduziria sobremaneira a insegurança jurídica para as empresas. Tudo isso sem comprometer direitos trabalhistas, até porque a Fiemg sempre acreditou que capital e trabalho não são adversários, e sim parceiros. E, como toda parceria, só vai dar certo se funcionar para as duas partes".

Na avaliação de José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio, a legislação brasileira é muito complexa. O excesso de regras afasta os investimentos, dificultando o conhecimento do custo real do trabalho pelas empresas, de acordo com Camargo.

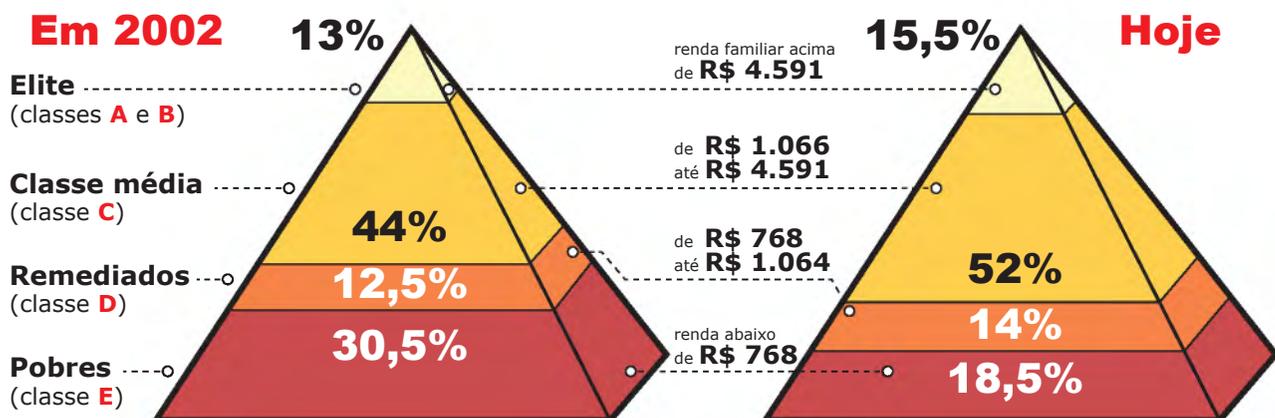
Por fim, é importante ressaltar a complexidade do tema, independente das posições aqui relatadas. Tal assunto está extremamente presente na esfera pública brasileira e seus caminhos devem passar por uma discussão profunda acerca das possibilidades para que se possa encontrar um caminho plausível para a questão do trabalho.

NOVA CLASSE MÉDIA OU NOVA CLASSE TRABALHADORA?

Apesar de não haver consenso entre os pesquisadores sobre os critérios ideais para definir quem pertence a qual classe social no Brasil, não há dúvida de que houve uma significativa mobilidade social no país do início dos anos 2000 até o presente momento. Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do SAE (Serviço de Assuntos Estratégicos do Governo Federal) de 2013, entre 2001 e 2011 houve um aumento de 33% na renda *per capita* do brasileiro, em média. Esse aumento estaria associado à ampliação da população economicamente ativa (8%), ao aumento e à formalização de empregos e à melhoria salarial. Também houve ampliação da escolaridade média, que saltou de 6,7 anos em 2001 para 8,5 anos em 2011, crescimento de 27%. Grande parte graças à ampliação de vagas nas universidades e de programas de crédito universitário. Mas vale destacar que, apesar desse crescimento, o Brasil ainda possui um *deficit* escolar considerável, e a maior parte da população tem formação ligeiramente acima do fundamental completo.

Outro fator relevante foi a ampliação dos créditos para a aquisição de habitação, de automóveis e de eletrodomésticos (a chamada linha branca: geladeira, fogão, máquina de lavar, entre outros), que permitiram acesso a bens duráveis de maior valor – o que impacta a chamada renda permanente. A renda permanente corresponde ao patrimônio adquirido, enquanto a renda variável corresponde ao salário e a outros ganhos financeiros. Em 2011, para o conjunto das famílias, a renda do trabalho por adulto era 20% maior que em 2001, e para a classe média houve aumento de 40%.

A maior fatia de mobilidade social teria ocorrido das classes mais baixas (D e E) para a classe média (C). Esse fenômeno tem sido definido por alguns como "ascensão da classe média", ou como a "nova classe média" brasileira. A pirâmide social brasileira transformou-se em um losango. Cerca de 108 milhões de pessoas, de uma população de 203 milhões em 2013, passaram a ocupar a posição de classe média. Essa parcela da população teria sido responsável por movimentar 58% do crédito e gastar mais de 1,17 trilhão de reais no ano de referência de 2013. A chamada nova classe média concentra-se no Sudeste, com 43%, seguida do Nordeste (26%), Sul (15%), Centro-Oeste (8%) e Norte (8%), segundo estudos da Serasa Experian e do Data Popular.

A supremacia da classe C
Segundo a FGV, a pobreza despencou desde 2002.
Com isso, o miolo da pirâmide engordou e agora é maioria absoluta

FGV / 2008.

Há mudanças significativas quanto à mentalidade da chamada nova classe média, de acordo com um levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas, em 2013. Segundo exposto pelo sociólogo e cientista político Rudá Ricci no artigo "O maior fenômeno sociológico do Brasil: a nova classe média" (2013), a nova classe média seria substancialmente diferente da classe média tradicional (anterior aos anos 2000). Essa "nova classe média" seria marcada por um capital cultural pequeno (isto é, pouca relevância dada a aspectos culturais, com pouca leitura e baixo conhecimento sócio-histórico); pragmática e utilitarista; visão imediatista da política, voltada para o atendimento de demandas de curto prazo; alta religiosidade; com hábitos consumistas e individualista.

No entanto, há críticas a essa compreensão de que existe uma "nova classe média" no Brasil. Embora diversos pesquisadores reconheçam a redução da concentração de riqueza, a diminuição na desigualdade social, o aumento real do salário mínimo e a expansão do emprego formal entre os anos 2001 e 2013, Jessé de Souza e Eduardo Fagnani, por exemplo, não consideram que a mobilidade social foi completa e real, porque se concentrou especificamente em aspectos econômicos, e não em um amplo conjunto de elementos socioculturais. O sociólogo Jessé Souza, autor de obras importantes como *A construção social da subcidadania* (2006) e *Os Batalhadores Brasileiros* (2010), critica a expressão "nova classe média", preferindo adotar o termo "nova classe trabalhadora", identificando que as condições sociais, morais e culturais também devem ser levadas em conta na definição de uma classe social, e não somente a questão econômica. Souza percebe que, do ponto de vista tanto sociocultural quanto trabalhista, a chamada "nova classe média" é simplesmente uma classe trabalhadora com um pouco mais de capacidade econômica. Tal fato se reflete tanto nos seus hábitos de consumo quanto na baixa formação cultural, nos reduzidos hábitos de leitura, no comportamento político, pragmático e imediatista, na visão estreita das questões sociais e no individualismo.

O QUE É O TRABALHO ESCRAVO ATUALMENTE?

O termo escravidão logo traz à tona a imagem do aprisionamento e da venda de africanos, forçados a trabalhar para seus proprietários nas lavouras ou nas casas. Essa foi a realidade do Brasil até o final do século 19, quando, por fim, a prática foi considerada ilegal pela Lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

Mais de um século depois, porém, o Brasil e o mundo não podem dizer que estão livres do trabalho escravo [...]. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que existam pelo menos 12,3 milhões de pessoas submetidas a trabalho forçado em todo o mundo, e no mínimo 1,3 milhão na América Latina.

Estudos já identificaram 122 produtos fabricados com o uso de trabalho forçado ou infantil em 58 países diferentes. A OIT calculou em US$ 31,7 bilhões os lucros gerados pelo produto do trabalho escravo a cada ano, sendo que metade disso fica em países ricos, industrializados.

A mobilização internacional para denunciar e combater o trabalho escravo começou quatro décadas após a assinatura da Lei Áurea. Com base nas observações sobre as condições de trabalho em diversos países, a OIT aprovou, em 1930, a Convenção 29, que pede a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório.

Mais tarde, em 1957, a Convenção 105 foi além, ao proibir, nos países que assinaram o documento, "o uso de toda forma de trabalho forçado ou obrigatório como meio de coerção ou de educação política; como castigo por expressão de opiniões políticas ou ideológicas; como mobilização de mão de obra; como medida disciplinar no trabalho; como punição por participação em greves; ou como medida de discriminação".

O Brasil, que assina as convenções, só reconheceu em 1995 que brasileiros ainda eram submetidos a trabalho escravo. Mesmo com seguidas denúncias, foi preciso que o país fosse processado junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) para que se aparelhasse para combater o problema.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e responsável pelas primeiras denúncias de trabalho escravo no país, são escravizados a cada ano pelo menos 25 mil trabalhadores, muitos deles crianças ou adolescentes. Apesar dos esforços do governo e de organizações não governamentais, faltam estimativas mais precisas sobre o trabalho escravo atualmente, até por se tratar de uma atividade ilegal, criminosa.

Sem informações exatas, o poder público e a sociedade organizada ainda lutam para prevenir e erradicar essa prática. Pior que isso, o país enfrenta grandes dificuldades para punir os responsáveis pelo trabalho escravo atualmente.

Ainda assim, o Brasil avançou. O próprio reconhecimento e a consequente adoção de uma política pública e de ações do Estado para reprimir a ocorrência de trabalho escravo são apontados como exemplos pela OIT.

Foram libertados 40 mil trabalhadores brasileiros de trabalho degradante desde a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, ambos de 1995.

Em 2003, foi lançado o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, e para o seu acompanhamento foi criada a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), com a participação de instituições da sociedade civil pioneiras nas ações de combate ao trabalho escravo no país.

Em dezembro do mesmo ano, o Congresso aprovou uma alteração no Código Penal para melhor caracterizar o crime de "reduzir alguém a condição análoga à de escravo", que passou a ser definido como aquele em que há submissão a trabalhos forçados, jornada exaustiva ou condições degradantes, e restrição de locomoção em razão de dívida contraída, a chamada servidão por dívida.

O crime de trabalho escravo atualmente deve ser punido com prisão de dois a oito anos. A pena pode chegar a 12 anos se o crime for cometido contra criança ou por preconceito. A iniciativa acompanhou a legislação internacional, que considera o trabalho escravo um crime que pode ser equiparado ao genocídio e julgado pelo Tribunal Penal Internacional.

> Porém, [...] a legislação praticamente não foi aplicada, deixando no ar a sensação de impunidade, apontada pela OIT como uma das principais causas do trabalho forçado no mundo. Tanto que já há propostas no Congresso que aumentam a pena e tentam definir de maneira mais precisa o crime da escravização contemporânea.
>
> Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente.aspx>. Acesso em: 01 fev. 2019.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UERJ–2017)

Há dinamite de pavio aceso no orçamento

O ponto central, que já deveria ser tema de um amplo debate no Congresso, no Executivo e fora deles, é que a crise fiscal implodiu os alicerces da Constituição de 1988. A ideia de um Estado que seria capaz de eliminar a miséria, reduzir a pobreza e ainda fornecer serviços básicos como saúde e educação com eficiência faliu. Aceite-se ou não.

O Globo, 13 dez. 2015.

De acordo com a reportagem, o modelo político de Estado que estaria inviabilizado no atual contexto brasileiro é denominado

A) bem-estar social.
B) liberal-federativo.
C) democrático-nacionalista.
D) unitário-desenvolvimentista.

02. (UEMA) Com o pós-fordismo e o avanço da política neoliberal, as relações sociais sofreram diversas transformações estruturais no mundo do trabalho, que são analisadas pela Sociologia. Nesse sentido, indique em qual opção estão os conceitos, relacionados à reestruturação produtiva, aplicados ao mundo do trabalho.

A) Precarização do trabalho; privatização; automação; produção flexível.
B) Privatização; estabilidade no emprego; produção em série; pleno emprego.
C) Estabilidade no emprego; tecnologia de informação; gestão de conhecimento; hierarquização do trabalho.
D) Privatização; estabilidade no emprego; flexibilidade do trabalho; produção organizada.
E) Automação; pleno emprego; produção em série; precarização do trabalho.

03. (Unimontes-MG–2016) No Brasil, o problema das desigualdades sociais ocupa a agenda de pesquisa e reflexão dos principais cientistas sociais do país. Jessé Souza, um dos mais destacados sociólogos da atualidade, enxerga, na fragmentação do conhecimento e na fragmentação da percepção da realidade, os principais obstáculos para o enfrentamento do problema.

Considerando esse ponto de vista do sociólogo, pode-se afirmar:

A) Desigualdade social é um problema exclusivamente de conjuntura econômica, podendo ser superado com o crescimento econômico.
B) O aumento da renda e o acesso ao emprego resolvem o problema das desigualdades sociais no Brasil.
C) No Brasil, com o surgimento de "uma nova classe média" (como se difunde em jornais e televisão), o problema das desigualdades sociais desaparece por causa, principalmente, do acesso generalizado aos bens de consumo.
D) A reprodução de classes marginalizadas envolve a produção e a reprodução das condições morais, culturais e políticas da marginalidade, que vão para além do problema da renda *per capita*.

04. AD1H (UFU-MG) A crise do compromisso fordista, devido às greves operárias radicais, à impossibilidade de intensificar a divisão parcelar do trabalho, à crise econômica internacional e ao acirramento da concorrência internacional, provocou uma série de mudanças no modo de acumulação capitalista, entre elas:

A) A difusão de novas formas de organização do processo de trabalho, chamadas de "modelo fordista", fundadas na flexibilidade e no trabalho em grupo.
B) A difusão de novas formas de organização do processo de trabalho, fundadas na rigidez e na produção em massa.
C) A difusão de novas formas de organização do processo de trabalho, chamadas de "modelo japonês" ou "toyotismo", fundadas na flexibilidade.
D) A difusão de novas formas de organização do processo de trabalho, chamadas de "modelo toyotista", fundadas na rigidez e no trabalho fragmentado.

05. (UERJ) Andy Warhol (1928-1987) é um artista conhecido por criações que abordaram valores da sociedade de consumo; em especial, o uso e o abuso da repetição. Esses traços estão presentes, por exemplo, na obra que retrata as latas de sopa Campbell's, de 1962.

O modelo de desenvolvimento do capitalismo e o correspondente elemento da organização da produção industrial representados neste trabalho de Warhol estão apontados em:

A) taylorismo – produção flexível.
B) fordismo – produção em série.
C) toyotismo – fragmentação da produção.
D) neofordismo – terceirização da produção.

06. (UERJ) Nas últimas décadas, várias foram as mudanças incorporadas ao processo de produção industrial. O modelo de produção relacionado a estas recentes transformações está definido em

A) sistêmico-flexível, que incorpora a pesquisa como base para a reorganização da produção.

B) taylorista, que implica a crescente integração do trabalhador qualificado à atividade mecânica.

C) fordista, que se apoia na fragmentação do trabalho humano em inúmeras etapas simplificadas.

D) toyotista, que altera a organização das unidades produtivas com a introdução da linha de montagem.

07. (UEL-PR) Segundo Braverman:

O mais antigo princípio inovador do modo capitalista de produção foi a divisão manufatureira do trabalho [...] A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção [...].

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 70.

O que difere a divisão do trabalho na indústria capitalista das formas de distribuição anteriores do trabalho?

A) A formação de associações de ofício que criaram o trabalho assalariado e a padronização de processos industriais.

B) A realização de atividades produtivas sob a forma de unidades de famílias e mestres, o que aumenta a produtividade do trabalho e a independência individual de cada trabalhador.

C) O exercício de atividades produtivas por meio da divisão do trabalho por idade e gênero, o que leva à exclusão das mulheres do mercado de trabalho.

D) O controle do ritmo e da distribuição da produção pelo trabalhador, o que resulta em mais riqueza para essa parcela da sociedade.

E) A subdivisão do trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas, o que conduz ao aumento da produtividade e à alienação do trabalhador.

08. QBGQ

(UEL-PR) Fordismo é um termo que se generalizou a partir da concepção de Antônio Gramsci, que o utiliza para caracterizar o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford, em sua fábrica, a Ford Motor Co., em Highland Park, Detroit, em 1913. O método fordista de organização do trabalho produziu surpreendente crescimento da produtividade, garantindo, assim, produção em larga escala para consumo de massa. O papel desempenhado pelo fordismo, enquanto sistema produtivo, despertou, por exemplo, a atenção de Charles Chaplin, que o retratou com ironia no filme *Tempos modernos*. Assinale a alternativa que apresenta características desse método de gestão e de organização técnica da produção de mercadorias.

A) Unidade entre concepção e execução, instaurando um trabalho de conteúdo enriquecido, preservando-se, assim, as qualificações dos trabalhadores.

B) Substituição do trabalho fragmentado e simplificado, típico da Revolução Industrial, pelas "ilhas de produção", onde o trabalho é realizado em equipes.

C) Supressão progressiva do trabalhador taylorizado e, consequentemente, combate ao "homem boi", realizador de trabalhos desqualificados, restituindo-se, em seu lugar, o trabalhador polivalente.

D) Controle dos tempos e movimentos do trabalho, com a introdução da esteira rolante, e de salários mais elevados em relação à média paga nas demais empresas.

E) Redução das distâncias hierárquicas no interior da empresa, como forma de estimular o trabalho em grupos, resultando em menos defeitos de fabricação e maior produção.

SOCIOLOGIA

09. K6I4

(Unicamp–SP) O Plenário da Câmara aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/01, do Senado, que permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo, e os destina à reforma agrária e a programas de habitação popular. A proposta é oriunda do Senado e, como foi modificada na Câmara, volta para exame dos senadores.

Aprovada PEC do trabalho escravo. Notícias online no sítio da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/49-trabalhoescravo/ 1099-aprovada-pec-do-trabalho-escravo>. Acesso em: 04 ago. 2012.

Embora o Brasil esteja plenamente inserido na era da denominada sociedade digital e do consumo, e a população tenha conquistado algumas garantias para o exercício de sua cidadania, o país ainda enfrenta relações de exploração de trabalho análogas às do período da escravidão. Sobre o trabalho escravo no Brasil, pode-se afirmar que

A) é uma prática mantida por fazendeiros do interior do Brasil que, embora registrem em carteira seus funcionários, não realizam de maneira adequada o pagamento de um salário mínimo, conforme obriga a lei em vigor.

B) as relações de exploração de trabalho análogas à escravidão são identificadas pelos fiscais do Ministério do Trabalho apenas em regiões distantes dos grandes centros urbanos, onde a presença do Estado é precária.

C) é uma prática mais comum nas fazendas de produção de carvão e de criação de gado do interior do Brasil, sendo quase inexistente nas fazendas modernas de produção de grãos e de cana-de-açúcar.

D) relações de exploração de trabalho análogas à escravidão ainda são encontradas em diferentes partes do país, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas.

10. (UFPA) Como reflexos das transformações nas políticas de gestão e de organização do trabalho no contexto atual de globalização, tem-se o novo perfil de trabalhador ou da classe social que vive do trabalho e uma reconfiguração no mercado de trabalho.

Assim, podemos afirmar corretamente que um dos impactos da atual globalização e da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, na virada do século XX para o século XXI, é o(a)

A) aumento do contingente de trabalhadores fabris.

B) redução significativa dos índices de trabalho feminino e infantil.

C) aumento da inclusão de jovens no mercado de trabalho.

D) aumento do número de trabalhadores no setor de serviços.

E) redução do número de trabalhadores no setor informal da economia.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2017) A tecelagem é numa sala com quatro janelas e 150 operários. O salário é por obra. No começo da fábrica, os tecelões ganhavam em média 170$000 réis mensais. Mais tarde não conseguiam ganhar mais do que 90$000; e pelo último rebaixamento, a média era de 75$000! E se a vida fosse barata! Mas as casas que a fábrica aluga, com dois quartos e cozinha, são a 20$000 réis por mês; as outras são de 25$ a 30$000 réis. Quanto aos gêneros de primeira necessidade, em regra custam mais do que em São Paulo.

CARONE, E.
Movimento operário no Brasil.
São Paulo: Difel, 1979.

Essas condições de trabalho, próprias de uma sociedade em processo de industrialização como a brasileira do início do século XX, indicam a

A) exploração burguesa.

B) organização dos sindicatos.

C) ausência de especialização.

D) industrialização acelerada.

E) alta de preços.

02. P94H (Enem–2017) Procuramos demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto, ou industrialização. O crescimento do PNB pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como os serviços de educação e saúde e os direitos civis.

SEN, A.
Desenvolvimento como liberdade.
São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

A concepção de desenvolvimento proposta no texto fundamenta-se no vínculo entre

A) incremento da indústria e atuação no mercado financeiro.

B) criação de programas assistenciais e controle de preços.

C) elevação da renda média e arrecadação de impostos.

D) garantia da cidadania e ascensão econômica.

E) ajuste de políticas econômicas e incentivos fiscais.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. A
- 02. A
- 03. D
- 04. C
- 05. B
- 06. A
- 07. E
- 08. D
- 09. D
- 10. D

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. A
- 02. D

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Globalização

O QUE É GLOBALIZAÇÃO?

O maior fluxo global entre pessoas, produtos, mercadorias e sistemas culturais teve início com as grandes navegações e a busca por novas terras nas Américas, ainda no século XVI. Com a chegada dos europeus, em solo americano, tivemos a difusão do catolicismo, dando início ao processo que concorreu para o advento do sincretismo entre crenças africanas e religiosidades europeias, a integração econômica, ainda que subordinada dessa região do mundo à Europa, e a difusão de valores políticos europeus em nosso continente. Seria o século XVI o início do processo de Globalização em virtude da integração mundial por ele gerada?

A resposta para a pergunta é não. O que de fato teve início, ou melhor, acentuou-se com o período das Grandes Navegações, foi o contato entre pessoas e culturas geograficamente distantes. Esse fato nunca deixou de existir na história da humanidade, tendo, em alguns momentos, maior e, em outros, menor intensidade. Assim, o período das Grandes Navegações deve ser entendido como um processo de **mundialização** em que Estados Nacionais europeus, na busca por novas colônias, integraram a economia e o fluxo de pessoas e produtos em nível global.

Por outro lado, como Globalização devemos entender a integração mundial que se dá sob a influência da maior flexibilidade dos capitais. Esse processo possibilita que estes se desloquem de um país a outro com grande facilidade, visando à redução de custos na produção e contribuindo para a precarização das relações de trabalho nos países de Terceiro Mundo, como vimos no capítulo anterior.

O processo de Globalização causa transformações nos aspectos sociais, políticos e culturais das sociedades modernas, e essas mudanças são potencializadas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação. Nesse sentido, por mais que a Globalização transmita a noção de unidade global, é um processo que também deixa à mostra e em constante contato a grande diversidade e pluralidade de universos sociais existentes no globo. Por esse motivo, não apenas os choques culturais se tornam evidentes, como também surgem questionamentos em relação à universalidade da democracia ocidental como valor absoluto, além de o capitalismo ser colocado em xeque como único modo de produção viável. Como afirmou o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1940-),

> Nas três últimas décadas, as interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados.
>
> SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as Ciências Sociais.* 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 25.

Nesse contexto, as representações sociais a respeito de povos, culturas, nações, línguas e religiões se tornam totalmente influenciadas pela compreensão de espaço e tempo propostas pela Globalização. Eventos que ocorrem em um espaço determinado atingem várias outras localidades e causam influência na vida dessas sociedades, ainda que geograficamente distantes.

Em termos produtivos, a Globalização é o resultado de uma junção de fatores que já tivemos a oportunidade de estudar em capítulos anteriores. Por exemplo: o desemprego ocasionado pela reestruturação produtiva pós-crise dos anos 1970; a crise do Estado de Bem-Estar Social; a maior segmentação do mercado de trabalho. Esses eventos, que contribuíram para a maior integração econômica entre os países do Ocidente, denotam também um dos dois aspectos contraditórios que dominam a análise sociológica sobre o fenômeno da Globalização. Tal aspecto é a homogeneização social, política, cultural em contraste com os movimentos sociais e políticos de resistência aos resultados desse processo.

Fotos: Mariano Vale / Terabass / Creative Commons. Arte: Rubens Lima

O sociólogo britânico **Anthony Giddens (1938-)** define globalização como

> a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa.
>
> GIDDENS, A. *Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984, p. 64.

Por esse motivo, Boaventura de Souza Santos entende que o processo de Globalização combina a busca pela universalização e o rompimento das fronteiras nacionais com a busca pelo particularismo, pelo respeito à diversidade cultural, étnica e religiosa. Na percepção desse importante sociólogo português, a Globalização econômica se desdobra em diferentes esferas: Globalização social, Globalização política, Globalização cultural, em que se percebem intensos conflitos entre uma lógica hegemônica de nível internacional e uma lógica particularista e local, muitas vezes engolida pelo poder global.

Santos destaca que é no domínio da Globalização cultural que o fenômeno se insere com mais frequência. Com as tecnologias da informação, atreladas ao poder midiático cada vez mais intenso, os termos ocidentalização ou americanização são entendidos como possíveis substitutos do conceito de globalização. A motivação para esse fato é que os símbolos, a cultura e os valores, que estão no processo de globalização, são oriundos do ocidente e, geralmente, ligados à esfera dos Estados Unidos. Há uma série de exemplos de objetos, ideias ou valores nessa situação, tais como: a Internet, a televisão, o utilitarismo, a democracia política, o individualismo, a publicidade, o cinema, a racionalidade, a economia, entre outros.

Contudo, cabe notar que tanto a busca pela universalidade quanto pelo particularismo acaba por gerar os mais diversos conflitos no plano mundial.

A GLOBALIZAÇÃO E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O desenvolvimento da sociedade informacional contribui para que as noções de espaço e tempo sejam comprimidas na Modernidade, ou seja, eventos que ocorrem em partes distantes do globo são rapidamente difundidos por todas as partes do planeta. Porém, pode-se afirmar que não é apenas isso. Em nossa vida cotidiana, podemos fazer transferências financeiras para qualquer parte do planeta, entrar em contato com pessoas em países distintos, entre outras situações que demonstram como as conexões nas sociedades modernas e globalizadas permitem interações entre os indivíduos que prescindem do compartilhamento de um mesmo espaço e do tempo para que elas possam ocorrer.

Nesse contexto de grande desenvolvimento dos meios de comunicação, a informação ganha centralidade no que tange à organização das sociedades modernas. Notemos que a informação sempre foi um elemento de extrema relevância e importância para a coesão social em qualquer sociedade. Quem detinha o monopólio da informação sempre teve nas mãos a capacidade de melhor influir em todo um contexto social específico.

O sociólogo espanhol **Manuel Castells (1942-)**, no entanto, entende que devemos fazer uma diferenciação entre informação, elemento presente em toda e qualquer sociedade ao longo da história, e "informacionalismo", que seria um fenômeno típico das sociedades modernas e globalizadas.

O processo de Globalização não teria ocorrido caso não tivesse acontecido a revolução operada no campo da tecnologia da informação. A partir da década de 1970, os avanços na informática e nas comunicações fizeram com que o fluxo de informações se tornasse a base de interação da sociedade globalizada. Esses avanços tecnológicos possibilitaram a organização das sociedades modernas em torno de redes, as quais transformaram a vida moderna nos âmbitos sociais, políticos e econômicos.

Por intermédio do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, tornou-se possível a ocorrência da reestruturação da produção capitalista pós-crise dos anos 1970. Isso porque, assim, foi facilitado o processo de armazenamento e processamento de informações e também de descentralização das funções.

Por isso o sociólogo brasileiro **Octávio Ianni (1926-2004)**, da USP, afirma que o processo de globalização que decorre desde a década de 1970 é um processo novo, apesar de sua aparente continuidade com as etapas anteriores. Novo porque ele se caracteriza pelo predomínio de uma lógica de mercado específica (neoliberalismo) que se vale de um quadro comunicacional bastante específico (avançadas tecnologias de comunicação e transporte).

Paradoxalmente, Ianni enxerga que a ampliação do contato entre diversas sociedades fez emergir um profundo "desentendimento mútuo", fruto de um processo de integração social que reúne diversos grupos sob o título de *A Sociedade Global*, quando na verdade tratam-se de inúmeros grupos sociais extremamente diversificados que se veem atrelados a um sistema único, muitas vezes contra a sua própria vontade. O local e o global passam a se determinar mutuamente, mas de forma assimétrica, desigual e desencontrada.

Na medida em que os mercados se abrem e há uma maior interação comercial, também ocorrem outros tipos de trocas e imposições nos níveis político e cultural, que possuem grande influência na configuração das sociedades e das vidas individuais nesse novo contexto. Nesse sentido, podem ser observados vários fenômenos: a cultura de massa passa a ter um grande peso na estrutura cultural das sociedades ocidentais; há uma difusão maciça de produtos industrializados ao redor do mundo; ocorre o fenômeno da divisão internacional do trabalho, na qual um produto possui sua cadeia produtiva distribuída ao redor do globo; os centros de poder deslocam-se para os grandes centros comerciais, formando uma nova dinâmica política fortemente marcada pela economia; comportamentos, tendências e gostos são largamente difundidos através dos meios de comunicação de massa, cada vez mais desenvolvidos e influentes; as nações passam a fazer parte de um intrincado sistema-mundo, altamente interconectado e complexo.

O conceito de **Aldeia Global** criado pelo sociólogo canadense **Marshall McLuhan (1911-1980)** se tornou uma referência para os estudos sobre a relação entre a cultura e a Globalização.

Esse conceito, criado em 1962, tenta traduzir o processo de compressão da relação entre espaço e tempo, o qual passou a servir de parâmetro para designar um novo modelo cultural que começava a se impor de forma maciça, por força dos meios de comunicação que cada vez conseguiam atingir um número maior de pessoas e em tempo real.

Esse novo contexto se caracteriza pela quebra de vários paradigmas consolidados na sociedade ocidental, especialmente os relacionados aos valores ligados ao Iluminismo e às Revoluções Burguesas. Na atualidade, tudo é volátil, passageiro, transitório, definido de forma instável pelos meios de comunicação de massa, num amálgama de valores, comportamentos e tendências que denotam a enorme diversidade da Globalização. Por outro lado, ao mesmo tempo, observa-se também a sua fragilidade, por não conseguir dar sentido profundo e estável à vida dos indivíduos, cada vez mais definidos pelo consumo e pela moda.

O desenvolvimento das tecnologias de informação também possibilitou a formação de novos movimentos sociais, que não se limitavam a questionar as diferenças de classes e o processo excludente do sistema capitalista. Mais que isso, envolviam também a luta por igualdade de direitos ligados à questão de gênero, à defesa do meio ambiente, à questão feminista, entre outras reivindicações.

Na era da informação, as forças produtivas, a circulação dos códigos culturais e até mesmo o exercício do poder estão diretamente relacionados ao poder tecnológico de uma sociedade. Uma vez que a expansão do capitalismo pós-crise de 1970 dependeu da ampliação dos mercados consumidores, em um primeiro momento, bem como do investimento em regiões do globo em que a mão de obra fosse mais barata, em um segundo momento, a mobilidade de capitais necessitava de maior agilidade em seu fluxo, de forma que as empresas necessitavam de um acúmulo maior de informações para que melhor direcionassem seus investimentos. Assim sendo, a produtividade se baseia na busca incessante pela inovação tecnológica, valendo-se das tecnologias de comunicação e transporte para criar uma interdependência em rede das economias, em escala global, de maneira a gerar impactos nos âmbitos político e social.

Esse processo de expansão de mercados e maior integração econômica entre os países do globo ganhou ainda mais força com o fim da Guerra Fria, que levou à consequente extinção do bloco comunista. Isso fez com que os países anteriormente integrados à União Soviética fossem incorporados à lógica capitalista. Nesse novo contexto de expansão de mercados, os Estados Nacionais se viram bastante enfraquecidos no que se refere à sua soberania, uma vez que órgãos supranacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial) e ONU (Organização das Nações Unidas) passaram a ter forte ingerência sobre as políticas nacionais. Tal fato pode ser observado especialmente na esfera econômica, desencadeando uma série de privatizações de empresas estatais, desregulamentação dos mercados para favorecimento de investidores, além de uma reestruturação da burocracia estatal visando a uma redução dos gastos de manutenção do Estado.

Esse contexto marcou o desenvolvimento do chamado neoliberalismo, que, posto em prática a partir da década de 1980 por Margaret Thatcher na Inglaterra, procurou justamente submeter o Estado e sua capacidade de governo às leis de mercado. Como consequência, o Estado reduziria, sob essa lógica, sua atuação, de modo que teria mais dificuldade para garantir direitos básicos à sua população em prol de uma adequação às mudanças do sistema capitalista do final do século XX.

Outra evidência do enfraquecimento dos Estados-nação frente ao poder dos organismos supranacionais e das empresas multinacionais é a formação de blocos econômicos como Mercosul e União Europeia, os quais colocam os seus membros em melhores condições de negociação na esfera global. Assim, temos uma mudança sociológica importante, o mesmo Estado-nação que foi primordial para a consolidação do sistema capitalista, perdeu sua força no momento da reestruturação das forças produtivas.

Ao pensarmos a Globalização em termos sociológicos, devemos levar em consideração não apenas a perda da centralidade do Estado-nação em um novo contexto capitalista. Devemos observar principalmente como a Globalização causa efeitos nos principais pilares de sustentação da sociedade moderna que surge logo após a Revolução Industrial. Entre esses pilares pode-se citar o industrialismo, a crença no racionalismo, a formação das ideologias liberais e socialistas, a família, a relação entre religião e sociedade. Enfim, em cada um desses segmentos, podemos refletir sobre como os efeitos da Globalização produzem efeitos nas nossas representações a respeito de cada uma dessas esferas.

Como não poderia ser diferente, a facilidade de comunicação contribui para que movimentos sociais de resistência e questionamentos às mudanças provocadas pela Globalização sejam incorporados à esfera da representação política. Por esse motivo, cada vez mais as temáticas relacionadas à exclusão, orientações religiosas, identidades culturais, entre outras, ganham relevância no debate político atual.

Rubens Lima / Reprodução / Open Knowledge / Mike Licht / Creative Commons

SOCIOLOGIA

POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO

O geógrafo brasileiro **Milton Santos (1926-2001)** é uma das principais referências nos estudos sobre a Globalização com sua obra *Por uma outra globalização* (2000), na qual analisa o fenômeno a partir de vários aspectos. Santos identifica que há pelo menos três grandes faces da mundialização: o mundo como *fábula* (como querem que o vejamos); o mundo como *perversidade* (como ele realmente é); o mundo como *possibilidade* (como poderia ser).

É importante destacar que Milton Santos não era contra a Globalização em si, porém se posicionava criticamente contra o modelo de Globalização perversa vigente no mundo, que ele chamava de **globalitarismo** (globalização autoritária). Analisando as contradições e os paradoxos desse modelo econômico e cultural, Santos enxergou a possibilidade de construção de outra realidade, mais justa e mais humana.

"Por uma outra globalização", de Milton Santos

O mundo tal como nos fazem crer: a Globalização como fábula

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação (Maria da Conceição Tavares, *Destruição não criadora*, 1999). A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. Damos aqui alguns exemplos. Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.

Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. Esses poucos exemplos, recolhidos numa lista interminável, permitem indagar se, no lugar do fim da ideologia proclamado pelos que sustentam a bondade dos presentes processos de Globalização, não estaríamos, de fato, diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações.

O mundo como é: a Globalização como perversidade

De fato, para a grande maior parte da humanidade a Globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA (aids) se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

O mundo como pode ser: uma outra Globalização

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma Globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a Globalização perversa de que falamos [...]. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para esta última possibilidade. Tais novas condições tanto se dão no plano empírico quanto no plano teórico.

Considerando o que atualmente se verifica no plano empírico, podemos, em primeiro lugar, reconhecer um certo número de fatos novos indicativos da emergência de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescente, graças aos progressos da informação, a "mistura" de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. Um outro dado de nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. As massas de que falava Ortega y Gasset na primeira metade do século (*La rebelión de las masas*, 1937), ganham uma nova qualidade em virtude da sua aglomeração exponencial e de sua diversificação. Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade.

Junte-se a esses fatos a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, permitindo-lhe exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança.

É sobre tais alicerces que se edifica o discurso da escassez, afinal descoberta pelas massas. A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo a possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual. No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. De tal modo, em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. RJ/SP: Record, 2001. p. 17-20.

OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA PÓS-MODERNIDADE

O sociólogo jamaicano **Stuart Hall (1932-2014)** foi um dos mais aguçados analistas da pós-modernidade, tendo se dedicado a compreender as mudanças culturais produzidas pelas múltiplas variáveis presentes na Globalização. Oriundo de um país periférico, Hall forneceu importantes elementos para analisar os efeitos da Globalização a partir do ponto de vista de países que não são seus protagonistas e maiores beneficiários, mas sim de povos que tendem a sofrer os efeitos negativos desse processo. Em seu famoso livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Hall identifica que os indivíduos enfrentam uma profunda crise na formação de sua identidade, em função das rupturas com as instituições tradicionais, acompanhadas da multiplicidade de valores, crenças e inovações que têm lugar no agitado e veloz mundo pós-moderno. A identidade do sujeito, antes sólida, amparada pela tradição, agora se vê fragmentada e descentrada. A subjetividade é afetada e as coletividades também. As culturas do passado forneciam as bases seguras para o desenvolvimento psíquico social do indivíduo; a partir da segunda metade do século XX, isso não é mais possível. Como diz o próprio Hall, "[...] o sujeito do Iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno" (HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Porto Alegre: Lamparina, 2003. p. 46).

Hall vislumbra três possíveis consequências para as identidades culturais no processo de Globalização: a primeira estaria associada à desintegração das identidades nacionais, resultado de um crescimento da homogeneização cultural; a segunda seria marcada pela resistência à Globalização com o reforço das identidades locais; a terceira seria vista na produção de novas identidades culturais – as culturas híbridas. Todas as três consequências trazem à tona relações de poder político e econômico que impactam a questão cultural. As nações de centro, com maior poderio, tendem a exercer grande pressão sobre nações periféricas e grupos minoritários ou tradicionais. Ao mesmo tempo que ocorre a homogeneização cultural, existem também processos delicados de manutenção de tradições culturais e de retorno a discursos reacionários e radicais, como comprovam as eclosões de discursos fundamentalistas ao redor do mundo – inclusive no Brasil. Neonazistas, neofascistas, religiosos fundamentalistas são faces da reação ao processo globalizador, que, no entanto, defende um fechamento cultural acompanhado da aniquilação do outro, do diferente.

A perda da identidade original e a fragmentação da cultura parecem indicar um limite para o processo de Globalização cultural. Percebe-se que, apesar do discurso dominante de respeito à diversidade, o diferente é muito mais alguém a ser dissolvido do que a ter sua cultura compreendida e partilhada. A Globalização não diminui as desigualdades políticas e econômicas, ao contrário, as reforça por meio de mecanismos simbólicos de poder. As culturas dos países periféricos e dos grupos minoritários se veem diante de uma coerção cultural, ou são assimiladas e homogeneizadas, abrindo mão de suas características e identidades em nome da Globalização, ou tendem a ser vistas como estrangeiras, diferentes, estranhas dentro do seu próprio território. Como dizia Julia Kristeva: "Se voltarmos no tempo e nas estruturas sociais, o estrangeiro é o outro da família, do clã, da tribo. Inicialmente, ele se confunde com o inimigo. Exterior à minha religião também, ele pode ser o infiel, herético. Não tendo prestado fidelidade ao meu senhor, ele é nativo de uma outra terra, estranho ao reino e ao império." (KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 100).

É PRECISO DESCOLONIZAR A GLOBALIZAÇÃO

Um dos principais desafios para construção de um outro mundo possível, na busca pela igualdade entre os seres humanos, é fazer aquilo que está simbolizado na própria logomarca do Fórum Social Mundial: tratar os continentes de forma igualitária. E um dos primeiros e mais estratégicos passos neste sentido é o desafio da descolonização do pensamento e do conhecimento produzido e distribuído nas duas regiões mais pobres do planeta: a África e a América Latina. Este foi um dos temas debatidos em Salvador, durante o Fórum Social Mundial Temático da Bahia, onde professores, pesquisadores e militantes do movimento social chegaram à conclusão de que a própria globalização também precisa ser descolonizada.

"Descolonizar o pensamento é enfrentar os desafios colocados pelo eurocentrismo e pelo etnocentrismo como modos de pensar dominantes. No quadro histórico marcado pelo colonialismo europeu, quando essa visão, centrada na Europa, é utilizada como grade de leitura e interpretação da realidade de todo o mundo, constrói-se uma visão distorcida dos padrões e da natureza dos povos", explica o senegalês Sampa Buri Mboup, professor da Universidade da África do Sul.

Essência do pensamento colonial, o eurocentrismo foi, durante séculos, a base do projeto predatório e opressivo aplicado pelas elites e povos do continente Europeu, garantindo a manutenção de seus interesses. No Brasil, o colonialismo e o pensamento produzido no período estão diretamente relacionados à construção da sociedade brasileira. Era preciso construir um discurso que justificasse a escravidão e a opressão contra os povos indígenas e negros.

"Os dominadores se utilizaram de um discurso religioso, que dizia que os negros precisavam ser purificados através do batismo. Todos os que aqui chegavam eram batizados e catequizados. O discurso ideológico, aliado à força, foi um instrumento usado para manter o poder e construir a estabilidade para a classe dominante", conta Edson França, coordenador da Unegro.

Com a crise provocada pela Reforma e a ascensão do Iluminismo, foi preciso encontrar uma justificativa racional para a supremacia do eurocentrismo e a consequente manutenção da escravidão no Brasil. Chega então ao país o discurso chamado de racismo científico, cuja base é a classificação racial, onde o branco está no alto da pirâmide, do ponto vista da sua superioridade biológica, e o negro abaixo de qualquer etnia.

"Esse discurso permitiu animalizar e fazer dele o uso necessário [...]. Durante todo o processo de dominação ele não foi contestado na academia e acabou assimilado pelo senso comum. Quando o papa disse que negro não tinha alma, ninguém se contrapôs. Era preciso não apenas justificar a escravidão para as classes dominantes, mas fazer com que o próprio dominado também absorvesse o discurso. A baixa autoestima da população negra permitiu, então, a intensificação na fragmentação, em vez da unidade para fazer o combate ao pensamento e à estrutura social vigente", explica Edson França.

Quando o racismo deixou de servir aos interesses do capitalismo moderno – e veio a ideia de que era preciso libertar os escravos para aumentar a massa de consumidores –, o discurso colonizado apostou na miscigenação como forma de "branquear o Brasil". E até hoje os efeitos provocados pelo pensamento colonial são estruturantes para a desigualdade entre brancos e não brancos em nosso país.

Descolonizar a Globalização

Para os movimentos que se organizam em torno do Fórum Social Mundial, há um número de desafios e apostas estratégicas que se colocam pela frente na construção deste outro mundo possível no que diz respeito à descolonização do pensamento. Para o professor Samba Buri MBoup, é preciso começar descolonizando a compreensão do próprio conceito de globalização, já que o mundo global também tem sustentado essa desigualdade. São tarefas que vão da desconstrução do mito da África como um continente sem história ao combate à ideia da marginalidade do continente no comércio e na economia.

"Apesar do discurso dominante, há muitas provas de que a África foi palco de uma história e ciência tão antigas quanto os primórdios do mundo e central em todos os momentos da economia mundial: na fase de acumulação primitiva, na colonização, na revolução industrial, na era pós-colonial e até hoje. A realidade é apresentada de cabeça para baixo, para que olhemos para nós mesmos como se fôssemos menores, enquanto nosso continente é o berço da civilização humana. É preciso reavaliar o potencial da herança africana", cobra MBoup.

No continente mais esquecido do planeta, a alternativa ao discurso colonial da África é chamada de Renascimento Africano, um projeto global de sociedade e civilização construído na resposta coletiva e organizada da África aos desafios da globalização. O projeto, já encampado por 20 países, propõe o domínio do conhecimento científico e da tecnologia; a autonomia e rejuvenescimento da consciência política africana – como resposta à crise de lideranças no continente –; e a conscientização baseada na unidade dos povos africanos.

"Há estudos que demonstram de forma clara e irrefutável a profunda unidade cultural dos povos africanos. Hoje interceptam o potencial de desenvolvimento africano, a serviço de uma causa que não é nossa, ao imporem uma situação de monolitismo e intolerância religiosa, quando a história africana é de pluralismo. Esta é uma tarefa que também temos que ensinar nas escolas", conclui Samba Buri MBoup.

BARBOSA, B. É preciso descolonizar a globalização. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/%252527e-precisodescolonizar-a-globalizacao%252527/6/15571>. Acesso em: 01 fev. 2019.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFFS) O processo de integração e de circulação de mercadorias para muito além das fronteiras nacionais existe há muito tempo e não é suficiente para caracterizar algo novo. Marx e Engels já escreveram sobre isso na obra *Manifesto Comunista*, ainda em 1848, na qual mostram o avanço do capitalismo no mundo.

Nesse sentido, podemos dizer que esse antigo processo de circulação de mercadorias é hoje designado

A) Política Neoliberal.

B) Revolução Industrial.

C) Revolução Administrativa.

D) Globalização da Economia.

E) Legitimação do Capital Internacional.

02. (Unioeste-PR) O que significa globalização? Marque a alternativa correta.

A) A expansão da lógica da produção mercantil para a maior parte do globo, através da mundialização do capital e da disseminação universal da cultura ocidental.

B) O protecionismo, a subsunção da produção de mercadorias às necessidades humanas e a estatização da economia.

C) A integração da economia mundial, a estatização da indústria pesada e a internacionalização das empresas.

D) A estatização da indústria pesada, o protecionismo e o controle de preços da cesta básica.

E) O surgimento de um mundo multipolar, o enfraquecimento dos Estados Unidos no cenário internacional e o aumento da importância econômica e política dos países do hemisfério sul.

03. (Unimontes-MG–2016) O processo de globalização estabelece intensa circulação, não somente de mercadoria, mas também do capital financeiro. Nesse contexto de mundialização, predomina a competição em todos os níveis, a liberalização dos mercados, a desregulamentação dos mecanismos de controle da economia, a flexibilização das relações de trabalho, etc.

Sobre o fenômeno da globalização, é possível afirmar, exceto

A) De acordo com o sociólogo britânico Anthony Giddens, a globalização atinge também a dimensão das ideias e valores, e os indivíduos são "desencaixados de seus contextos locais".

B) A globalização é um fenômeno estritamente empresarial e não interfere no desenvolvimento autônomo da América do Sul e do principal país da região: o Brasil.

C) Com a globalização, o Estado perde força no planejamento e na implementação de políticas públicas e sociais.

D) No contexto da globalização, a ideologia neoliberal estabelece sua hegemonia, e o mercado firma-se como o grande regulador e dinamizador da vida econômica.

04. (UEL-PR) Adquira o óvulo em um país, faça a fertilização em outro e contrate a mãe de aluguel num terceiro. Está pronto o seu filho com muita economia.

COSTA, C. Bebê globalizado. Supernovas. *Superinteressante*. São Paulo: Editora Abril, ed. 296, out. 2011, p. 28.

O texto apresenta um aspecto da reprodução humana assistida. Sobre as mudanças no referido processo social, assinale a alternativa correta.

A) A diversidade de arranjos familiares passou a existir a partir do acesso aos serviços de reprodução humana assistida.

B) A globalização das economias e as redefinições culturais têm favorecido os processos de reprodução assistida.

C) A reprodução humana assistida tem sido um caminho eficaz para reduzir, nos últimos anos, o ritmo de crescimento demográfico mundial.

D) O direito à liberdade de uso do próprio corpo choca-se frontalmente com a proposta de reprodução humana sem atividade sexual.

E) O referido processo, aceito socialmente, coloca-se como a base para a existência de uma sociedade globalizada sem imperfeições.

05. (IFSP) No Brasil, a adoção de políticas neoliberais alcançou grande êxito no controle do processo inflacionário através do Plano Real, implementado por Fernando Henrique Cardoso.

Assinale a alternativa que indica corretamente características do neoliberalismo.

A) Incentivo à indústria, intervencionismo estatal e controle alfandegário, visando à acumulação de capitais nacionais.

B) Política de monopólios das reservas naturais e controle estatal dos preços de produtos e serviços.

C) Política de privatização de empresas estatais, livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização.

D) Intervenção no mercado de trabalho e criação de obras de infraestrutura e serviços sociais por parte do Estado.

E) Abertura ao capital estrangeiro, fim da autonomia do capital privado e tutela da classe trabalhadora.

06. ZLIK (UFAL) Mudanças na tecnologia e massificação da sociedade contribuíram para o crescimento da Globalização. Hoje, o mundo se transformou num grande mercado, com informações circulando nos meios de comunicação de maneira veloz. Com a Globalização, a sociedade internacional

A) extinguiu as diferenças sociais entre as culturas, abrindo as portas para a afirmação de governos democráticos.

B) realizou feitos culturais importantes para a solidariedade entre os povos, apesar das dificuldades socioeconômicas existentes.

C) criou condições imediatas para a consolidação de uma sociedade sem violência, graças às riquezas sociais existentes.

D) entrou num período de paz trazido pela atuação da Organização das Nações Unidas, da qual participam todos os países do mundo.

E) afirmou sua vontade política radical de democratizar o mundo, impedindo a volta do fascismo e da violência política.

07. (UENP-PR) Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas de informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares [...] aprofundando assim os processos de criação de desigualdades.

SANTOS, Milton.
Por uma outra globalização.
Rio de Janeiro, Record, 2000.

O fragmento de texto critica as redes informacionais surgidas com a Globalização, por quê?

A) Difundem a ideologia da classe dominante, contribuindo, dessa forma, para a acumulação capitalista.

B) Favorecem discordâncias entre as elites.

C) Contrapõem interesses políticos e econômicos.

D) Difundem e ampliam o conhecimento favorecendo a inclusão.

E) Estão nas mãos das grandes empresas midiáticas e são utilizadas por "um punhado de atores".

08. (UEG-GO) A emergência do fenômeno da globalização foi acompanhada de mudanças na esfera da produção e do Estado. Nesse contexto, no caso europeu, é correto afirmar:

A) A partir da década de 1980, emergiu o regime de acumulação flexível, caracterizado pelo pós-fordismo e pelo Estado de bem-estar social.

B) A partir da década de 1980, iniciou-se o processo de reestruturação produtiva e a implantação do Estado neoliberal.

C) A partir dos anos 1970, emergiu a sociedade pós-moderna globalizadora e organizada em torno do Estado neoliberal e do fordismo / taylorismo.

D) A partir dos anos 1980, emergiu o Estado de bem-estar social e a reestruturação produtiva.

09. 4EVU (Unioeste-PR) O fim do regime soviético e a queda do muro de Berlim foram fatos históricos que marcaram o nascimento de um novo período caracterizado pela expansão do capital fictício, do consumismo e das políticas neoliberais. No interior de um mundo em rápida transformação, a Globalização pode ser considerada como o principal veículo de transmissão das novas tendências políticas, econômicas e sociais. Assim, sobre a Globalização é correto afirmar que

A) a Globalização é um fenômeno caracterizado exclusivamente pela expansão de padrões culturais homogêneos, garantidores do consumo em massa e da construção de uma identidade única.

B) a Globalização é um fenômeno chave para a compreensão da atual fase do capitalismo por envolver simultaneamente as dimensões política, econômica e cultural.

C) a Globalização, que é denominada muitas vezes de mundialização de capitais, é um fenômeno fundamentalmente econômico, que possui pouco impacto em outras dimensões da vida social.

D) a Globalização atinge todos os países de forma equivalente. Nações que até pouco tempo atrás eram fechadas foram invadidas por novos valores e por uma nova cultura, transformando-se em nações democráticas, como ocorreu, por exemplo, nos casos da Coreia do Norte e do Irã.

E) as diversas tentativas de valorização das tradições e dos valores regionais não possuem relação com os processos de Globalização, já que as mesmas representam a manutenção das identidades locais.

10. R36J (UFU-MG-2018) Desde o final do século passado, os cientistas sociais vêm afirmando que as transformações globais têm levado a uma nova forma de sociedade, definida por sociedade em rede. De acordo com as análises desse período, afirma-se que foram marcos importantes na emergência desse novo modelo de sociedade

A) a rede mundial de computadores e os novos movimentos sociais.

B) os fluxos globais de mão de obra e o capital industrial.

C) a revolução tecnológica da informação e a reestruturação do capitalismo.

D) o ciberespaço, as guerras e a fome que aceleraram os fluxos migratórios.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2018)

TEXTO I

As fronteiras, ao mesmo tempo que se separam, unem e articulam, por elas passando discursos de legitimação da ordem social tanto quanto do conflito.

CUNHA, L. Terras lusitanas e gentes dos brasis: a nação e o seu retrato literário. *Revista Ciências Sociais,* n. 2, 2009.

TEXTO II

As últimas barreiras ao livre movimento do dinheiro e das mercadorias e informação que rendem dinheiro andam de mãos dadas com a pressão para cavar novos fossos e erigir novas muralhas que barrem o movimento daqueles que em consequência perdem, física ou espiritualmente, suas raízes.

BAUMAN, Z. *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

A ressignificação contemporânea da ideia de fronteira compreende a

A) liberação da circulação de pessoas.

B) preponderância dos limites naturais.

C) supressão dos obstáculos aduaneiros.

D) desvalorização da noção de nacionalismo.

E) seletividade dos mecanismos segregadores.

02. (Enem–2017) O desenvolvimento científico digital-molecular de certa forma desterritorializou as localizações produtivas; os novos métodos de organização do trabalho industrial também vão na mesma direção: *just in time, kamban*, organização flexível.

OLIVEIRA, F. *As contradições do ão*: globalização, nação, região, metropolização. Belo Horizonte: Cedeplar UFMG, 2004.

As mudanças descritas no texto referentes aos processos produtivos são favorecidas pela

A) ampliação da intervenção do Estado.

B) adoção de barreiras alfandegárias.

C) expansão das redes informacionais.

D) predominância de empresas locais.

E) concentração dos polos de fabricação.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. D
- 02. A
- 03. B
- 04. B
- 05. C
- 06. B
- 07. A
- 08. B
- 09. B
- 10. C

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. E
- 02. C

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _______ %